

IMPRESSO

UFRGS confirma liderança nacional

Resultados obtidos nas avaliações do último Provão reafirmam a universidade como a melhor entre as federais em todo o País

PÁGINA 3

Universidade sugere soluções para os alagamentos

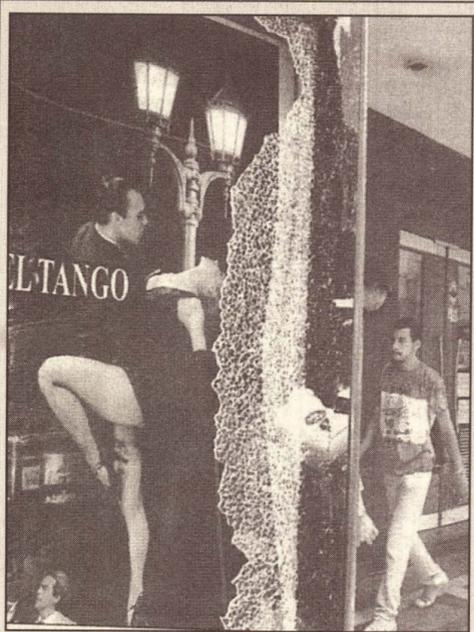


Meio acadêmico também rejeita mudança na CLT

PÁGINA 6



UFRGS tem um trabalho detalhado com idéias para conter inundações PÁGINAS 4 e 5



A Argentina chora por si mesma

PÁGINA 7

Mesa-redonda avalia a greve

Reitora, ADUFRGS, ASSUFRGS e DCE analisaram os 108 dias de paralisação

PÁGINAS 8, 9 e 10

Os destaques na cultura em 2001

PÁGINA 15

Liderança merecida

A greve terminou quase junto com o ano, mas ainda houve tempo para que a UFRGS chegasse ao fim de 2001 no lugar que merece: na liderança entre todas as universidades do país e em primeiro lugar no ranking das instituições federais de ensino superior. Tudo sobre mais esta vitória está na página 3. Nas duas páginas seguintes, uma reportagem especial que tem como tema os alagamentos urbanos, reafirma a importância da inserção da universidade pública, gratuita e de qualidade na sociedade e demonstra o tipo de retribuição que esta mesma sociedade pode receber da academia por ela mantida.

A chamada "flexibilização" da CLT proposta pelo governo federal e aprovada na Câmara, depois de muitos adiamentos e dependendo ainda de aprovação no Senado, de um modo geral não caiu bem no meio acadêmico. Veja as razões disso na página 6. Em seguida, na página 7, uma criteriosa análise da tragédia argentina que vem sobressaltando o mundo econômico, social e político, especialmente àqueles que tem tudo a ver com o que se passa às margens do Prata, no Pampa, na Patagônia e nas cercanias dos Andes. Enfim, em todo o país.

A greve de 108 dias de técnico-administrativos, professores e alunos, suas razões, consequências e projeções estão nas páginas 8, 9 e 10, expressas na mesarredonda proposta pelo JU e da qual participaram a Reitora, representantes da ADUFRGS, ASSUFRGS e DCE.

Nas páginas 14 e 15, confira o que foi destaque na cultura no ano que está terminando e por fim, na 16, página habitual do "Perfil", conheça a Zô. Formada em Direito e Letras na UFRGS que agora, aos 76 ainda leciona. Só que Esperanto. Boa leitura e Feliz Ano Novo.

ESPAÇO DA REITORIA

Um ano de reflexão

●WRANA MARIA PANIZZI

Reitora

Chegamos ao fim do ano. Vivemos um tempo difícil. Em vários aspectos: sob um ponto de vista mais global, a humanidade toda passou por diversas dificuldades que podem ser simbolizadas pelo 11 de setembro, que não teve só o caráter de estabelecer uma guerra entre dois países mas colocou em discussão um conjunto de valores e de posicionamentos da própria humanidade. Faz com que passemos a refletir mais sobre as formas e o papel que a mundialização tem hoje, o papel de cada nação, e nos questiona fortemente sobre o peso dos fundamentalismos, sejam eles religiosos ou de estado. Além disso tivemos também um ano difícil em nosso continente latino-americano, especialmente se olharmos a crise que se estabeleceu e alastrou em diferentes países, mais visível e cruel em nossa vizinha Argentina. Essas dificuldades todas que vivemos sob os pontos de vista econômico, social, político e institucional, também estiveram presentes no Brasil. Aqui, vivemos a dificuldade do crescimento das nossas desigualdades, como revelam dados do Censo, e a questão do desemprego. Isso atinge a qualidade de vida de todos e, sobretudo, se reflete em dois setores que, para nós, são muito importantes: a saúde e a educação. Quanto à educação, os próprios dados da OCDE colocam o Brasil, entre 32 países, numa situação bastante difícil porque é o último desses em matéria de educação. Isto nos faz, como instituição educacional, repensar não só o nosso papel, mas leva a sociedade a pensar o que realmente, significa a educação para o conjunto da po-

pulação brasileira. É importante ainda ressaltar que neste ano vivemos 108 longos dias de greve, que se manifestou como um movimento inicialmente vindo dos servidores técnico-administrativos e, posteriormente, dos professores, com apoio dos estudantes. Foi um movimento que ultrapassou as questões sindicais para se tornar um movimento também voltado para a discussão e defesa de questões institucionais. Entretanto, acho importante ressaltar que, no meio de tantas dificuldades, chegamos ao final do ano colhendo muitos frutos. Difíceis, sim, no período da paralisação. Mas conseguimos construir uma unidade em torno da nossa comunidade universitária. Este foi o resultado principal obtido pelo movimento. De bom tivemos, também, os resultados advindos das diferentes avaliações (CAPES, CNPq e Provão), que colocaram a UFRGS, mais uma vez, entre as primeiras e, em várias vezes, a primeira universidade brasileira. É o resultado de um trabalho digno, sério e competente que vem sendo feito ao longo dos anos pelo conjunto de professores, técnico-administrativos e estudantes. Ao terminarmos 2001, em nome da Administração Central da UFRGS, agradeço, profundamente, o trabalho de cada um e lembro a necessidade de que todos estejamos empenhados no enfrentamento dos desafios que virão em 2002 e entre eles está a tarefa de repensarmos a universidade pública brasileira e sua contribuição na construção de uma nação onde, efetivamente, além do desenvolvimento, tenhamos paz.



UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, Porto Alegre/RS/Brasil
CEP 90.046-900
Fone: +55 51 3316-7000
Fax: +55 51 3316-3176
homepage internet: <http://www.ufrgs.br>
e-mail reitoria: reitoria@vortex.ufrgs.br

ADMINISTRAÇÃO

Reitora
Wrana Maria Panizzi
Vice-reitor
José Carlos Ferraz Hennemann
Pró-reitor de Ensino
José Carlos Ferraz Hennemann
Pró-reitor Adjunto de Graduação
Norberto Hoppen
Pró-reitor Adjunto de Pós-graduação
Jaime Evaldo Fensterseifer
Pró-reitor de Pesquisa
Carlos Alexandre Netto
Pró-reitor de Extensão
Fernando Setembrino Cruz Meirelles
Pró-reitora de Planejamento e Administração
Maria Alice Lahorgue
Pró-reitor de Infra-estrutura
Hélio Henkin
Pró-reitor de Recursos Humanos
Sérgio Nicolaiewski
Secretária de Desenvolvimento Tecnológico
Maria Alice Lahorgue
Secretário do Patrimônio Histórico
Christoph Bernasiuk
Secretaria de Assuntos Estudantis
Maria Beatriz Araújo Brito Galarraga
Procurador-geral
Armando Pitrez

Jornal da Universidade

Publicação da Coordenadoria de Comunicação Social da UFRGS
Coordenador
Miguel Ângelo Ribeiro de Ribeiro
Conselho Editorial - Christa Berger, Flávio Oliveira, Geraldo Huff, Ivo Stigger, Luís Augusto Fischer e Maria Helena Weber

REDAÇÃO

Av. Paulo Gama, 110 - 8º andar
Fone/fax: (051) 3316-3368/3316-3176
e-mail: jornal@vortex.ufrgs.br
homepage: <http://www.ufrgs.br/jornal>
Editor-chefe - Clóvis Ott
Editora executiva - Ida Stigger
Editores assistentes - Ademar Vargas de Freitas e Juarez Fonseca
Redação - Arlete R. de Oliveira Kempf, Carla Felten, Laís Chaffé e Sônia Torres
Projeto gráfico e editoração eletrônica
Anibal Bendati
Produção - Rita Silveira
Home Page - Marcelo da Silveira
Fotografia - Luiz Ricardo de Andrade e Reni Jardim
Colaboraram nesta edição - Rodrigo Rosa, Paulo Vizenini e Pedro Petrovick
Circulação - Luiz Ricardo de Andrade cadinho@ufrgs.br

Apoio - Rosâne Vieira
Serv. gerais - Antônio Carlos dos Santos
Fotolitos e impressão - Companhia Riograndense de Artes Gráficas

Apoio - Agência Universidade Federal do Banco do Brasil



A crise, a greve e a sabedoria política

●CARLOS ROBERTO ANTUNES DOS SANTOS
Reitor da UFPR e Presidente da ANDIFES

As greves dos servidores técnico-administrativos e docentes resultaram, essencialmente, da profunda crise estrutural que aflige a universidade pública brasileira, expondo-a com tinturas mais fortes que o habitual, em algumas circunstâncias dramaticamente. As dimensões de tal situação e o seu possível agravamento para o segundo semestre já haviam sido anunciadas no "Manifesto da ANDIFES" de 11/jul/2001, apresentado junto à SBPC: a falta de autonomia, os baixos salários, a não recomposição de recursos humanos, as precárias condições de custeio e manutenção, saltavam aos olhos. Não deu outra! Em final de julho explodiu a greve dos STA e em agosto os docentes também foram à greve. Foram mais de 100 dias de paralisação, trazendo a radicalização explícita como um novo componente, expressa em invasões e fechamentos de campi e de reitorias, desligamentos de redes universitárias, desrespeito às autoridades, retenção de salários e muita, mas muita intransigência. É da natureza, aliás, dos movimentos em greve, as suas entranhas das condições que dão origem à crise. E, ao fazê-lo, também fazem emergir, ainda que de forma traumática, as perspectivas de soluções. O grave ambiente trazido pela greve, sua dinâmica, os seus desdobramentos e a busca objetiva de soluções acabaram colocando a ANDIFES no centro dos acontecimentos.

A universidade brasileira vive uma crise de carências, justamente porque o sistema federal de ensino superior cresceu, se tornou mais eficiente, exigindo investimentos em novas áreas. A falta de autonomia, os baixos salários, a falta de concursos públicos e um elenco de necessidades que, obviamente, não são estranhas a professores, alunos e funcionários técnico-administrativos, constituíram os alicerces da greve. Não é por menos que uma das metas decorrentes da greve, e que juntará o ANDES, a FASUBRA, o MEC e a ANDIFES no exame de questões essenciais da universidade pública brasileira, seja a da reposição de quadros, e outra a do financiamento.

Encarar a crise tão fortemente exposta pela greve exige, dos dirigentes das IFES e das lideranças dos movimentos sociais em seu interior, não apenas que percebam com nitidez e profundidade os traços essenciais das contradições a sua frente como, fundamentalmente, sejam capazes de construir soluções criativas ajustadas à realidade. Este é um desafio irrenunciável que exige larga competência política dos que estão - ou pretendem estar - à frente das IFES. Essa competência política implica, essencialmente, na capacidade de contextualização e norteamo num ambiente fortemente enredado por contradições intrincadas, algumas à vista, outras apenas insinuadas.

Ao longo da greve, a ANDIFES buscou incessantemente a solução do impasse entre o governo e os servidores, por meio de negociações. Para tanto, desde o início das paralisações, os dirigentes reuniram-se várias vezes com os sindicatos, com o Ministro da Educação, a Secretária de Ensino Superior, técnicos do MEC e da Câmara, integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública, com o deputado Aécio Neves, presidente da Câmara Federal, com o deputado Sampaio Dória, relator do orçamento, com o senador Rames Tebet, presidente do Senado, com o deputado Nelson Marchesan, relator do PL 5805/01, com o deputado Gilmar Machado, sub-relator do orçamento, com as lideranças partidárias da situação e da oposição, e com os presidentes e os membros da Comissão de Educação da Câmara e do Senado. Tal postura de mediação política e busca de apoio para quebrar as intransigências colocou a ANDIFES no olho do furacão! É importante ainda destacar que graças aos esforços dos reitores, dos diretores gerais e dos conselhos superiores, mesmo durante a greve foi possível manter em funcionamento setores essenciais como os hospitais universitários, preservar o patrimônio público das IFES e a convivência da comunidade universitária.

CARTAS

Ilustração

Leio sempre o Jornal da Universidade e aprecio os artigos e reportagens, que são excelentes. Mas estou escrevendo para dizer que fiquei encantada com a ilustração de Rosâne Vieira para a matéria sobre a bulimia, que também está ótima (edição de novembro). Usando quatro representações artísticas da figura feminina, a ilustradora conseguiu criar, ela própria, uma obra de arte. Parabéns à artista e ao jornal. Aproveito para desejar a todos um feliz Ano Novo.

Gilmara dos Santos Meneghini
Porto Alegre - RS

Questão palestina 1

O artigo do professor Rüdiger sobre a questão do Oriente Médio me sensibilizou. Gostaria de dizer que, de certa maneira, o articulista antecipou os fatos, embora isso não pareça algo muito difícil de se fazer. O que a direita israelense está

fazendo contra os palestinos é uma réplica, em miniatura, do que a direita americana está fazendo no Oriente Médio. Repete-se no século 21 a velha história de Davi contra Goliath, só que desta vez os papéis se inverteram, e o mais forte massacra o mais fraco. Mas, enquanto não se estabelecer a justiça, com a criação de um estado palestino, não haverá paz na região. Nem no mundo.

Oswaldo Silvester Araújo
Porto Alegre - RS

Questão palestina 2

Agradeço a Jacques Wainberg a réplica a meu artigo sobre a questão palestina, mas não pretendo levar adiante a polêmica, embora o jornal tenha oferecido espaço para a tréplica. Humanismo crítico x nacionalismo bem-intencionado, creio, é o cenário de nossa virtual interlocução. Longe de ser toda a verdade, meu texto a conhece o bastan-

te para tocar na consciência sobre o assunto. Que o leitor interessado o pesquise, confronte os nossos argumentos e tire suas próprias conclusões.

Francisco Rüdiger, professor da Fabico
Porto Alegre

Questão palestina 3

Foi com grande pesar que tomei conhecimento de um artigo publicado no dia 4 de outubro no Jornal da Universidade, "Solução final para o problema palestino?" assinado pelo Doutor Francisco Rüdiger. Além das características anti-semitas, o texto incita o ódio e a violência contra o povo judeu e toda a sua história. Certo de que o conteúdo do artigo publicado não reflete a opinião do jornal, venho manifestar meu repúdio e inconformismo diante de tamanha intolerância e falta de conhecimento histórico do autor.

Medad Medina, Cônsul Geral de Israel
São Paulo

UFRGS, de novo, é líder nacional

●CARLA FELTEN
Jornalista

Os resultados do Exame Nacional de Cursos, o Provão, divulgados na segunda metade de dezembro, colocaram a UFRGS em posição de absoluta liderança nacional entre as universidades federais. Dos 20 cursos avaliados, 17 alcançaram nota A, o que representa 85% da média de acertos. Além disso, três cursos oferecidos pela Universidade obtiveram o conceito mais alto do Brasil: Psicologia, Pedagogia e Engenharia Química. Dessa forma, a UFRGS fica em primeiro lugar no ranking das universidades brasileiras

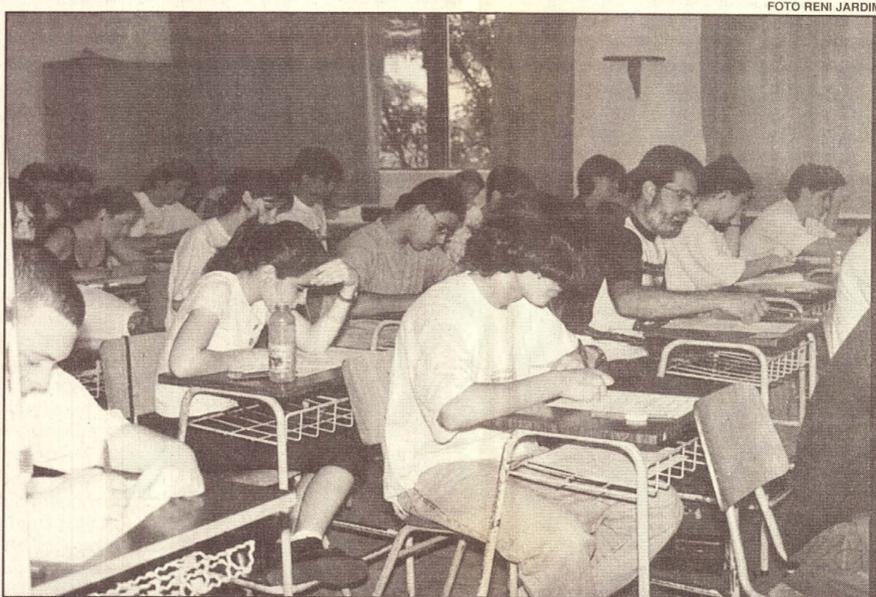


FOTO RENI JARDIM

Este é o terceiro ano consecutivo em que a UFRGS obteve os melhores resultados. Em 1999, de 13 cursos avaliados, 9 tiveram conceito A, ou 69%. Em 2000, de 18 cursos, 14 tiveram a nota máxima, totalizando 78%.

Para a reitora Wrana Maria Panizzi, a Universidade está colhendo os frutos de um investimento feito ao longo do tempo. Nos últimos cinco anos, houve uma transformação na qualificação dos profissionais. Hoje, em torno de 90% dos professores têm curso de pós-graduação e 54% são doutores. Além da especialização, muitos docentes têm passagens pelo exterior, como em Oxford, Michigan, Harvard, Heidelberg e Sorbonne. "A Universidade acompanha o que se dá nos centros produtores do conhecimento e formadores de recursos humanos, como na Europa, Estados Unidos e Ásia", compara a reitora.

Segundo Wrana, o grande desafio para a UFRGS é buscar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. "Este trinômio permite que se acompanhe o que se desenvolve em termos de conhecimento mais avançado no mundo através da pesquisa, que se formem profissionais competentes e qualificados pelo ensino ministrado e se dê aos alunos uma visão prática de vivência social através da extensão. Isto se reflete na qualidade dos serviços e na qualidade das pessoas que vivem aqui." Além disso, a Universidade busca desenvolver todos os âmbitos do saber. "Queremos que a qualidade do ensino permeie todas as áreas do conhecimento e chegue a todas as pessoas de dentro da UFRGS e também à sociedade", diz a reitora.

Ela lembra que a Universidade tem convivido com anos de crise, com reflexos sobre o orçamento, recursos materiais, infra-estrutura e a valorização de recursos humanos. "Mesmo em tempos difíceis, a UFRGS tem sabido, com muita dignidade, ultrapassar essas dificuldades e obter este ótimo desempenho."

CONCEITO

Há cinco anos a Engenharia Química é avaliada. Nas três últimas avaliações, o curso da UFRGS ficou com o conceito A. Segundo o diretor da Escola de Engenharia da Universidade, Renato Machado de Brito, o êxito dos resultados se deve ao ambiente de ensino que se criou, à qualificação continuada dos docentes e ao nível dos estudantes de graduação. "A UFRGS atrai bons alunos. Este ambiente envolve Ensino, Pesquisa e Extensão. Vários projetos de pesquisa são financiados pelas agências de fomento e pela iniciativa privada. Isto tem garantido recursos para a manutenção e a ampliação dos ambientes de aprendizado. Existe uma tradição na Escola de Engenharia e um reconhecimento nacional e internacional", diz.

Participando pelo segundo ano do Provão, o curso de Psicologia obteve nota A nas duas avaliações. O diretor do Instituto de Psicologia, Cláudio Hutz, atribui o sucesso à qualificação dos professores e alunos, somada a um projeto pedagógico bem pensado. "Nossos alunos têm acesso a um conhecimento de ponta e estão bastante envolvidos em pesquisa. Isto é o que faz a diferença." O diretor conta que na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os professores de graduação e pós-graduação do Instituto de Psicologia foram considerados os mais produtivos do país. Porém, o curso sofre com dificuldades como deficiência de espaço físico e número pequeno de professores. Hoje,

são 28 docentes para graduação, dois mestros e um doutorado. Na opinião de Hutz, o ideal é que se tivesse mais 15 professores lecionando. "Estamos ganhando cinco docentes agora, o que vai aliviar um pouco a situação. Apesar dos problemas, estamos conseguindo proporcionar um ensino de qualidade. Mas é pena que não se invista mais."

O curso de Pedagogia da UFRGS estreou no Exame Nacional de Cursos com nota A. O vice-diretor da Faculdade, Sérgio Franco, credita o bom desempenho a dois fatores. Primeiro, ao modelo voltado à formação de professores, adotado desde a década de 80. Segundo, à combinação Ensino, Pesquisa e Extensão. "Não estamos formando um pedagogo teórico, mas um profissional de fato. E os alunos de graduação participam ativamente, em número significativo, dos projetos realizados pela Faculdade."

Apesar do ótimo resultado, Franco diz ter resistências ao Provão. "Acreditamos que o método das provas não seja a melhor maneira de se avaliar o desempenho do curso." Além disso, aponta um erro nas estatísticas. "As notas zero dos alunos que boicotam as provas são computadas junto com as demais, como aconteceu, por exemplo, com a área de Jornalismo da Universidade, provocando uma queda na nota geral do curso."

Franco lembra que, em muitos casos, os alunos estão sendo obrigados a mostrar a nota do Provão quando vão buscar uma vaga no mercado de trabalho. "O sigilo da nota é garantido por lei, mas não é isso o que vem ocorrendo na prática. Isto é uma perversidade."

DESEMPENHO

A Engenharia Civil está entre os melhores cursos do Brasil. Recebeu por seis vezes consecutivas a avaliação A, seguida pelos cursos de Direito e Administração. Estes três cursos participaram do processo avaliatório desde a primeira edição, em 1996. Em 2001, os três cursos contaram com uma média de 100% na participação dos alunos. Os cursos de Letras, Matemática e Engenharia Elétrica, que entraram em 1998, conquistaram até agora nota A na avaliação. A média de participação nos dois cursos também chega a 100%. Dois novos cursos estrearam com pé-direito este ano: Pedagogia e Farmácia tiraram nota máxima. Os dois contaram com a participação de 100% dos alunos. Nos últimos três anos, Odontologia e Engenharia Química vêm mantendo o conceito máximo. Odontologia contou em 2001 com a participação de 100% de alu-

nos e Engenharia Química, com 97,7%. O curso de Medicina Veterinária vem mantendo um bom conceito nos últimos anos. Desde 1998, conquistou o conceito B. Em 2001, a média de presença foi de 100%. O curso de Medicina alcançou conceito A e contou com 100% de adesão dos estudantes em 2001. Em 1999, o curso obteve o conceito B, com 100% de participação. Em 2000, ficou com D e contou com a presença de 92% de alunos às provas.

O curso de Agronomia sofreu uma queda em 2001. Depois de um A em 2000, ficou com conceito C. De acordo com o vice-diretor da Faculdade de Agronomia, Fábio Dalsoglio, apesar do empenho dos professores em motivar os alunos a participar da prova, um pequeno grupo optou por boicotar o Provão. "Eles responderam às questões sem a preocupação com os resultados." Dalsoglio afirma que o curso tirou A no ano anterior graças a um currículo adequado e um corpo docente qualificado. "Não mudamos do dia para a noite", observa.

Desde sua primeira participação, em 1998, o curso de Jornalismo tem passado por altos e baixos, tanto na obtenção dos conceitos quanto no comparecimento dos alunos. Em 1998, recebeu nota D, com 72% de alunos respondendo ao exame. Já em 1999, obteve o conceito A com 100% de comparecimento. Em 2000, decaiu. Obteve conceito C, com 90% de alunos presentes. Em 2001, ficou com E. A nota baixa se justifica. Apenas 14,6% dos alunos estiveram no Provão.

Segundo o vice-reitor, José Carlos Ferraz Henemann, o boicote é uma situação localizada, restrita ao curso de Jornalismo. "É um movimento dos estudantes que não aceitam o Provão como sistema de avaliação e que acabou refletindo no conceito geral."

Os alunos decidiram não fazer a prova e informaram a direção da Faculdade por meio de um manifesto. Por isso, segundo Sandra de Deus, chefe do Departamento de Comunicação, a nota baixa não foi nenhuma surpresa. "Sabíamos, antecipadamente, que seria um E. Mas a decisão final cabia aos alunos. Respeitamos esta posição, mesmo correndo riscos." Sandra lembra que um terceiro desempenho ruim deixará o curso à disposição do MEC para reavaliação. "Estamos com dois conceitos baixos. Mais um, e entraremos numa zona de risco." Mesmo assim, isso reforça a livre escolha dos alunos. "Sabemos da formação de excelente qualidade que recebemos. No mestrado ou no mercado de trabalho, eles

têm um desempenho maravilhoso."

CURSOS

Desde que começou a ser aplicado, em 1996, o Exame Nacional de Cursos (Provão), que conta com a participação de todas as instituições de ensino superior do país, tem inserido a cada ano novos cursos para exame. Em 2001, foram 20 áreas: Administração, Agronomia, Biologia, Direito, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Física, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Química. No próximo ano, o número subirá para 24 com a inclusão dos cursos de História, Ciências Contábeis, Arquitetura e Urbanismo e Enfermagem e Obstetrícia.

Participaram deste último Provão 271.421 alunos de 3.668 cursos das 20 áreas. Os estudantes com as melhores médias em cada área avaliada pelo Provão terão direito a bolsas de estudo para mestrado ou doutorado da Capes/MEC.

Dos 3.668 cursos avaliados em 2001, 2.514 (68%) obtiveram conceitos A, B ou C. Os outros 32% ficaram com conceitos D ou E, considerados como baixo desempenho e que podem levar o curso a perder a autorização de funcionamento.

As regiões Centro-Oeste e Sul se destacaram pelo bom desempenho. Porém, na região Norte do país a avaliação foi considerada fraca. Em 12 áreas, nenhum curso alcançou nota A ou B. Em 10 áreas, pelo menos a metade dos cursos avaliados alcançou apenas conceitos D ou E.

MUDANÇAS

O aumento nas médias das notas alcançadas pelas universidades está relacionado à mudança na sistemática de distribuição dos conceitos. A partir deste ano, o desempenho de cada um dos cursos depende exclusivamente da distância da média do curso em relação à média geral da área.

Antes, a distribuição era pré-fixada. De todos os cursos do país, apenas 12% ficavam com desempenho mais alto, atribuindo-se o conceito A; aos 18% seguintes, o conceito B; aos 40% a seguir, com desempenho médio, o conceito C; e com desempenhos mais baixos, 18% com D e 12% com E.

O ponto de partida do novo critério é a média geral de cada área. A partir dela é calculada a dispersão das médias dos cursos, o chamado desvio-padrão, que permite a construção de faixas de valores para a distribuição de desempenho dos cursos. A média de cada curso estará, sempre, dentro de um dos intervalos determinados, e cada um desses intervalos corresponde a um conceito A, B, C, D ou E. A nova metodologia permite captar com mais precisão a evolução no desempenho dos cursos.

A UFRGS fez uma simulação no primeiro semestre de 2001. Aproveitando dados do ano anterior, usou os novos critérios de avaliação. De acordo com a assessora-técnica da Secretaria de Avaliação Institucional, Marli Morosini Polidori, a performance da UFRGS apresentou alteração. E a partir daí, passou-se a ter maior visibilidade no desempenho de cada curso. "Foi possível realmente mostrar quem tinha A,B,C,D ou E. Antes, era pré-estabelecido."

AValiação

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) faz uma segunda avaliação de todos os cursos que participam do Provão. Eles são submetidos ao Projeto de Avaliação de Condições de Ensino. Peritos designados pelo INEP visitam as universidades para avaliar as condições do curso. A inspeção, que dura de dois a três dias, passa pelas bibliotecas e por documentos solicitados anteriormente. Além disso, os inspetores conversam com os docentes e entrevistam os alunos e funcionários para confrontar as informações.

A avaliação é feita dentro de três quesitos: organização didático-pedagógica, corpo docente e instalações. Segundo Henemann, a UFRGS vem conseguindo um ótimo desempenho. "Os cursos têm sido avaliados de forma bastante positiva, principalmente o projeto pedagógico e o corpo docente", afirma.

TABELA

Segundo dados do INEP, a classificação dos cursos, com base na média geral e no desvio padrão, ficará da seguinte forma:

Conceito C – cursos que tiverem seu desempenho no intervalo de meio desvio-padrão em torno da média geral.

Conceito B – cursos com desempenho entre meio (inclusive) e um desvio-padrão acima da média geral.

Conceito A – cursos com desempenho acima de um desvio-padrão (inclusive) da média geral.

Conceito D – cursos cujo desempenho estiver no intervalo entre um e meio desvio-padrão (inclusive) abaixo da média geral.

Conceito E – cursos com desempenho abaixo de um desvio-padrão (inclusive) da média geral.

CURSOS	ANOS					
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
ADMINISTRAÇÃO	A	A	A	B	A	A
AGRONOMIA	-	-	-	-	A	C
BIOLOGIA	-	-	-	-	A	A
DIREITO	C	A	A	A	A	A
ECONOMIA	-	-	-	A	A	A
ENGENHARIA CIVIL	A	A	A	A	A	A
ENGENHARIA ELÉTRICA	-	-	A	A	A	A
ENGENHARIA MECÂNICA	-	-	-	B	B	A
ENGENHARIA QUÍMICA	-	B	B	A	A	A
FARMÁCIA	-	-	-	-	-	A
FÍSICA	-	-	-	-	A	A
JORNALISMO	-	-	D	A	C	E
LETRAS	-	-	A	A	A	A
MATEMÁTICA	-	-	A	A	A	A
MEDICINA	-	-	-	B	D	A
MEDICINA VETERINÁRIA	-	C	B	B	B	B
ODONTOLOGIA	-	B	C	A	A	A
PEDAGOGIA	-	-	-	-	-	A
PSICOLOGIA	-	-	-	-	A	A
QUÍMICA	-	-	-	-	A	A

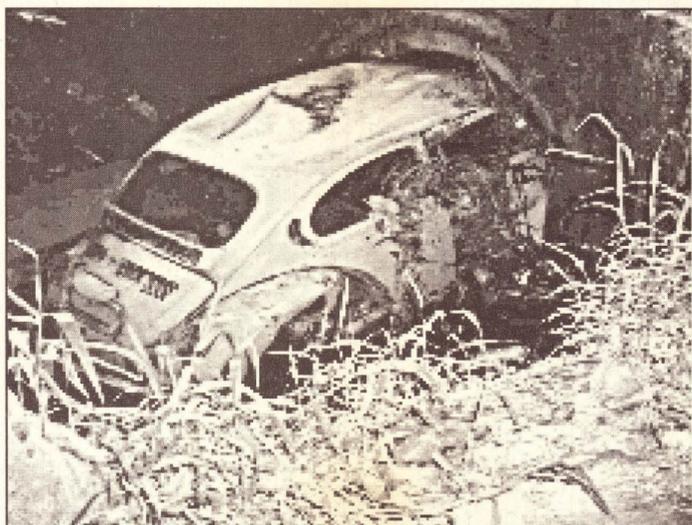
ESPECIAL

ALAGAMENTOS URBANOS

Novas idéias para evitar o caos

●ARLETE R. DE OLIVEIRA KEMPF
Jornalista

O aumento dramático das inundações urbanas é uma das conseqüências do crescimento desordenado das capitais e grandes cidades brasileiras, nas últimas décadas. A impermeabilização cada vez mais intensa do solo e uma concepção cara e equivocada de drenagem, ensinada a várias gerações de profissionais, são responsáveis pelos problemas atuais. Veja aqui o enfoque que busca soluções sustentáveis para o problema, a contribuição da UFRGS na sua difusão e o pioneirismo de Porto Alegre na adoção de novas práticas nesse tema



"Fusca Rolha" em canalização de São Paulo

Os alagamentos por ocasião de chuvas torrenciais se tornaram um pesadelo para a população de muitos bairros da Capital. Costumam deixar um rastro de medo, irritação e prejuízos econômicos. No entanto, o quadro não é privilégio exclusivo de Porto Alegre. "Esse é um problema de 100% das grandes cidades brasileiras no cenário atual", relata o professor Carlos Eduardo Morelli Tucci, especialista em gerenciamento de recursos hídricos e hidrologia urbana do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da UFRGS.

Ele explica que as inundações urbanas são conseqüência direta do aumento das áreas com superfícies impermeabilizadas, nas cidades. Elas acabam alterando dramaticamente o escoamento natural das águas. Soma-se a isso a persistência de uma concepção ultrapassada de drenagem urbana na formação de engenheiros e projetistas. Essa velha cultura, indicando soluções majoritariamente através de obras de canalização, contribuiu para agravar as inundações, por transferir impactos de uma área para outra.

Nos países do mundo desenvolvido, há cerca de 30 anos, uma visão diferente fundamenta as ações dos órgãos públicos no assunto. Na Europa, Estados Unidos e Austrália, desde a década de 70, busca-se fazer o controle do escoamento da água da chuva começando na própria área onde é construída a habitação. Isso é exigido para cada novo empreendimento, sejam novos loteamentos ou densificação de áreas já fracionadas. Aliando idéias ecológicas e tecnologia, as sociedades desses países chegaram a políticas e sistemas legais que impõem soluções sustentáveis econômica e ambientalmente.

Dentre essas soluções estão vários dispositivos que permitem a infiltração e o amortecimento da vazão da água da chuva, minimizando a cheia.

A situação atual nas grandes cidades brasileiras mostra que os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano devem conter planos diretores de drenagem urbana, visando planejar as medidas necessárias para o controle dos impactos do crescimento urbano sobre as bacias hidrográficas. Porto Alegre, junto com outras cinco grandes cidades brasileiras – Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e Santo André –, já trabalha nessa direção. Por meio de convênio entre a Prefeitura e a UFRGS, técnicos e pesquisadores do Instituto de Pesquisas Hidráulicas estão levantando a situação de toda a cidade, elaborando o planejamento para ações estruturais e legais que constituirão o futuro Plano Diretor de Drenagem Urbana da cidade.

A Capital também é pioneira na adoção de legislação que incorpora os novos conceitos de drenagem, em relação às medidas que são exigidas para novos loteamentos e empreendimentos imobiliários. Porto Alegre é a única cidade do País a adotar norma dessa natureza, contida no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, aprovado e assinado no início de 2000.

PERMEABILIDADE

Para melhor compreensão das causas das inundações, é preciso lembrar que atualmente 80% da população brasileira concentra-se nas áreas urbanas. Isso representou o agravamento das condições de infra-estrutura existentes. Historicamente, a expansão das cidades deu-se por avanços sobre áreas rurais ao redor dos núcleos urbanos. Nesse processo de ocupação, geralmente desordenado, o solo coberto de vegetação deu lugar a extensas áreas construídas ou pavimentadas, diminuindo a sua permeabilidade. Em conseqüência, a água da chuva deixou de se infiltrar no solo e passou a escoar superficialmente, alimentando mais rapidamente a rede pluvial e também arroios e córregos. Quando estes começaram a transbordar tratou-se de discipliná-los através de obras de canalização.

A impermeabilização das superfícies torna impressionante a velocidade de escoamento das águas. Segundo o professor Tucci, a vazão da água aumenta seis vezes. E essa vazão não segue mais por canaletas naturais, ela vai pelos condutos construídos, o mais rápido possível. "A forma como foi projetada a drenagem nas cidades brasileiras, com ênfase em obras de canalização, é que leva aos problemas que nós temos hoje", observa.

"A idéia da canalização obedece ao princípio de que a melhor forma de drenagem é aquela em que se expulsa a água do local o mais rápido possível." Durante décadas, trabalhou-se assim. "Resolvia-se o problema local, mas o resultado era a transferência do alagamento para outras áreas mais abaixo, ou seja, a jusante da bacia hidrográfica urbana", explica Tucci.

Além do mais, essa é uma solução extremamente cara. "Um canal, por mais barato que seja, custa de 2 a 3 milhões de dólares por quilômetro. Os mais caros podem chegar até 30 milhões de dólares por quilômetro", revela. "Em Belo Horizonte, gastaram 25 milhões de dólares por quilômetro numa canalização recente. Não suportou a primeira enchente", conta.

"O problema é que ainda hoje todos os engenheiros estão formados com a cabeça voltada para esse projeto insustentável economicamente. O somatório disso significa grandes obras, grandes gastos, para os quais os municípios não têm recursos", constata o pesquisador do IPH. Segundo Tucci, a relação de custo entre amortecer a vazão da água da chuva no local e usar canalização é de 1 para 10. "Canalizar representa mil por cento a mais."

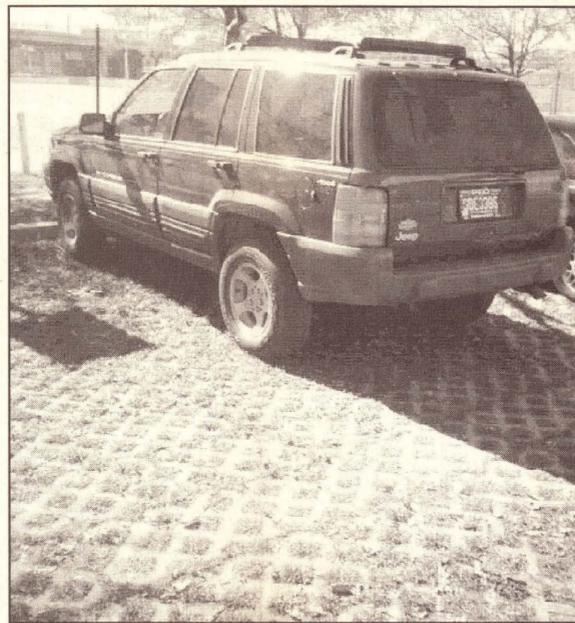
Um exemplo dramático de quanto podem representar os custos

da impermeabilização é a situação de Buenos Aires. A capital argentina está hoje quase totalmente impermeabilizada, com 90% de sua área urbanizada. "Em obras de amortecimento, eles estão gastando 300 dólares por metro cúbico de volume de água que fica na superfície após as chuvas. Isso é muito dinheiro. Para resolver o problema de toda Buenos Aires talvez seja necessário algo em torno de 1,5 bilhão de dólares", calcula Tucci.

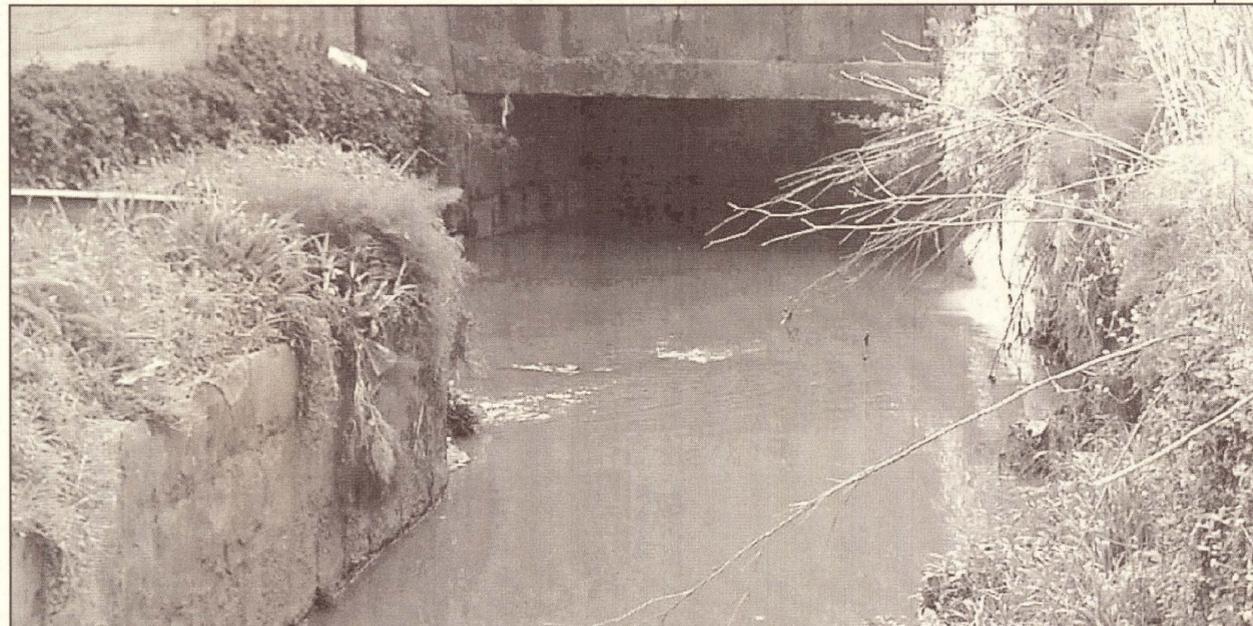
Também registra-se o fato de que boa parte das canalizações são mal dimensionadas, avalia Tucci. "Deveriam ser feitas seções menores para o escoamento que ocorre em 99% do tempo e uma seção lateral maior para os momentos de inundações. Pode ser um canal menor com um gramado bonito ao lado", descreve. A finalidade é obter o amortecimento da vazão.

Além do crescimento da vazão superficial, o impacto da urbanização trouxe ainda o aumento da produção de sedimentos, devido à desproteção das superfícies, durante as construções, limpeza de terrenos para loteamentos, abertura de ruas e avenidas. A produção de lixo é outro fator que contribui para isso. Os resultados são o assoreamento, com redução da capacidade de escoamento de condutos e dos cursos de água urbanos.

Outro grave problema associado às inundações é contaminação da água dos rios, pois a água pluvial tem uma carga de poluentes equivalente ao esgoto cloacal, em função da lavagem que o escoamento superficial promove. A diferença é que esses poluentes estão contidos em um grande volume de água. Nos países desenvolvidos, o problema não é mais inundação urbana, já equacionado, mas a preocupação com que essa água contaminada não chegue aos rios, diz o professor Tucci. No Brasil, como nem o tratamento de esgotos urbanos está na ordem do dia – somente 8% dos esgotos brasileiros são tratados – e grande parte das cidades sequer tem esgoto cloacal, fica difícil introduzir



Pavimento permeável usado na Europa



Exemplo de canalização mal dimensionada

essa questão. "Não dá para resolver isso enquanto as cidades não tiverem implementado o esgotamento cloacal e seu tratamento", conclui Tucci.

CONTROLE

A concepção de drenagem que está na base das ações dos países desenvolvidos mostra que o controle das inundações deve começar a partir do próprio local de moradia dos habitantes das cidades. São várias soluções com o propósito de amortecer, retardar e diminuir o escoamento superficial da água da chuva. Muda a sustentação filosófica: o melhor projeto de drenagem é o que mantém as vazões máximas da bacia hidrográfica no mesmo nível das vazões em condições naturais. A idéia é impedir que o volume que se precipita durante os temporais, através do escoamento superficial supere a capacidade da rede pluvial ou seja totalmente carregado para os cursos de água. Assim, pode-se diminuir os riscos de alagamento.

Para manutenção das condições naturais de drenagem é necessário preservar áreas de infiltração naturais e criar condições para retardar o escoamento da água da chuva. Na Europa, Estados Unidos e Austrália, informa o professor Tucci, qualquer nova obra ou loteamento somente recebe liberação depois de comprovar que a vazão da micro-bacia local continuará a mesma, depois da construção. "Não se transfere o problema para os vizinhos", diz.

São vários mecanismos com essa finalidade. As residências podem contar com cisternas que colem as águas que caem dos telhados. Estas águas também podem ser dirigidas para espaços gramados, em vez de escoarem diretamente para calçadas e pluviais. "O que era impermeável passa a ser permeável", mostra o professor Tucci. Os loteamentos podem manter reservatórios na forma de pequenos lagos ou banhados, para onde a água da chuva é drenada. Isso é conhecido como obra de retenção. Outras alternativas são pavimentos permeáveis, ao invés de pavimentos totalmente impermeáveis. "Custom um pouco mais caro", reconhece Tucci, mas ajudam. Nessa linha, há ainda as trincheiras de infiltração, que são escavações no solo preenchidas com seixos, com a função de amortecer a vazão, e as obras de detenção, que já existem em alguns bairros de Porto Alegre.

As chamadas detenções são áreas secas, geralmente em parques ou praças públicas, ou ao longo de avenidas, que recebem a água das chuvas muito fortes, como se fossem uma piscina. Elas são construídas para absorver grandes volumes, com um sistema de infiltração rápido. Podem inclusive extravasar o excesso, mas em pouco tempo, ao final das chuvas, estão secas. Em Porto Alegre, em praça pública situada entre as avenidas Benjamin Constant e Polônia, há um exemplo clássico de detenção, que no período seco é utilizado como campo esportivo.

USO DO SOLO

Na visão de Tucci, o grande problema que ocorre em todas as grandes cidades do Brasil é a falta de intervenção pública – com medidas legislativas – para controlar a criação e transferência de problemas de drenagem de uma área para outra.

Por falta de gerência de drenagem pública na ocupação de áreas urbanas, as pessoas vão cada uma aumentando as cotas de áreas impermeabilizadas, pois não há qualquer tipo de impedimento. E como inexistente legislação sobre a obrigação de criar áreas de amortecimento para compensar o aumento da impermeabilização, em geral os municípios deixam de atuar preventivamente. Nos Estados Unidos, diz Tucci, se cobra proporcionalmente à área impermeável de cada propriedade, pelo investimento feito na bacia hidrográfica para amortecer as cheias. "E se cobra também pela operação e manutenção desses sistemas, também de modo proporcional à área impermeável de cada propriedade, que é o justo".

Essa conexão entre alagamentos, a boa ou má ocupação de espaços e o seu controle, é destacada pelo professor Tucci. "Acabamos no final tratando das conseqüências disso", com pouca possibilidade de ação sobre as causas, lamenta. "Tudo está relacionado com o uso do solo urbano", resume. Junto a isso há o fato de que, por desorganização, as administrações municipais não conseguem controlar a velocidade da ocupação urbana ou chegam atrasadas no processo.

O fato é que boa parte das expansões urbanas das cidades, nas suas periferias é clandestina. Isso ocorre porque a infra-estrutura exigida para o lote é cara. Sendo clandestino e sem infra-estrutura, o lote torna-se barato, devido ao subsídio ambiental implícito. "Então, é como um círculo vicioso", conclui Tucci. "Porque não tem infra-estrutura, o lote é barato e isso atrai moradores. Ninguém faz as obras necessárias e acaba sobrando para o poder público a responsabilidade de fazê-las no futuro. Não seria mais razoável o poder público se antecipar, criar a infra-estrutura básica dessas regiões e propiciar um desenvolvimento mais sustentável para a área?"

ESPECIAL
ALAGAMENTOS URBANOS

Porto Alegre planeja para o futuro

Porto Alegre é a única cidade brasileira a incorporar no seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano a exigência de que novos loteamentos sejam obrigados a manter a vazão pré-existente na microbacia. Baseado na lei, a assessoria técnica do IPH propôs à Municipalidade a minuta de um decreto para fazer esse controle também em novos empreendimentos em áreas já urbanizadas, isto é, em projetos que aumentem a densificação habitacional. "Essas são medidas não estruturais para controle de inundação. É pensar o futuro, fazer com que novas obras não criem problemas semelhantes aos que já existem", relata o professor Carlos Eduardo Morelli Tucci.

Pelo convênio entre a UFRGS e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, além do levantamento da situação da macrobacia de drenagem da cidade, é prestado apoio técnico para a solução de problemas específicos, em determinados pontos da Capital.

"O que se está fazendo é o planejamento das obras necessárias em cada sub-bacia. Cabe à Prefeitura, depois, licitar o projeto executivo para a realização das obras", explica Tucci. O estudo começou pelas regiões mais densificadas da cidade. Nessa parte serão necessários maiores investimentos estruturais, ou seja, obras físicas. Tucci calcula que o planejamento já concluído envolva uma área correspondente à cerca de 50 quilômetros quadrados. Dos aproximadamente 200 quilômetros quadrados de área da cidade, 30 a 40% correspondem às regiões mais urbanizadas. O restante, na avaliação de Tucci, por envolver áreas de expansão terá custos menores; serão investimentos em controle não estrutural. Geralmente, os custos de controle estrutural com detenções abertas em áreas públicas variam de 500 mil a 2 milhões de dólares por quilômetro quadrado.

Dentre as áreas cujo planejamento já foi concluído estão a Bacia do Arroio Areia (região das avenidas Nilo Peçanha e Anita Garibaldi e do Country Club); a Bacia do Arroio Moinho (que passa por condutos sob a PUC) e Bacia do Arroio Tamandaré, na região central da Capital. Também foi feita a revisão das bacias do sistema de proteção contra enchentes, para verificar se a capacidade das bombas instaladas ainda é adequada. No momento está em andamento o planejamento de outras três bacias: do Arroio Passo das Pedras, do Arroio Capivara e do Arroio Cavalhada. Em muitas bacias já urbanizadas, o controle das inundações deverá se dar através da construção de *detenções*, para amortecimento do escoamento. Segundo Tucci, as *detenções* controlam o impacto na fonte e geralmente têm menores custos que as canalizações dos arroios (relação de 1 para 7).

Com a execução das indicações previstas no planejamento, a Capital estaria protegida de chuvas correspondentes a 10 anos de retorno. Isso significa, segundo o professor Tucci, chuvas com possibilidade de ocorrer uma vez a cada dez anos, em média. Obviamente, o desenvolvimento do Plano depende da obtenção de recursos para sua implementação.

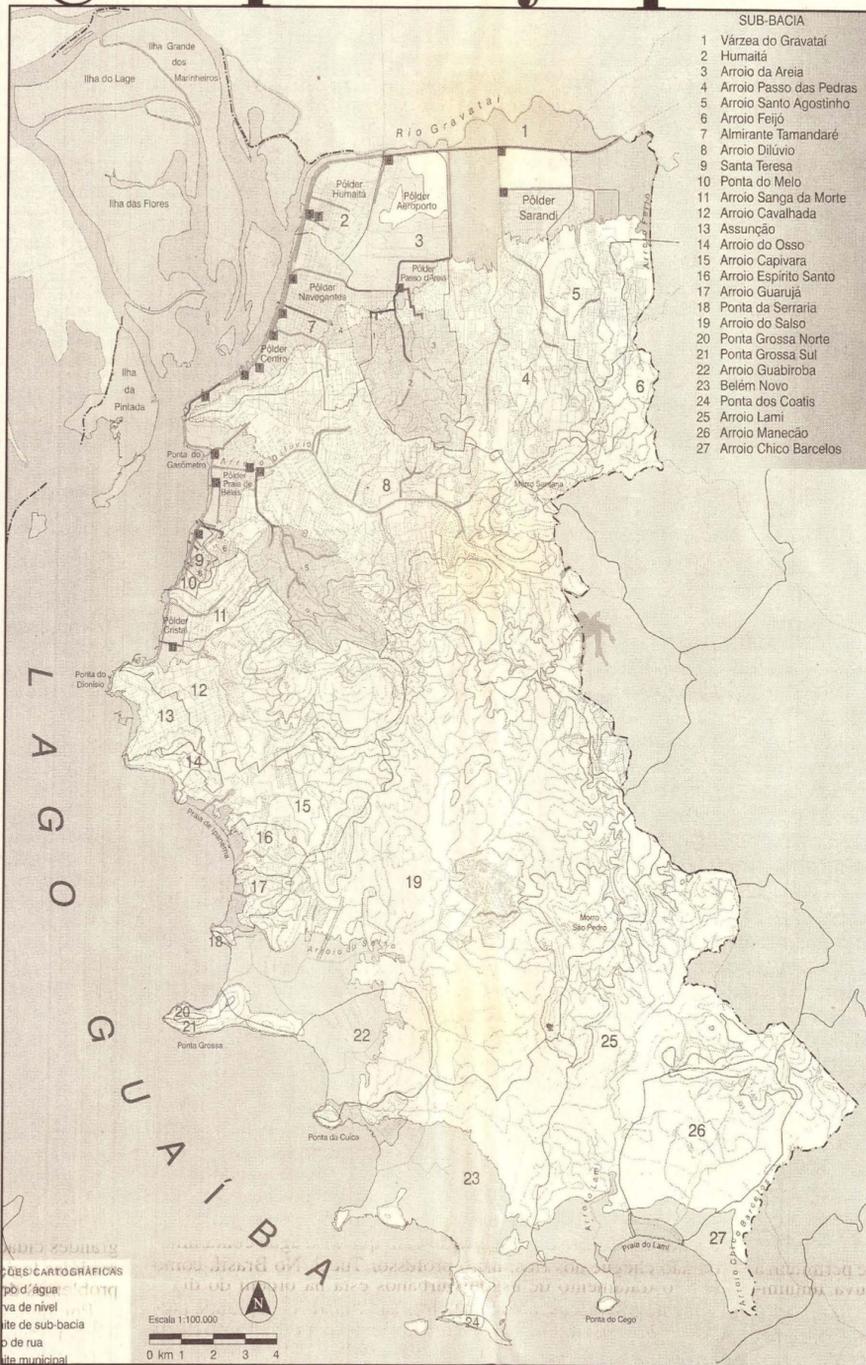
GOETHE

O caso da avenida Goethe, junto ao Parcão, num dos bairros nobres da cidade, cujos alagamentos são festa para os fotógrafos de jornal, é típica consequência de impermeabilização de área urbana sem compensação. "A Goethe nada mais é do que uma área de *detenção*, só que foi construída no meio da rua", brinca o professor Tucci. "Por que se chegou a isso? Porque a impermeabilização de toda aquela encosta gerou um ponto de estrangulamento ali. Transformou-se num lago de amortecimento daquela área".

O pesquisador do IPH lembra que as enchentes urbanas são fenômenos rapidíssimos. "O tempo de concentração numa cheia, no Arroio Dilúvio é de três horas. Significa que em um período de três horas houve a chuva, veio a cheia e ela foi embora. Numa área como a da Goethe, entre chover e a água chegar no Parcão não deve passar de 20 a 30 minutos, no máximo. É rápido justamente por causa da impermeabilização, da canalização e da aceleração do escoamento", resume.

Para resolver o problema da Goethe, diz Tucci, "ou se encontra um espaço que ali não existe para se implantar uma *detenção*, ou se transfere a água através de conduto para o Guaíba, que é o projeto que já existe na Prefeitura, com custo da ordem de R\$22 milhões".

Tucci vê com preocupação os planos de densificação futura das áreas contíguas ao aeroporto, conforme previsão no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre. São áreas que só escoam a água da chuva para o rio por bombeamento. A intensificação da urbanização e o consequente aumento do volume de água poderá resultar "em perdas econômicas constantes", diz.



Bacia Hidrográfica de Porto Alegre

IPH poderá ser centro de referência da Unesco

O Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS poderá ser credenciado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) como Centro Regional de Águas Urbanas da América Latina. O credenciamento permitirá sua integração a uma rede de instituições em todo o mundo responsáveis pela pesquisa e educação envolvendo hidrologia e saneamento. Os contatos começaram há dois anos, quando um grupo de professores do IPH foi convidado para produzir um livro sobre drenagem urbana do trópico úmido para a Unesco. O volume foi publicado e está em fase de distribuição. Em julho do ano passado, o IPH promoveu o seminário *Drenagem Urbana no Mercosul*, com a participação de representantes da Divisão de Ciências da Água da Unesco. Daí nasceu o convite para que o IPH faça parte da rede dos Centros Internacionais de Pesquisa e Treinamento em Drenagem Urbana/Centro de Águas Urbanas, da Unesco.

Em maio de 2001, o primeiro desses centros credenciados pela Unesco passou a funcionar em Teerã, no Irã. Em novembro, o programa já existente em Delft, na Holanda, foi credenciado na área de educação em recursos hídricos. Segundo o professor Carlos Eduardo Morelli Tucci, um dos interlocutores do IPH nesse processo, a tendência do organismo atualmente é creditar entidades regionais, com a cooperação dos respectivos países, a fim de que esses centros possam captar mais facilmente financiamento internacional para seus projetos de pesquisa. O *selo* da Unesco deverá facilitar a tarefa. Em nível de governo, o encaminha à Unesco, a documentação relativa ao IPH, será feita pelo Itamaraty, para consideração dos países membros do organismo, em reunião geral.

Para o IPH, o credenciamento é significativo por duas razões. Inicialmente porque o Instituto completará 50 anos em 2003. E depois, porque o seu programa de Mestrado, instituído em 1969, integrava um projeto maior que foi financiado justamente pela Unesco. O investimento da Unesco no IPH manteve-se até a consolidação do curso de doutorado, em

Formação muda e ensina a pensar diferente

Na UFRGS, a formação de novos profissionais em drenagem urbana já incorpora as concepções que buscam sustentabilidade econômica e ambiental. "Mas a maioria das universidades não ensina estes conceitos", lamenta o professor Carlos Eduardo Morelli Tucci. "Toda a cultura de drenagem no Brasil foi a cultura de expulsar a água o mais rápido possível para jusante. Essa é a cultura que produz os impactos observados hoje e que demora muito para mudar. Então, se formam engenheiros fazendo drenagem com essa visão. Depois, se tem que mudar a maneira de projetar de toda uma geração. Isso não é simples. Porque na microescala cada projeto produz um pequeno impacto. E o somatório desses pequenos projetos geram os grandes impactos".

Na visão do professor Tucci, as mudanças de concepção devem alcançar não só o projetista de drenagem, o arquiteto que projeta as casas ou o engenheiro que as constrói, mas todo o indivíduo que trabalha dentro de um ambiente humano.

O Instituto de Pesquisas Hidráulicas é responsável pela criação da primeira disciplina que trata desse assunto dentro da Universidade - *Gerenciamento da Drenagem Urbana* - para arquitetos e engenheiros. "O objetivo é justamente ensinar a pensar de forma diferente sobre os problemas da cidade. Esse é o nosso papel, mudar essas concepções ao longo do tempo". Outro aspecto de importância do tema, segundo Tucci, é que os projetistas devem estar atentos à possibilidade de futuras ações judiciais por danos decorrentes de projetos que não incorporaram concepções de controle de vazão, transferindo impactos para outros.

A pesquisa e o ensino nesse campo "buscam um desenvolvimento mais sustentável para o processo urbano e são esforços para evitar, no futuro, todos os problemas que se enfrentam hoje", diz Tucci. Na própria área do IPH, vários dos dispositivos preconizados para o controle do escoamento superficial foram implantados experimentalmente. O próximo passo será a implantação de pavimento permeável no estacionamento. O Instituto também pretende trabalhar em parceria com empresas interessadas em implementar as novas técnicas em projetos de loteamentos e condomínios, através de projetos de pesquisa específicos.

Um estudo do professor André L.L. da Silveira, do IPH, sob o título *Hidrologia Urbana no Brasil*, mostra que a velha cultura de drenagem urbana tem origem no movimento higienista surgido na Europa no século XIX. Esse movimento preconizava medidas de saúde pública que eliminassem as águas paradas e o lixo das ruas da cidade. "Surge o conceito de evacuação rápida, para longe, por meio de canalização subterrânea, de toda a água circulante na cidade, passível de ser contaminada por detritos humanos ou animais", diz o estudo.

Numa segunda fase de desenvolvimento da hidrologia, mantém-se o conceito de expulsão rápida das águas dos núcleos urbanos, mas racionalizam-se e normatizam-se os cálculos para dimensionamento das obras hidráulicas.

A terceira etapa estabelece a hidrologia urbana atual, fundada na consciência ecológica e na expansão tecnológica, mostra o estudo do professor Silveira. Estabelecem-se alternativas para a expulsão rápida das águas, reconhece-se a poluição do esgoto pluvial e desenvolve-se uma crescente pressão para o tratamento dos esgotos.

Segundo o estudo de Silveira, a dificuldade do Brasil em passar satisfatoriamente para a terceira etapa tem causa na falta de investimentos suficientes para a pesquisa e construção de obras físicas. A capacidade de investimento em obras de saneamento (incluindo a drenagem urbana) sempre foi inferior à expansão das cidades. Isso, conclui o estudo, afeta o avanço científico. Predominou uma tendência de remediar situações, ao invés de preveni-las. Daí a grande defasagem do País em relação aos países desenvolvidos, nesse tema.



Sistema de retenção da Avenida Polônia

1981. O professor Tucci lembra que, na década de 70, havia uma indicação no sentido de tornar o IPH um centro de estudos latino-americano. Isso só não ocorreu em virtude de dificuldades diplomáticas da época.

Atualmente, o IPH se constitui num dos principais centros de estudo e pesquisa do Brasil e da região, na área de recursos hídricos e de saneamento ambiental. Acompanhou o grande desenvolvimento mundial sobre o tema de águas urbanas, que no contexto brasileiro e sul-americano, é de crucial impor-

tância, pois envolve a sustentabilidade humana nas cidades, os problemas de qualidade de água para abastecimento, de qualidade de água dos rios e da drenagem das enchentes urbanas.

O Instituto é integrante do Global Water Partnership, uma entidade internacional organizada com incentivo do Banco Mundial, com grupos em diferentes partes do mundo. O grupo da América do Sul elegeu o tema inundações como área prioritária de desenvolvimento de estudos. O IPH também coordena na América do Sul, o programa que conta com a participação da Organização Meteorológica Mundial, pelo qual serão realizadas várias reuniões de trabalho com tomadores de decisão na região, no próximo ano. Serão investidos 100 mil dólares nesse projeto, obtidos de um fundo japonês.

Como gerente do Fundo Setorial de Recursos Hídricos do Ministério de Ciência e Tecnologia, o professor Tucci lembra que uma das áreas de atuação do Fundo envolve o tema águas urbanas. Com o objetivo de desenvolver o programa, pretende-se financiar a criação de uma rede de grupos de centros de pesquisa no Brasil, diz ele. Portanto, conclui, há uma série de convergências em termos de desenvolvimento, que admitem um papel preponderante para o Instituto.

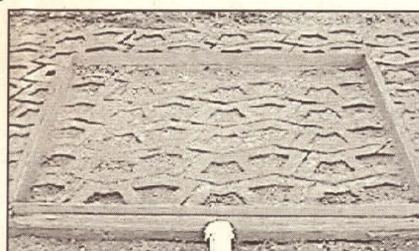
EXPERIMENTO COM PAVIMENTOS



Paralelepípedos



Blocos de concreto



Blocos vazados

Professores criticam “flexibilização” da CLT

●LAÍS CHAFFE
Jornalista

Rejeição ao projeto do governo é grande no meio acadêmico, onde poucos acreditam que a desregulamentação possa gerar empregos

As críticas ao projeto que coloca acordos entre patrões e empregados acima da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), generalizadas entre sindicalistas e políticos de oposição, também se multiplicam no meio acadêmico. Se passar no Senado, a proposta aprovada na Câmara dos Deputados por 264 votos a 213 vai prejudicar o lado mais fraco, analisam professores da UFRGS. Ou seja, são os trabalhadores que vão sair perdendo, por não terem poder de barganha. O principal argumento utilizado pelos defensores das mudanças, de que elas gerariam emprego, não convence aos críticos, e muitos acreditam no oposto.

A assimetria de poder entre empresas e trabalhadores está na raiz da instituição das garantias trabalhistas pelo Estado, lembra o sociólogo Fernando Cotanda. “Por haver uma desigualdade de forças, protege-se o lado mais fraco com garantias mínimas, como 13º salário e férias. Para mudar a legislação, seria necessário pressupor que agora há igualdade para as negociações, e isso não existe nem nunca existiu.” A imensa maioria dos trabalhadores não está ligada a sindicatos fortes, e muitos nem contam com representação sindical, acrescenta Cotanda.

Para a professora de Direito do Trabalho da UFRGS e juíza aposentada do TRT Carmen Camino, o projeto é inconstitucional. “Quando trata do elenco dos direitos sociais, expressamente dos direitos do trabalho, a Constituição estabelece um contrato mínimo, um elenco de direitos mínimos, abrindo exceção para negociações coletivas restritamente.” É o caso dos salários, irredutíveis, e da jornada de oito horas, no limite de 44 horas semanais, salvo compensação ou redução por negociações coletivas. “Como não há ressalvas para os demais direitos assegurados pela Constituição, eles não poderiam ser ‘flexibilizados’ por negociação coletiva”, afirma a juíza.

“Não vejo inconstitucionalidade na lei”, diz o advogado trabalhista Emílio Rothfuchs Neto, membro da Academia Nacional do Direito do Trabalho. “Pode ser inconveniente ou injusta, do ponto de vista dos empregados, mas ela mesma se limita às normas constitucionais. É de origem do Executivo, votada no Congresso. Claro que a OAB e os sindicatos podem contestar, mas não vejo caminho.”

Diretora da Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul (Femargs), Carmen diz que, se a lei passar no Senado, certamente será argüida sua inconstitucionalidade. Se for esse o caso, a partir daí ela evita previsões, assim como Rothfuchs. Mas a professora acha que o projeto não será votado tão cedo pelos senadores. “Acho que vai emperrar, haverá muita pressão. Será um dos grandes cavalos de batalha do Lula no ano de eleições. E se não passar no ano que vem, talvez não passe no próximo Congresso. Se o assunto for bem trabalhado na campanha, isso pode influenciar os eleitores, que não vão querer perder seus direitos. Mas sempre há o risco de os congressistas, em primeiro ano de mandato, apostarem no esquecimento e daí aprovarem a lei.”

SALÁRIOS

Os defensores do projeto insistem que os direitos constitucionais estão sendo assegurados, mas a diretora da Femargs considera isso insuficiente. “A regulamentação está na lei, e esses direitos poderiam ser reduzidos quase a zero. O governo simplesmente quer que tudo possa ser negociado.” Carmen cita a lei 4923/65, que regula a negociação coletiva para reduzir salários, estabelecendo critérios como um prazo máximo de três meses de redução, apenas em situações de

conjuntura econômica difícil e com queda também no pró-labore dos executivos. “É um patamar bem seguro”, afirma. Mas se o projeto passar, acordos coletivos assinados por traba-

lhadores sob pressão de perder o emprego ficarão acima dessa regulamentação.

Férias remuneradas também são garantia constitucional, mas o período é definido por lei. Assim, seria possível colocar num contrato coletivo férias de uma semana. A Constituição diz ainda que o trabalho noturno deve ter remuneração superior à do diurno, mas não estabelece a percentagem. Nada impediria que os atuais 20% caíssem para 5%, por exemplo. A hora noturna, de 52 minutos e 30 segundos pela CLT, pode passar para 60 minutos. A regulamentação do banco de horas também ficaria à mercê dos acordos. O 13º salário talvez seja uma das primeiras grandes vítimas. “A Constituição não estabelece qual o valor nem quando e como deve ser pago. Ele poderia ser dividido em até 12 vezes e mesmo reduzido”, afirma a professora. Doutor em Sociologia pela UFRGS, Cotanda vê o projeto como um retrocesso: “A retirada pura e simples desses direitos é quase uma volta ao início da Revolução Industrial.”

“Retrocesso é manter uma lei que dificulta a todos, porque entrava o desenvolvimento, tira a competitividade e mata empregos”, afirma Rothfuchs Neto, que lecionou na UFRGS de 1967 até este ano. Ele considera o projeto insuficiente, mas não ruim. “Se o sindicato disser não, é como se a mudança não existisse. Ela permite a negociação, mas o que não é negociado segue como em 1940.”

Onde não há sindicatos fortes, o advogado admite que essa lógica não funciona. “Vamos cair na Bélgica: é preciso dar um tratamento para a Índia e outro para a Bélgica.” Rothfuchs defende uma “atualização de todo o universo da legislação trabalhista”. Ele exemplifica com o repouso remunerado, instituído em lei de 1949: “até hoje não se chegou a um consenso sobre se o mensalista que falta durante a semana teria direito ao descanso dominical”. O professor aposentado acredita que a mudança na CLT, através de uma nova redação do artigo 618, é apenas um detalhe. “O importante é adaptar a legislação do trabalho para o século XXI. Quando entrou em vigor a CLT, a população era de 40 milhões de habitantes. Hoje, somos quase 200 milhões. Mudanças, mas não uma flexibilização selvagem, são absolutamente necessárias. Não adianta pensar em direitos se não há trabalho.”

EMPREGOS

A Ordem dos Advogados do Brasil e Associação dos Magistrados do Trabalho do Rio Grande do Sul estão entre as muitas entidades que já se manifestaram contrárias às mudanças. A diretora da Femargs não

ILUSTRAÇÃO ROSANE VIEIRA



tem dúvidas: os juízes do Trabalho no Estado são majoritariamente contra as alterações, defendendo o contrato mínimo legal. “Mas há uma magistratura mais pragmática, favorável à solução de con-

listas e empresários pré-keynesianos”, diz Miranda.

Se o projeto passa no Senado, a queda salarial resultante de acordos firmados por trabalhadores acudados causaria uma redução na demanda. Com a diminuição nas possibilidades de vendas, explica Miranda, acaba caindo a produção. E isso diminui o nível de emprego, resultando em queda maior na demanda. “É pior do que um ciclo vicioso. É um processo cumulativo”, analisa o economista.

E por que os empresários ainda hoje acreditam nesse argumento? “Por que têm uma visão de curto prazo, equivocada, de que só os salários dos seus trabalhadores vão cair.

Daí sim eles teriam lucro. Mas quando há uma queda generalizada de salários, isso não ocorre”, afirma Miranda. A explicação é simples: lucro é receita menos custos. Se o empresário supõe que sua receita seguirá a mesma, a queda de custos resultaria automaticamente no aumento de lucro. “O que não se leva em conta é que a receita também acaba baixando.”

QUEM GANHA

Para contrabalançar a tendência de diminuição nos lucros, diz o economista da UFRGS, os empresários defendem um aumento na taxa de exploração do trabalho, o que podem fazer pagando menos, mantendo os salários e aumentando o número de horas trabalhadas ou mesmo combinando as duas coisas, no caso de uma desregulamentação ser aprovada. “Se com a CLT já ocorre uma superexploração do trabalho, não explicitada como fato real, sem ela seria pior. Podes ter a carteira assinada para oito horas, mas trabalhar 11.” Outra consequência, oposta ao discurso, seria a queda nas contratações.

Quem se beneficiaria? O setor das exportações, que vende para um mercado cujo poder de compra não diminui. “São grandes empresas. Elas aproveitam a mão-de-obra barata e vendem para fora. Se comercializam produtos de luxo, também não faz diferença se os salários baixam ou não”, complementa Miranda. Além dos trabalhadores, perdem todos aqueles que vendem para um mercado interno com menor poder de compra.

Entre os economistas do meio acadêmico, Miranda estima que cerca de dois terços rejeitam o projeto do governo. “Mas uns 30% dos professores ainda acreditam nisso, e acho alto o nível”. O termo “flexibilização”, que os defensores da proposta insistem em utilizar, é definido pelo economista como um recurso retórico, visando esconder a realidade. O sociólogo Cotanda, de um meio universitário no qual a rejeição às mudanças é quase unânime, pensa de forma semelhante: “Flexibilização, ironicamente, é um termo flexível, que pode significar muita coisa. O trabalhador não seria contra escolher horários ou trabalhar em diferentes atividades na empresa, desde que isso fosse objeto de negociação.” Os sindicatos, acrescenta, precisariam de garantias como a organização nos locais de trabalho, evitando imposições.

O sociólogo ressalta que a desregulamentação das relações de trabalho acompanham um fenômeno mais amplo, observado a partir dos anos 70: o da reestruturação produtiva. Trata-se de inovações no campo tecnológico e organizacional do universo produtivo. Alterar a legislação trabalhista e o modo de produção é uma forma de responder ao aumento da competitividade. “O cenário não é fácil mesmo, mas por que o ajuste tem de ser do lado do trabalho? Por que não uma solução no nível macroeconômico?”

flitos de uma forma rápida, um pouco comprometida com o capital.” Rothfuchs sabe que sua posição está longe da unanimidade, mas discorda das críticas às reformas: “Tudo o que nós queremos é democrático, o que não queremos, golpe. Ao juiz do Trabalho cabe aplicar a lei”, afirma, também criticando a “pressão comprometida com um dos lados”.

“O trabalho vai ser regulado pelo mercado, e ponto final”, prevê Carmen. “A Argentina flexibilizou tudo e o mercado informal está cada vez maior, havendo até troca direta, sem moeda, em algumas feiras.” Para Rothfuchs, é “a carga tributária em cima do trabalhador e da empresa que abre espaço para a informalidade”. A lei, acredita, faz o contrário: “diminui custos e pode estimular o trabalho formal”. Cotanda discorda e também cita o exemplo argentino, assim como o da Espanha, onde os direitos trabalhistas ficaram mais frágeis. “Lá isso não significou melhoria das condições de trabalho nem aumento da força de pressão dos sindicatos, muito menos crescimento de postos de trabalho.” Na Argentina, que começou a desregulamentação em 1991, houve exatamente o contrário: caiu a renda e o nível de emprego.

Em *Teoria Geral do Emprego* (1932), o economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946) já demonstrava que não é razoável se apostar na redução de salários como forma de gerar empregos. Quem destaca é o chefe do Departamento de Economia da UFRGS, Luiz Miranda. “As evidências mundiais já provavam que reduzir salários não faz a economia crescer”, afirma. Ele cita a grande depressão de 1929, quando os salários caíam progressivamente e a economia não se recuperava. “Esse argumento é utilizado por economistas, capita-

Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia reorganiza seu funcionamento

Com o objetivo de melhor responder às suas finalidades de órgão assessor e consultivo da Prefeitura de Porto Alegre, em matéria de ciência e tecnologia, o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia iniciou neste semestre um processo de dinamização de suas atividades. Foi reformulado o seu regimento interno e eleita uma nova direção, preenchendo os cargos vagos com o afastamento de alguns conselheiros, requisitados para outras funções na nova administração municipal.

A representante da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), professora Rita Carnevale, foi eleita presidente do Conselho na assembleia de agosto, com um mandato que vai até maio

de 2002. Nessa ocasião, durante a realização da Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia, será escolhida uma nova diretoria e serão eleitos os 13 representantes da comunidade científica e da sociedade civil que integram o órgão.

Uma das primeiras ações da nova direção foi iniciar um processo de interlocução entre todos os membros do Conselho, para que fossem conhecidas as potencialidades de cada área representada. Com isso, está ocorrendo uma melhor articulação interna, com vantagem para a capacidade de apoio e assessoria ao Executivo Municipal.

Essa iniciativa foi vista com satisfação pela pró-reitora de Planejamento e Administração e secretária de Desenvolvimento

Tecnológico da UFRGS, professora Maria Alice Lahorgue, representante da UFRGS no Comcet. Ela acredita que o Conselho conseguirá assim, ajustar o seu foco para uma atuação mais profícua. “Uma cidade como Porto Alegre, que tem essa expressiva infra-estrutura em ciência e tecnologia, necessita de projetos de valorização e de efetivo aproveitamento social dessa infra-estrutura. O Conselho, pelo fato de ser um conselho assessor do poder público municipal e pelo fato de estarem ali representados todos os segmentos da sociedade, é o espaço ideal para fazer a reflexão sobre as possibilidades das diversas áreas e da utilização dessa infra-estrutura em benefício da população dessa cidade”, observou.

Na avaliação da professora Rita Carnevale, esse processo de aproximação entre os representantes do Comcet fará com que tudo o que é produzido e percebido por cada instituição possa ser trabalhado e levado ao Executivo Municipal sob a forma de parecer ou proposta, de modo a ser montada e executada uma política estratégica em ciência e tecnologia para a cidade. A ação do Conselho – acredita ela – deve ser no sentido de oferecer um melhor suporte para a discussão do que já existe e na busca de novas possibilidades para o desenvolvimento da cidade.

Outra prioridade da atual direção é a preparação da próxima Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia, previs-

ta para os dias 25 e 26 de maio do próximo ano.

O Comcet foi criado em 1996, por ocasião do 2º Congresso da Cidade. É constituído de 23 membros: sete representantes do Executivo Municipal (através de suas várias secretarias); um da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, um da UFRGS, um da PUC-RS (membros natos); e 13 representantes da comunidade científica e da sociedade civil, eleitos por ocasião da realização das Conferências Municipais, a cada dois anos. Entre esses últimos estão: ADUFRGS, Assespro, CMPA, Federasul, Fajers, Fiegs, SBC, SBPC, Semapi, SINDPPD, Softsul e Escola Técnica José de Mesquita Filho.

Argentina: crônica de uma morte anunciada

•PAULO FAGUNDES VIZENTINI

Professor do IFCH, coordenador do Núcleo de Relações Internacionais do ILEA/UFRGS

A terrível crise que vive a Argentina leva muitos a se perguntarem: como as coisas puderam chegar a este ponto? Por que o sistema político, os agentes econômicos e a sociedade não conseguem responder adequadamente? De fato, até pouco tempo atrás, pessoas muito sérias no governo, na academia, nos meios de comunicação, nas organizações empresariais e em Washington e Nova York não cansavam de apontar o país vizinho como um modelo que dera certo, e atingiria um desenvolvimento moderno, devendo ser seguido pelo Brasil.

VELHOS PROBLEMAS

Evidentemente, os problemas argentinos são antigos, como demonstra a brilhante tese recentemente defendida pela professora Maria Heloisa Lenz, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, sobre quando teria iniciado o declínio daquele país. Teria sido com a I Guerra Mundial ou com a Grande Depressão? Outros apontam a crise do Peronismo ou mesmo o *Processo* (o Regime Militar, de 1976-84). A Argentina conheceu notável desempenho econômico na passagem do século XIX ao XX, tornando-se o país mais próspero da América Latina naquele período. Depois, durante cada uma das etapas referidas, o desenvolvimento argentino foi se tornando uma "idade de ouro no passado".

Seja como for, houve obstáculos econômicos e políticos que, não tendo sido ultrapassados, converteram-se num processo de esgotamento crescente, gerando crises profundas, que atingiram o paroxismo com a atual. Seria fácil identificar os modelos econômicos (geralmente liberais) e os descalabros políticos (populismo e autoritarismo) responsáveis por tal situação. Mas eles são apenas uma face do problema, e somente são compreensíveis à luz de um profundo conflito social, que esgotou a sociedade argentina. Sua incapacidade em responder aos atuais desafios decorreu da *passivização* decorrente de dois traumas sofridos: o terror de Estado e a hiperinflação.

Os objetivos de longo prazo do regime militar formaram-se ao longo do último governo de Perón/Isabelita, quando os militares e os empresários adeptos do liberalismo econômico (aglutinados na APEGE, a assembléia permanente de associações patronais) passaram da crítica ao *governo populista* à crítica da *sociedade populista*. A guerrilha e a crise eram considerados uma *doença*, cuja cura requeria medidas extremas que fizessem a sociedade retroceder ao período anterior a 1945, ou mesmo 1930, quando teria sido *saudável*.

Neste sentido, formularam uma crítica radical não apenas do populismo, mas também do desenvolvimentismo, considerado responsável pelo reforço dos sindicatos e do caos. Chegara finalmente a vez dos liberais como Verrier, Alsogaray, Krieger Vasena, Martinez de Hoz e Pinedo. Estes apresentaram-se como tendo sido o único grupo genuinamente anti-peronista, e que, mesmo circunstancialmente no poder, jamais puderam agir plenamente. Assim, o liberalismo, que nunca gozou da simpatia dos militares, veio se aliar a eles e a constituir uma das bases do poder.

O "PROCESSO"

As medidas ortodoxas de mercado eram consideradas pelo novo regime como a principal arma no combate às "indústrias artificiais". Tratava-se de uma luta pela recriação de uma Argentina agro-pastoril, a ser modernamente conectada ao mundo através dos circuitos do sistema financeiro internacional, e pela redefinição do setor industrial. Para tanto, seria necessário erradicar a "subversão" (isto é, a guerrilha e a contestação social), a própria sociedade populista enquanto tal e, inclusive, o setor industrial "ineficiente", que constituía a base da economia urbana e esta, por sua vez, da classe trabalhadora indisciplinada.

Para o sucesso desta estratégia seria preciso subordinar interesses setoriais, inclusive de grupos aliados do *Processo*. Contrariando seu próprio discurso, os maximalistas liberais lançaram mão de um Estado forte e interventor para lograr, segundo suas próprias palavras, "a destruição do modo de



Domingo Cavallo e Fernando De La Rúa lideraram governo fraco e incompetente

acumulação para o qual a sociedade tendia naturalmente". Este era caracterizado por um Estado tutor, preços controlados, uma economia semi-fechada e a regulamentação do mercado de capitais. Assim, a revolução econômica liberal do regime necessitava de um Estado disciplinado que privatizasse as empresas que mantinham empregos considerados supérfluos, o desmantelamento do sistema de subsídios e a destruição dos sindicatos e das organizações populares.

A consecução de tal programa implicava modificar inclusive o sistema de relações sociais, o qual prejudicaria até algumas bases de apoio ao regime. Neste sentido, a reforma financeira de 1977 deu ênfase ao combate à inflação, desacelerando uma economia que já não vinha bem, precipitando-a numa profunda recessão. As consequências sociais foram terríveis e, apesar da bem sucedida manipulação popular como a propiciada pela (suspeita) vitória argentina na Copa Mundial de futebol de 1978, o regime precisou lançar mão de uma repressão inédita na história nacional. Assim, a implantação de tal projeto requeria a aplicação do *Terrorismo de Estado*.

Ao contrário do que muitos consideram, este não foi um mero excesso no combate à guerrilha, mas uma política deliberada para romper a capacidade de resistência da sociedade e impor uma reorganização reacionária da mesma. Para tanto era necessário infundir um medo irracional, mostrar que ninguém estava seguro, que a rebeldia equivalia à morte e que o poder era onipotente e impune. Além dos tradicionais métodos de repressão, lançou-se mão de novos meios como as desaparecimentos e o terror em massa, e não mais seletivo. Segundo um General, justificava-se a teoria da rede: pescar cem para ficar com dez peixes. Depois de completada a "cirurgia", surgiriam novas bases de apoio institucionalizada.

O general Videla, pouco antes do golpe, declarou a alguns apoiadores que apenas a repressão não bastava, pois cada intervenção militar fora mais sangrenta que a anterior, sem conseguir erradicar o peronismo. Este se apoiava nos sindicatos, cuja base operária assentava-se, essencialmente, nas pequenas e médias empresas. Seria necessário, portanto, eliminar a base econômico-social do peronismo político, e isto somente se tornaria possível com um programa econômico apropriado e uma repressão sem limites. É neste ponto que se encontra a lógica da política econômica do *Processo*.

A redemocratização deveria ser feita sem a volta do peronismo, e foi marcada pela instabilidade econômica e pela agitação militar (os cara-pintadas). Mas o governo dos radicais, com a presidência Alfonsín, pouco pôde fazer, numa conjuntura internacional crescentemente adversa (crise da dívida). Ele se recusou a aplicar o receituário liberal e o movimento de capitais provocou a hiperinflação de 1989, que um excitado funcionário de um organismo financeiro internacional disse haver faltado no Brasil para convencer a população da necessidade de certas reformas estruturais.

O peronista Menem assume o poder antecipadamente, iniciando estas reformas. Seu ministro da economia, Cavallo, aplicou um plano de redução de gastos, privatizações e estabelecimento da paridade peso/dólar, aceita por uma população traumatizada pela hiperinflação. O encarecimento das exportações e a abertura do mercado interno produziram imensos déficits comerciais, cobertos pelo ingresso de capitais estrangeiros com as privatizações (e desnacionalizações). Por outro lado, a legalização de transações bancárias e contratos diretamente em dólar, levaram a um endividamento em dólar do governo, das empresas e da população.

TEIMOSIA DAS ELITES

Os recursos obtidos com a venda das companhias do Estado permitiu uma sobrevida ao clientelismo político, sob a forma de frentes emergenciais de trabalho e concessão de cestas básicas aos mais pobres, pois o desemprego atingiu a cifra de 20%. Mas o importante era a "estabilidade". Para as elites, o peronismo havia sido eliminado por um peronista, e ele merecia a reeleição (aliás, um novo padrão latino-americano dos anos 90). O Mercosul permitiu a sobrevivência de algumas indústrias argentinas e a permanência de várias transnacionais, especialmente do setor automobilístico.

Assim, Menem teve seu segundo mandato, em meio à corrupção crescente e à expansão do tráfico de drogas e das máfias. Quando o dinheiro das privatizações e as empresas privatizáveis terminaram, e veio a crise que produziu a desvalorização do Real (o Brasil é o único país de porte sobre o qual a Argentina tem superavit comercial), o país começou a afundar. Pensando em um terceiro mandato, o apurado faro político do presidente indicou que era hora de alterar o modelo econômico. Mas suas pretensões foram vetadas pela comunidade financeira internacional.

A população, cansada de uma estabilidade suicida e da corrupção, elegeu uma coalizão dos radicais com a FREPASO, uma frente com orientação de esquerda. Mas o Presidente De La Rúa, assim que chegou ao poder, seguiu o mesmo receituário de seu antecessor, provocando o afastamento de seus aliados (renúncia do vice-presidente, da FREPASO). Com o enfraquecimento acelerado do governo e uma crise de governabilidade se desenhando no horizonte, o vacilante presidente resolveu aprofundar o rumo de seu governo. Cavallo, que nas eleições presidenciais obtivera apenas 8% dos votos, chegando em terceiro lugar, e que fora um dos maiores responsáveis pela crise, foi chamado a ocupar o ministério da economia, tornando-se o homem forte do governo.

Cavallo aplicou doses maiores do remédio que estava matando a Argentina, enquanto buscava apoio norte-americano ao atacar a Tarifa Externa Comum do Mercosul, com vistas à facilitar a implantação da Área de Livre Comércio das Américas e/ou obrigar o Brasil a fazer ainda mais concessões, pagando pela crise argentina. A moratória da dívida e a desvalorização do peso não foram

consideradas e, pelo contrário, espalhavam-se boatos de dolarização direta. Certamente a desvalorização prejudicaria os endividados em dólar, mas permitiria relançar as exportações, que se encontravam estagnadas.

DERROCADA FINAL

Enquanto o governo seguia o rumo de sempre, planejando mais cortes, numa sociedade que já ultrapassara o limite, e pedindo ajuda externa, a classe política mergulhava numa guerra fratricida, em meio ao colapso do país. Os peronistas, apesar de divididos, pressentiam o esgotamento do governo, e negavam-lhe apoio. Para completar, a administração republicana de Bush se recusa a ajudar, e o 11 de setembro debilita ainda mais a economia internacional. A resposta foi a arrogância e a insensibilidade redobradas de Cavallo, e a crescente omissão do presidente. Então, em dezembro de 2001, inicia a fuga de capitais e a limitação aos saques bancários. Desata-se a violência e o presidente renuncia.

Políticos desacreditados do peronismo comemoram, em lugar de tomar consciência do problema, e a luta entre os caciques políticos se intensifica. A comunidade internacional e os meios de comunicação procuram minimizar o episódio, destacando a volta à normalidade (para evitar um pânico internacional). Mas o senador Saá fica uma semana no poder e nova onda de violência eclode, com sinais claros de que os velhos arranjos políticos não estabilizariam o país. Assim, o colapso político-econômico da Argentina não pode ser uma surpresa, pois, parafraseando Gabriel Garcia Marques, trata-se de uma morte anunciada há pelo menos doze anos.

E AGORA?

Que cenário se esboça? É preciso que se diga claramente: trata-se do esgotamento do modelo neoliberal. A economia argentina não se reerguerá com meras medidas monetárias. Ela necessita ser revitalizada pela base produtiva, mas a elite do país não sabe que modelo adotar: a opção completa pela desindustrialização à chilena ou pelo desenvolvimento industrial à brasileira (pelo menos proclamado)? Por outro lado, o sistema político do país se encontra fragmentado, faltando lideranças com respaldo popular. Os partidos estão desacreditados e falta uma esquerda articulada, que talvez surja dos atuais confrontos, para reorientar o espectro político do país.

O certo é que a crise argentina não terá solução apenas nos marcos internos do país. Tanto no plano econômico como político, o Mercosul (revitalizado e modificado) pode vir a ser um fator de estabilização para a Argentina, necessitando-se também de respaldo dos países desenvolvidos. Por outro lado, a evolução argentina influenciará o cenário político brasileiro neste ano, da mesma forma que a solução da crise dependerá, de certa maneira, do desfecho das eleições brasileiras. E que os partidos brasileiros, então, tirem dessa crise as devidas lições. Pois parece evidente que ambos países necessitam com urgência de novos projetos político-econômicos.

MESA REDONDA

“A universidade deve fazer com que a sociedade se aproprie dela”

Com as atividades retomadas, buscando a normalidade da sua rotina diária, assimilando as lições aprendidas dos últimos embates, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul está saindo de 108 dias de greve. Neste tempo houve avanços, recuos, incertezas, afirmações, decepções, surpresas, confirmações, vitórias e revezes. Acima de tudo, ficou claro que a ninguém mais do que à sociedade cabe a posse e a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, sem a qual o Brasil terá muitas dificuldades em se constituir numa nação livre, forte e independente. Nesta mesa-redonda reuniram-se a reitora, Wrana Maria Panizzi, os professores Rubens Weyne e Elisabete Burigo, representando a ADUFRGS, os técnicos-administrativos José Luís Rockenbach e Adriana Ramos, pela ASSUFRGS, o estudante Maurício Costa, pelo DCE, para fazer uma avaliação do movimento e dos seus resultados. O Jornal da Universidade esteve representado pelos jornalistas Arlete R. de Oliveira Kempf, Clovis Ott e Juarez Fonseca.

Jornal da Universidade - Começando esse debate, pedimos que façam uma avaliação do movimento.

José Luís Rockenbach - Para o conjunto de servidores técnicos das universidades brasileiras o movimento deste ano foi novamente um movimento de resistência. A greve teve um estopim que foi quando o governo, além de não conceder mais reajuste, além de sucatear ainda mais a universidade, ainda propunha modificações no sentido da retirada de mais direitos dos trabalhadores, através daquela famosa medida provisória. A partir daí, a comunidade universitária - os técnicos, depois os docentes - fizeram forte movimento, cujos resultados não só reverteram essa política que o governo tentava implantar, como trouxeram alguns ganhos, é verdade que pequenos, como a incorporação da GAE, a não discriminação no tratamento entre ativos e aposentados e a instalação de mesas de negociações que estão ocorrendo em Brasília. A experiência que nós temos com esse governo é ruim, mas o fato é que estão ocorrendo as discussões com o segundo escalão do MEC e os comandos da Fasubra e de mobilização dos técnicos a nível nacional. Conseguimos dobrar, reverter essa política de governo, mas não a modificamos, o Governo continua com seus intentos. Todos queremos discutir a autonomia universitária, esse é um dos pontos acordados com o conjunto da comunidade universitária brasileira, dirigentes, reitores, docentes, estudantes, técnicos. A autonomia que o Ministro propõe nós já conhecemos. É a autonomia do "vire-se", financeiramente. Então nesse próximo período vai ser necessário

quando a nossa relação de trabalho. Essa greve veio resgatar esse espírito de luta. Algumas pessoas da nossa categoria começavam inclusive a questionar a greve enquanto instrumento de luta. Para nós, dirigentes sindicais, foi muito difícil o período de preparo da greve, era uma grande incógnita. Famos para as unidades e, assim como nos anos anteriores, as pessoas compreendiam os motivos da greve, a importância de se fazer alguma coisa, mas isso não se concretizava na luta do dia a dia. E neste ano, a greve foi bastante diferente. Na questão da mesa de negociação, temos algumas questões fundamentais. O MEC num primeiro momento não se opôs ao debate de re-hierarquização, que é a retomada original dos cargos da nossa carreira, o cargo único. Esse é um elemento estratégico como um próximo passo para a preparação do nosso projeto de carreira que atualmente está bastante desfigurado. Nós podemos retomá-lo a partir dessa discussão do cargo único - técnico administrativo em educação - dividido em sete ambientes de trabalho, nos quais estão as especialidades. Isso é fundamental, inclusive porque, dentro da hierarquia dos cargos, recupera-se a malha salarial, em termos de diversidade.

Rubens Weyne - Sem dúvida, a greve foi vitoriosa. Para os docentes a greve iniciou de uma forma diferente. Não começou, como no caso dos técnicos, a partir de uma ameaça real que se concretizou, mas sim a partir de uma constatação de que vinha acontecendo com a universidade e com o serviço público como um todo. Isso levou os docentes a entrar em greve. Uma greve que, no início seria uma greve de todos os servidores públicos federais, o que acabou não se concretizando. Houve nesse meio tempo, uma certa mudança no rumo, que acabou com a negociação em que se estabeleceu um reajuste na base salarial e algumas mesas de negociação também, principalmente para tratar de questões de carreira, financiamento, hospitais universitários, entre outras, que ainda não se iniciaram. Temos aquele mesmo receio que os técnicos têm em relação às mesas - de que o governo não cumpra o que prometer - mas ao mesmo tempo, temos uma certa ideia de que é possível algum resultado, principalmente em relação à carreira e às vagas docentes, duas questões muito importantes para esse momento. A nossa carreira está completamente deformada, desestruturada, por isso gostaríamos que uma nova carreira docente fosse implantada. As vagas para professores também são importantes, pois o sistema está com oito mil vagas não preenchidas. Queremos vê-las preenchidas e na medida do possível ampliá-las, porque a quantidade de professores substituídos a cada ano, a continuar essa política, tende a aumentar. O professor substituído fica restrito à sala de aula, então carece de gente na pesquisa, para implementar projetos de extensão e mesmo nas funções administrativas. Para isso é necessário ter professores envolvidos na universidade, com estabilidade. Quanto aos hospitais universitários, o MEC pretendia passá-los para o âmbito do Ministério da Saúde, mas nós queremos que eles continuem como espaço de ensino e dentro das universidades.

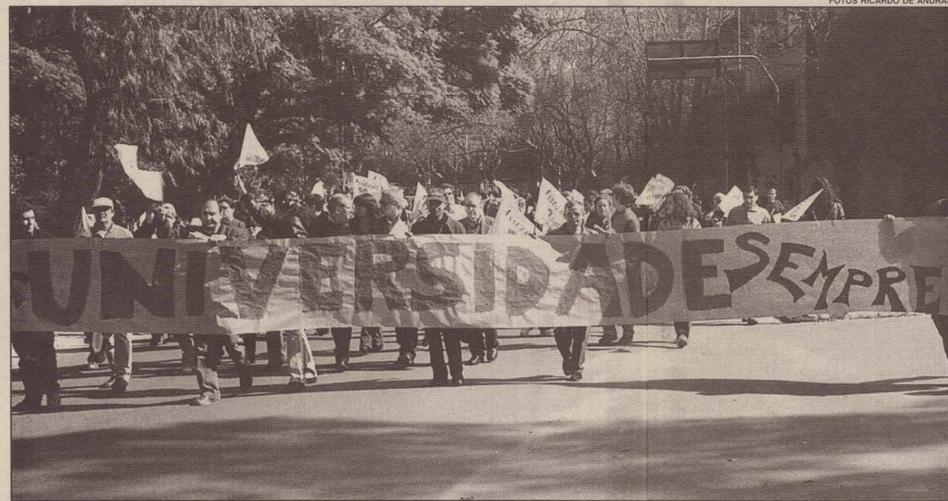
“Nesse próximo período vai ser necessário mais unidade da comunidade universitária ainda, não só para fazer a defesa da universidade mas para dar passos novos, no sentido da sua modernização, da democratização da instituição e da sua própria expansão, para reverter essa política geral”.

Adriana Ramos - Gostaria de tocar na questão histórica de como têm sido feitas as nossas greves. Desde o final da década de 80, início da década de 90, a gente vinha jogando pelo empate, o que tinha sido nossas últimas greves, uma grande vitória. As nossas grandes greves nesse período eram completamente diferentes, porque o contexto era outro. Nós fazíamos uma greve e saíamos com um plano de carreira embaixo do braço; fazíamos outro e saíamos com uma isonomia no bolso e enfim, foi toda a década das conquistas. Mudou a partir do início dos anos 90, mas da metade dos anos 90 para cá têm sido muito mais difícil conseguirmos conquistas. E muitos e muitos direitos, conquistados nesse período de lutas mais intensas, foram retirados da categoria. De 1998 para cá, são cerca de 16 direitos que nos foram tirados através de decreto, medida provisória e com a própria reforma administrativa, alte-

bou não se concretizando. Houve nesse meio tempo, uma certa mudança no rumo, que acabou com a negociação em que se estabeleceu um reajuste na base salarial e algumas mesas de negociação também, principalmente para tratar de questões de carreira, financiamento, hospitais universitários, entre outras, que ainda não se iniciaram. Temos aquele mesmo receio que os técnicos têm em relação às mesas - de que o governo não cumpra o que prometer - mas ao mesmo tempo, temos uma certa ideia de que é possível algum resultado, principalmente em relação à carreira e às vagas docentes, duas questões muito importantes para esse momento. A nossa carreira está completamente deformada, desestruturada, por isso gostaríamos que uma nova carreira docente fosse implantada. As vagas para professores também são importantes, pois o sistema está com oito mil vagas não preenchidas. Queremos vê-las preenchidas e na medida do possível ampliá-las, porque a quantidade de professores substituídos a cada ano, a continuar essa política, tende a aumentar. O professor substituído fica restrito à sala de aula, então carece de gente na pesquisa, para implementar projetos de extensão e mesmo nas funções administrativas. Para isso é necessário ter professores envolvidos na universidade, com estabilidade. Quanto aos hospitais universitários, o MEC pretendia passá-los para o âmbito do Ministério da Saúde, mas nós queremos que eles continuem como espaço de ensino e dentro das universidades.

José Luís - Nas mesas que estão instaladas hoje, estão em discussão o Plano de Reposição de Pessoal (técnicos administrativos); a re-hierarquização; o Plano Nacional de Capacitação; e a questão dos hospitais universitários. Estamos aguardando mesas conjuntas com os docentes, estudantes, reitores, e o MEC para discutir o financiamento, autonomia universitária e Plano Nacional de Educação.

Maurício Costa - Do ponto de vista dos estudantes, são duas avaliações. Uma em relação à greve nacional e a outra em relação à movimentação de apoio local. A partir de 1º de setembro foi decretada a greve nacional estudantil. No final do movimento havia 24 universidades com greve estudantil declarada. Houve uma unidade grande do comando nacional de greve com o comando nacional de greve dos professores e servidores. O nosso escritório foi financiado pelo Sindicato Andes, com apoio fundamental do comando nacional dos servidores, na ação conjunta. Nossa pauta de reivindicação nacional incorporou todas as reivindicações dos professores e servidores e colocamos questões voltadas para o interesse dos estudantes, como por exemplo, a assistência estudantil, a questão do financiamento das universidades e da autonomia, hospitais universitários e Plano Nacional de Educação. Na questão nacional, os estudantes tiveram uma participação importantíssima, senão essencial. Junto com a Fasubra, os estudantes foram responsáveis pelos atos mais fortes, mais radicalizados que possibilitaram a abertura das negociações, com a primeira audiência conjunta, em 26 de setembro, depois da ocupação do Ministério da Fazenda, com reação



FOTOS RICARDO DE ANDRADE



violenta da polícia militar de Brasília. Nessa reunião foi que se definiu a criação dos grupos de trabalho para discutir as questões dos servidores, professores e estudantes, com alguns grupos conjuntos, que seriam os de financiamento, autonomia universitária e assistência estudantil. Os grupos de trabalho não ocorreram praticamente até o final da greve. O único avanço que os estudantes tiveram em sua pauta em nível nacional foi aprovar a emenda que no princípio era de R\$ 46 milhões e depois foi reduzida para R\$ 6 milhões, de verbas para assistência estudantil para todas as universidades brasileiras. A conquista que a gente teve pode-se dizer que foi essa. A mobilização foi com certeza a maior em termos nacionais desde o impeachment, em 1992. Quanto à greve local, não foi decretada greve estudantil, a gente acredita que os estudantes não tenham interesse de classe, mas interesses que se conflitam entre si. As nossas assembleias deliberaram pelo apoio inequívoco a todas as reivindicações dos servidores e professores. Construimos uma pauta interna iniciando a discussão com a administração central. Os principais pontos da nossa pauta interna foram a questão do fim dos cursos pagos, seja de extensão, pós-graduação estrita ou *lata sensu*, o fim das taxas administrativas cobradas dos estudantes, a manutenção da assistência estudantil, a discussão da modificação dos eventos de extensão e duas questões não colocadas nas greves anteriores. São em relação aos espaços físicos da universidade que estejam sendo utilizados, sem licitação, para algum fim comercial ou espaços não licenciados e sem uso que reivindicamos para utilização das entidades estudantis, para construção de espaços de vivência. Também queremos abertura maior dos espaços de comunicação, incluindo o Jornal da Universidade e da Rádio da Universidade. Tivemos no final da greve uma polêmica bastante grande em relação ao adiamento do semestre ou não. A assembleia que se realizou no dia 10 de dezembro foi com certeza a maior da história do DCE, que discutiu a questão do adiamento, sendo vencedora a posição do DCE pelo adiamento, por 394 votos contra 369, que votaram pelo retorno imediato das aulas, dos quais 215 eram estudantes da Faculdade de Medicina. Perdemos no Conselho Universitário para a posição do retorno imediato, mas conseguimos instalar na Universidade uma comissão geral paritária - professores, servidores e estudantes - para fazer o acompanhamento dos problemas que vão ocorrer neste semestre de excepcionalidade e a instalação dessas comissões em todas as unidades da Universidade. Essa foi a principal conquista da pauta local.

Elisabete Burigo - Eu acho que é importante dizer que a gente começou a greve num quadro diferente do que a ASSUFRGS, mas mediante várias provocações. Inclusive tivemos colegas que se manifestaram contra a greve no momento de deflagração porque diziam: "é evidente que o MEC quer a greve".

As provocações: o concurso para duas mil vagas para docentes, muito longe de preencher as necessidades da universidade, e a percepção da guerra interna que iria representar a disputa dessas vagas. Quer dizer, todo um processo que longe de resolver os problemas da universidade, continua provocando conflitos. A postura do MEC não era de fato de resolver os problemas. Depois tivemos aquela decisão do STF de que a emenda constitucional garantia o reajuste anual, no mínimo a partir de 1998. Era o reconhecimento de que havia um reajuste devido e que este reajuste não estava sendo cumprido pelo Governo Federal. Havia a ameaça do Governo de enviar ao Congresso o projeto de lei do emprego público - ou seja introduzir a CLT na universidade - ainda em agosto, portanto para ser aprovado ainda este semestre, com possíveis ingressos na universidade através desse regime já no próximo ano. Sabíamos o que isso poderia significar em termos de fragmentação das universidades, colocando em questão o sentido da universidade pública como ela existe hoje. E a provocação final que nós tivemos - além de não ter nenhum reajuste - foi a retirada da GAE dos técnicos. Isso foi vivenciado como uma provocação. Se os técnicos perdessem a GAE então a mesma ameaça existiria para nós. A postura do Governo mostrou que não tinha nenhuma preocupação em encerrar a greve com brevidade. Parece que o Governo estava alimentando a greve de fato: não negociava, cortava salário e quando se conseguiu chegar a um termo de acordo, houve aquela encaenação toda que resultou na retirada do acordo. Foi como se dissessem: "O Congresso não garante mais aqueles recursos e portanto nós estamos saindo da negociação, porque não temos mais nenhum acordo a propor". Foi uma retirada totalmente unilateral das negociações, no dia 31 de outubro, o que nos levou a quase mais um mês e meio de greve. Era intenção do MEC, uma de suas apostas, que nós simplesmente terminássemos a greve totalmente fragmentados e com um sindicato mais enfraquecido. Nós saímos da greve de 1998 um tanto desmoralizados, porque havia entendimentos muito diversos em relação à GED implantada então. E havia principalmente um sentimento de indignação, porque muitos tinham ficado de fora, tinha sido criada toda aquela disparidade entre ativos e inativos e o encaminhamento da greve fora um tanto autoritário, no final. O MEC não esperava que todas essas provocações resultassem numa unidade muito grande, não só de defesa do sentido de universidade que nós temos hoje, mas contra a sua precarização. Em nenhum momento, o Governo conseguiu aprovar, em qualquer assembleia universitária, o aumento das gratificações. Quer dizer, isso foi algo com que nos acenaram para nos seduzir. E essa foi uma demonstração de grande unidade que tivemos, de defender sempre até o final, que as conquistas fossem extensivas a todos, inclusive supe-

rando algumas distorções introduzidas em 1998. Então, além dos ganhos materiais em termos de manutenção do Regime Jurídico Único, pode-se dizer que essa greve teve um ganho político grande, o fortalecimento do sindicato como entidade que representa a todos, e um ganho moral, porque todos nós saímos com um sentido maior de dignidade, de que somos capazes de defender a nossa condição, o trabalho, a universidade, sem nos comprometermos com mesquinhas e com injustiças.

Wrana Maria Panizzi - Primeiro queria salientear o aspecto positivo de estarmos reunidos - servidores técnico-administrativos, professores, estudantes e administração - para avaliar a greve. Evidentemente que a administração não faz greve, mas viveu a greve como todo o conjunto da comunidade e, dentro do espírito de interlocução que marcou esses 108 dias de movimento, também fazemos a nossa avaliação. A greve é um direito constitucional ao qual as diferentes categorias, através de seus sindicatos podem recorrer. Não só é o último recurso ao qual os movimentos recorrem, como também não é desejada por ninguém. Tanto professores, como técnicos e estudantes não queriam a greve e portanto a universidade como um todo não queria a greve. Mas a greve iniciou com algumas questões, ou como foi dito - provocações - que atingiram os professores e técnico-administrativos, seja a retirada da GAE, a falta do reajuste ou a inexistência de reajuste durante sete anos, a falta de um plano de carreira que permitiria trazer outros ganhos. Todos esses fatores começaram a atingir maiores questões de caráter institucional, as quais encontraram ressonância no conjunto da comunidade da universidade. Poderia chamar a atenção para alguns aspectos que a greve mostrou. Foi uma das maiores greves que as universidades públicas brasileiras já viveram. Ela foi grande não só em termos de duração, como pela organização, por ter atingido todas as instituições federais de ensino superior, porque ela reuniu, fez renascer o movimento estudantil e repercutiu na sociedade, seja pelas críticas positivas ou negativas.

JU - Levou bastante tempo para repercutir, não? Wrana - Levou bastante tempo para repercutir. Por sua duração e organização ela foi percebida pela sociedade, das mais diferentes formas: alguns tentando lutar pelas suas questões imediatas - terminar o curso, participar da formatura, tirar suas férias, garantir o emprego, o vestibular. Outros começaram a perceber na universidade pública o último reduto onde os jovens brasileiros podem fazer um curso sem ter que pagar, em paralelo a uma tendência de um profundo crescimento do número de estudantes que pagam, nas instituições privadas. A sociedade começou a olhar para a universidade às vezes de uma forma crítica, outras vezes de uma forma solidária.

JU - O que foi maior: a crítica ou a solidariedade? Wrana - No início da greve dos técnicos, quando durante as formaturas um representante do sindicato explicava o porquê da greve, pude ver uma solidariedade muito grande da sociedade. A sociedade não é solidária com a greve, ela é solidária com a instituição, com aquilo que as pessoas que fazem a instituição estão pedindo e reivindicando. Acho que a sociedade foi bastante solidária. Acredito que a população precisa da universidade. As pessoas que não podem pagar precisam da universidade pública para poder estudar e as pessoas que podem pagar precisam da universidade pública pela sua qualidade. Todas as avaliações recentes mostram que, apesar de tudo, a universidade pública tem apresentado os melhores resultados. O último Provaú mostrou que o sistema público saiu-se muito bem, como também a nossa universidade. Outro aspecto importante do movimento foi mostrar o papel que tem o Parlamento. Houve um momento em que se os parlamentares não tivessem entrado nessa discussão, não mundo em que parecia existir uma conversa de surdos...

JU - Também, demoram para entrar... Wrana - Exato. Foram provocados. JU - Como se comportaram os deputados federais gaúchos? Wrana - As universidades e os movimentos tiveram por parte dos deputados uma receptividade provocada, evidentemente. No momento em que a greve se transformou numa conversa de surdos e a sociedade começou a pressionar, os deputados se manifestaram. Da bancada gaúcha, das diferentes bases, tanto do Governo quanto da Oposição, alguns deputados estiveram presentes. Não a sua totalidade, o que eu lamento. Chamo a atenção para o quanto é importante acionarmos mais o Parlamento, como representação da sociedade brasileira, no sentido de que defenda aquilo que é sua reivindicação. A greve, além de reanimar o movimento estudantil e a organização e capacidade de resistência dos movimentos, mostrou uma unidade de professores, técnicos e estudantes e a receptividade por parte dos dirigentes das instituições. Quero fazer uma menção a Andifes, que sendo uma instituição de dirigentes de todas as universidades federais brasileiras tem também a sua heterogeneidade, mas se postou ao lado daquelas questões institucionais reivindicadas pelo movimento de greve. O papel dos reitores foi importante para o entendimento final entre governo e sindicato.

Rubens - O papel da Andifes foi muito importante nessa greve, como nunca fora visto antes. Se antes os reitores ou ficavam à margem das greves ou às vezes acompanhavam o Ministério nas suas ações, dessa vez notou-se que, inclusive aqueles reitores mais identificados com o MEC foram extremamente críticos à posição do Ministério. Muitas vezes agiram no sentido de tentar facilitar a negociação, uma saída ou um término para a greve, pressionando o Ministro, mesmo. O papel que a Andifes teve nesse momento da greve foi algo muito diferente do que historicamente se viu. Isso demonstra que realmente o Ministério da Educação, nesse momento da história, enquanto Ministério, está muito descolado do ensino público e das universidades públicas, está muito à margem dessa realidade.

JU - A união de estudantes, técnicos e professores, em busca de um objetivo comum, continuará? Os problemas levantados não foram solucionados... Elisabete - E nos temos novos problemas, porque existe agora a ameaça da introdução do ensino pago. JU - Para que fim vão essas questões? Estamos às vésperas de uma eleição no País. Vocês pensam em fazer pressão sobre os candidatos, para que daqui a dois anos não voltem essas questões? José Luís - É fundamental a continuidade e o aprofundamento, porque sabemos das dificuldades que persistem dentro dos próprios movimentos das categorias, dificuldades históricas que têm de ser superadas. Do contrário, não tem saída para a universidade pública e, diria, até para o Brasil. Temos a mesma opinião de que houve um grande apoio da sociedade, mais ainda de maneira muito difusa. A universidade, apesar de ser a universidade de qualidade, precisa avançar muito mais. Cabe a nós que somos a universidade no dia a dia - os técnicos, os docentes, os estudantes, os dirigentes - fazer isso. Vamos ter de pressionar nas próximas eleições para isso. Na opinião dos técnicos, a greve foi um reflexo da falência da própria política que vem sendo implementada pelo governo em seus sucessivos mandatos - que aliás teve o mesmo ministro em seus dois mandatos - Governo Fernando Henrique e Paulo Renato. A própria imprensa está a denunciar o que fizeram com o ensino superior, permitindo a expansão gritante dos *escolões* privados. Agora estão aparecendo alguns aspectos desse modelo, como por exemplo, um analfabeto passar em primeiro lugar num vestibular e em nono num outro. E a grande resposta do MEC é mandar que as redações sejam eliminatórias. Até onde eu tenho conhecimento, nas universidades públicas sempre foram eliminatórias. Não é à toa que todos os parâmetros, mesmo o Provaú - que para o Governo tem outro sentido e objetivo - demonstram que as universidades públicas são o que têm mais qualidade, apesar de todo o sucateamento.

Rubens - Talvez sendo um pouco cético, acho que mesmo que um governo de esquerda assumisse esse País, não está garantido que a Universidade tenha solucionado em curto prazo os seus problemas. Tem problemas que são estruturais, profundos: a questão do financiamento é uma discussão complicada que tem de ser enfrentada. Universidade pressupõe investimento grande e não é investimento que dá retorno em curto prazo. A gente não pode pensar que investe hoje e vai colher amanhã.

JU - O problema é a solução de continuidade... Rubens - Sim, mas mesmo que tenha um governo de esquerda é preciso convencer essas pessoas de que é preciso investir e esperar dar retorno. Elisabete - Nós tivemos aqui no RS o que nós consideramos um pequeno recuo, que foi a criação da UERGS - Universidade Estadual - com a regime celetista. Antes da greve, em audiências públicas, o ministro Paulo Renato dizia: "se o Governo do RS pode instaurar universidade com contratação via CLT porque nós não podemos?". Felizmente, a nossa greve fez recuar o Governo Federal e a gente espera que o Governo Estadual também reveja essa questão. Mas isso mostra a dificuldade de compreensão, mesmo para um governo que muitos de nós apoiam, da importância da estabilidade na universidade, que o trabalho universitário não pode estar submetido a pressões ou ciclos de investimentos. Sabemos que com as atuais pressões externas e pressões orçamentárias sobre a universidade, é difícil mesmo para um governo diferente fazer uma aposta muito grande na universidade.

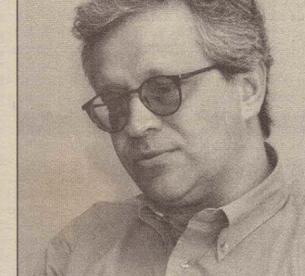
Rubens - A questão das vagas para novos alunos tem de ser solucionada em curto prazo. Hoje cerca de 75 a 80% dos alunos do terceiro grau privada na iniciativa privada. Temos de dizer para a sociedade que queremos reverter esse quadro e o que queremos que estejam na nossa discussão interna, em relação à ampliação de turmas oferecidas à noite, a extensão, que não é suficientemente engajada, a prestação de serviços tem que estar separada da extensão universitária, os cursos pagos, os mestrandos pagos. A movimentação vai ser mantida, não tenho a menor dúvida que essa gestão do DCE está sendo a gestão mais forte dos últimos sete, oito anos, em termos de ser reconhecida pelo conjunto do movimento, por ter conseguido mobilizar os estudantes, por travar as discussões importantes. Os colegiados da Universidade estão com uma participação maciça dos estudantes, o que antes não vinha ocorrendo. A nossa discussão de pauta está segundo forte e firme. O nosso conselho de entidades de base vem mantendo quadro sistemático. Só nessa gestão do DCE nós realizamos quatro assembleias gerais. Construimos a maior assembleia geral da história. Agora o DCE está partindo para uma campanha de envolvimento dos estudantes na fiscalização da qualidade do ensino do semestre. Estamos conseguindo ir para dentro da sala de aula, estamos tendo espaço na imprensa. A greve potencializou a discussão do movimento e ela tende agora a crescer e não a arrefecer.

“Essa greve teve um ganho político grande, o fortalecimento do sindicato como entidade que representa a todos, e um ganho moral, porque todos nós saímos com um sentido maior de dignidade, de que somos capazes de defender a nossa condição, o trabalho, a universidade, sem nos comprometermos com mesquinhas e injustiças”.



Wrana Maria Panizzi - Reitora

essa proposta não pode ser de uma administração, de um reitor ou dos reitores, tem que ser representativa do conjunto da comunidade. Esse é o grande desafio que nós temos.

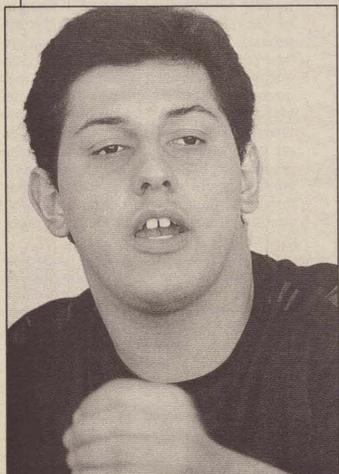


Rubens Weyne - ASSUFRGS

JU - Das mesas de negociação pode surgir alguma proposta de política para a universidade? José Luís - Acho difícil, porque na nossa concepção, esse governo está encerrando o seu mandato e a visão que ele tem é totalmente disfarçar o que se discute no âmbito das universidades, seja das administrações, seja do movimento. Agora tendo como horizonte a própria eleição presidencial, aí sim. Aí temos uma perspectiva. Vamos cobrar dos candidatos, vamos apresentar nossas ideias. Evidentemente que num programa global que traga desenvolvimento e o equacionamento dos problemas sociais, a universidade tem de estar inerida. Nesse aspecto eu acredito que haja uma perspectiva. Das mesas de negociação hoje instaladas pode se tirar alguns elementos. Agora, com o governo que af está, dificilmente sairá alguma coisa com mais profundidade, que chegue na raiz do problema. As questões equacionadas nas mesas, hoje, tocam em alguns aspectos importantes, mas estão longe de chegar à raiz do problema, que é uma política global para o País e que inclua a universidade como um fator importante para o desenvolvimento, para qualificação de mão-de-obra especializada e a formação da chamada elite pensante do País.

JU - Há uma tendência de arrefecimento no final do movimento. Os estudantes mantêm a organização no pós-greve? Maurício - Em relação à unidade, acho que é estratégica a defesa do sistema federal de ensino público superior. Não só pela gratuidade, mas também pelo papel que exerceem na produção de conhecimento e na extensão. Porém, isso não significa o debate em relação às questões nas quais nós temos divergência em relação ao movimento docente e com o movimento dos servidores. Inclusive, agora, tivemos aqui na UFRGS um enfrentamento muito forte com a administração central, com o posicionamento dos professores, com o posicionamento dos servidores. O entendimento do movimento estudantil foi diferente. Assim como estamos tendo um entendimento bastante diferente em relação à questão dos cursos pagos de pós-graduação e a política de extensão da Universidade. Essas coisas vão continuar sendo enfrentadas. Apesar do enfrentamento e das muitas discordâncias com a administração central da universidade, não posso deixar de dizer o quanto fiquei surpreso com quanto o movimento estudantil nacional reconhece na Reitoria da UFRGS um ponto de referência e de resistência ao projeto do Governo Federal. A professora Wrana é tida pelos estudantes do Brasil inteiro quase como uma estudante. Aqui é um pouco mais difícil... A professora Wrana foi convidada pelo comando nacional de greve a reunir-se conosco para discutir algumas questões, foi até Brasília, deu um grande apoio. Quanto à questão das eleições do ano que vem, um projeto de universidade não vai ser construído até outubro do ano que vem. Agora, não tenho a menor dúvida que um governo de oposição, na pior das hipóteses vai preencher as vagas dos concursos. Tem questões estruturais que estão na nossa discussão interna, em relação à ampliação de turmas oferecidas à noite, a extensão, que não é suficientemente engajada, a prestação de serviços tem que estar separada da extensão universitária, os cursos pagos, os mestrandos pagos. A movimentação vai ser mantida, não tenho a menor dúvida que essa gestão do DCE está sendo a gestão mais forte dos últimos sete, oito anos, em termos de ser reconhecida pelo conjunto do movimento, por ter conseguido mobilizar os estudantes, por travar as discussões importantes. Os colegiados da Universidade estão com uma participação maciça dos estudantes, o que antes não vinha ocorrendo. A nossa discussão de pauta está segundo forte e firme. O nosso conselho de entidades de base vem mantendo quadro sistemático. Só nessa gestão do DCE nós realizamos quatro assembleias gerais. Construimos a maior assembleia geral da história. Agora o DCE está partindo para uma campanha de envolvimento dos estudantes na fiscalização da qualidade do ensino do semestre. Estamos conseguindo ir para dentro da sala de aula, estamos tendo espaço na imprensa. A greve potencializou a discussão do movimento e ela tende agora a crescer e não a arrefecer.

JU - Há uma tendência de arrefecimento no final do movimento. Os estudantes mantêm a organização no pós-greve? Maurício - Em relação à unidade, acho que é estratégica a defesa do sistema federal de ensino público superior. Não só pela gratuidade, mas também pelo papel que exerceem na produção de conhecimento e na extensão. Porém, isso não significa o debate em relação às questões nas quais nós temos divergência em relação ao movimento docente e com o movimento dos servidores. Inclusive, agora, tivemos aqui na UFRGS um enfrentamento muito forte com a administração central, com o posicionamento dos professores, com o posicionamento dos servidores. O entendimento do movimento estudantil foi diferente. Assim como estamos tendo um entendimento bastante diferente em relação à questão dos cursos pagos de pós-graduação e a política de extensão da Universidade. Essas coisas vão continuar sendo enfrentadas. Apesar do enfrentamento e das muitas discordâncias com a administração central da universidade, não posso deixar de dizer o quanto fiquei surpreso com quanto o movimento estudantil nacional reconhece na Reitoria da UFRGS um ponto de referência e de resistência ao projeto do Governo Federal. A professora Wrana é tida pelos estudantes do Brasil inteiro quase como uma estudante. Aqui é um pouco mais difícil... A professora Wrana foi convidada pelo comando nacional de greve a reunir-se conosco para discutir algumas questões, foi até Brasília, deu um grande apoio. Quanto à questão das eleições do ano que vem, um projeto de universidade não vai ser construído até outubro do ano que vem. Agora, não tenho a menor dúvida que um governo de oposição, na pior das hipóteses vai preencher as vagas dos concursos. Tem questões estruturais que estão na nossa discussão interna, em relação à ampliação de turmas oferecidas à noite, a extensão, que não é suficientemente engajada, a prestação de serviços tem que estar separada da extensão universitária, os cursos pagos, os mestrandos pagos. A movimentação vai ser mantida, não tenho a menor dúvida que essa gestão do DCE está sendo a gestão mais forte dos últimos sete, oito anos, em termos de ser reconhecida pelo conjunto do movimento, por ter conseguido mobilizar os estudantes, por travar as discussões importantes. Os colegiados da Universidade estão com uma participação maciça dos estudantes, o que antes não vinha ocorrendo. A nossa discussão de pauta está segundo forte e firme. O nosso conselho de entidades de base vem mantendo quadro sistemático. Só nessa gestão do DCE nós realizamos quatro assembleias gerais. Construimos a maior assembleia geral da história. Agora o DCE está partindo para uma campanha de envolvimento dos estudantes na fiscalização da qualidade do ensino do semestre. Estamos conseguindo ir para dentro da sala de aula, estamos tendo espaço na imprensa. A greve potencializou a discussão do movimento e ela tende agora a crescer e não a arrefecer.



Maurício Costa - DCE

MESA REDONDA

“Não tem outro dinheiro que não seja o público para resolver a questão da universidade”

JU – No decorrer da greve, a senhora sentiu alguma mudança de comportamento no conjunto de reitores?

Wrana – O que eu percebi no conjunto dos reitores foi o que o professor Rubens fez referência. Até aqueles com um comportamento um pouco menos veemente passaram a se manifestar, porque perceberam que alguns equívocos profundos da política de ensino superior estão atingindo as nossas instituições. No que diz respeito ao financiamento, nós vivemos, nesses últimos anos, um rebaixamento de investimentos de recursos do Tesouro nas universidades. Vimos uma diminuição profunda das vagas para professores e para técnicos, que é uma demanda colocada há muito tempo, sempre sendo protelada. Há ainda as questões abordadas na greve de 98, sem terem sido equacionadas. A questão dos concursos é uma, entre outras tantas. Os reitores perceberam também a exigência cada vez maior da sociedade para expandir o número de vagas, a fim de trazer mais gente para a universidade. Nós vimos a diminuição dos recursos, tanto para nossa manutenção, quanto para os investimentos. Vimos o crescimento da contratação de professores substitutos, que merecem a oportunidade de ter um vínculo diferenciado com a Universidade, para serem melhor aproveitados na qualificação que têm. E sempre a protelação das respostas. Faço uma crítica a um certo desrespeito para com o conjunto da comunidade, nesse sentido.

JU – A partir dessa mudança há uma possibilidade de reorganização do conjunto das universidades?

Wrana – Percebo claramente que a Andifes saiu fortalecida dessa situação. Diante do impasse que estava estabelecido entre professores e governo, quando os técnicos já haviam saído da greve, a Andifes fez uma proposta. Em nenhum momento teve a intenção de tirar o papel do sindicato, mas sim de provocar uma reação inclusive do próprio Governo. Nesse sentido, ao apresentar a sua proposta convervou com os parlamentares e com o sindicato. O sindicato pediu que ela fosse analisada nas diferentes regionais e a Andifes concordou e

deixou muito claro que não fechávamos questão em torno daquela proposta, mas da necessidade de termos uma proposta, para sairmos daquele impasse. Estava de um lado a incorporação da GAE e do outro lado a questão da GED. A Andifes não foi vencedora na sua proposta, mas absorveu a proposta que as assembleias indicaram como sendo a melhor. Talvez não fosse o que todos nós reitores pensávamos. Mas a Andifes entendeu que isso era importante, porque era crucial encontrar naquele momento não só uma saída para a greve, mas o equacionamento de uma questão conjuntural, que está longe de atender as nossas demandas estruturais. Resta a questão importantíssima a ser discutida da autonomia, que se expressa na autonomia financeira, administrativa, política, didática e pedagógica. Muitas vezes foi alegado que nós estávamos vivendo essa situação porque não tínhamos autonomia. Precisamos de uma autonomia construída e conquistada e não uma autonomia outorgada. Concordo que o sistema de financiamento não se equaciona com a mudança de um governo para outro, se faz com continuidade de investimentos e isso supõe uma discussão profunda do papel estratégico que a universidade tem. Afinal tem ou não tem, na sociedade chamada do conhecimento, no mundo que nós estamos vivendo, nesses países aqui do hemisfério sul, um papel importante a universidade? E qual é esse papel? Já começam as divergências, não nossas, mas muitas vezes com algumas propostas existentes que advêm do Governo. As universidades têm um papel estratégico não só como formadoras de



José Luis Rockenbach – ASSUFRGS

mão-de-obra para o mercado, mas como formadoras de pessoas, de sujeitos, para ajudar a construção de um projeto de nação. É um assunto complexo, porque entram questões como a relação da universidade com a sociedade, que tem que se expressar através do trabalho de extensão, de convênios e de contratos que se possa fazer com diferentes atores do mundo, econômico inclusive. A universidade deve falar com o mundo empresarial, mas não numa posição de quem se submete àquele interesse específico, mas sim a partir de seu interesse acadêmico. Por isso, não acredito que o financiamento para a universidade deva vir do setor empresarial ou do setor privado, que tem seus objetivos claros, específicos e legítimos.

São esses desafios todos que nós vamos ter de resolver. A mim me preocupa o crescente número de jovens que estão aí, que querem e que têm direito a estar numa universidade.

JU – Se os recursos não vierem do setor empresarial, do setor privado, se o orçamento cada vez sacrifica mais a universidade pública, de onde virão os recursos?

Wrana – Se a sociedade brasileira estiver consciente do papel que tem a universidade, do significado que ela tem na vida das pessoas, como oportunidade de se ter um lugar no mundo do trabalho, como oportunidade de entender melhor o mundo, como oportunidade de crescer culturalmente, vai exigir das políticas públicas, que seja colocada como prioridade. Não tem outro dinheiro que não seja o dinheiro público para resolver a questão da universidade. Para tanto, é preciso que a sociedade entenda que a universidade é importante e as políticas públicas considerem essa importância. É um trabalho de longo prazo. Sempre teremos de lutar por nossa legitimidade.

Maurício – Considero que a sociedade tanto compreende a importância da universidade pública que o nosso vestibular cresce de demanda a cada ano.

Rubens – Poucas pessoas entendem quando se fala em financiamento na universidade. Qual é a proposta desse governo? Não é se retirar totalmente do financiamento das universidades. É jogar dinheiro só em algumas universidades que ele considera importantes. As outras teriam de buscar a sua sustentação. Ou cobrando dos alunos – e aí se limitariam à graduação, uma idéia idêntica ao sistema privado – ou buscando em alguns projetos e associações com o mercado produtivo. Os cursos de agronomia deveriam procurar sua sustentação junto aos fazendeiros e agricultores, o curso de Oceanologia, em Rio Grande, por exemplo, junto à Ipiranga e assim por diante. A nossa preocupação é que isso não dá conta. Por que Rio Grande não poderia ter outros cursos? Por que só cursos que ou os estudantes pagam – e portanto sustentariam só a graduação – ou cursos que só a empresa paga? E aqueles cursos ou atividades com uma demanda fundamental e ligada a certos setores que não têm

condições de investir em pesquisa, como ficariam? Isso tem que ficar claro. Hoje, se pegarmos o mapa do Brasil, a UFRGS talvez se desse bem, mas a Universidade Federal do Acre?

Adriana – Isso aumentaria muito as desigualdades que existem neste País. O sistema federal de ensino superior deveria fazer com que o País se desenvolvesse de forma um pouco mais igualitária. Acho que a palavra que resume isso que a gente está falando é disputa de projeto. Porque é isso. Os mandantes hoje querem que o Brasil continue subordinado ao capital internacional – ao FMI, ao G-8. E para isso não precisa de universidade pública, gratuita, de qualidade. Não se pode falar em soberania sem deixar de falar de universidade pública. Qualquer país que desenvolveu tecnologia injetou recursos em pesquisa. Nós vamos ter desafios seríssimos. As mesas de negociação que estão colocadas vão até um ponto. Acho que a universidade não faz como deveria: apresentar a cara dessa universidade para a sociedade, fazer com que a sociedade se aproprie dela e passe a defendê-la com muito mais força. As pessoas passam aqui na frente e não se dão conta de quanto é importante ter essa instituição inserida aqui na comunidade, assim como em Rio Grande, em Pelotas, em Santa Maria e outras cidades. As pessoas muitas vezes não têm idéia do que é isso. Talvez a Vila Cruzeiro do Sul tenha, porque lá há um projeto de extensão importante. Talvez o MST, alguns segmentos tenham. Ao longo da nossa greve nós conseguimos uma doação de R\$100,00 da Associação dos Moradores da Vila Cruzeiro do Sul, que recolheu R\$1,00 de cada pessoa e entregou o total para a ASSUFRGS, quando nós estávamos com o nosso salário cortado. Acho que a Universidade precisa mostrar a sua cara para a sociedade e trazer a sociedade aqui para dentro, de uma forma muito mais ampla. Não é segmentalizando a extensão ou a pesquisa. Tem que trabalhar com empresário? Tem. Mas tem que fazer pesquisa no assentamento do MST. Tem que fazer pesquisa e extensão a varrer, para que todo o conjunto da sociedade saiba da importância da instituição e venha junto com a gente defendê-la com unhas e dentes, senão passa uma visão corporativa.

Rubens – Não só fazer pesquisa, mas disponibilizar os resultados desses trabalhos para a sociedade. Nós queremos que o morador da vila venha à universidade e saiba o que está se fazendo.

Maurício – O ponto de vista estudantil vai ao encontro do que a Adriana colocou. A universidade de no geral, incluindo a nossa, tem que perder o medo de se integrar com os movimentos sociais. Sejam eles, a Associação da Classe Média, o Movimento dos Sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados. A universidade precisa estar lá. E isso implica uma mudança radical na política de extensão das universidades brasileiras. A extensão, nas greves está sendo relegada a um terceiro plano. Primeiro se coloca a pesquisa, o ensino de graduação. Isso tem que ser trazido para a pauta como prioridade. Nunca colocarei a sociedade como um quarto ou quinto setor dentro da universidade. Os quatro setores da universidade é que são um setor da sociedade. Precisamos ter essa compreensão: nós estamos dentro da sociedade e não é sociedade que está dentro de nós.

Elisabete – Hoje o MEC se vale do crescimento do ensino privado também para pressionar a universidade pública: “agora nós descobrimos que as pessoas estão dispostas a pagar para ter o ensino de graduação, por que não instaurar o ensino pago na universidade pública?” É sempre muito importante lembrar que se o ensino privado cresceu e uma parte dele se qualificou de fato, essa qualificação se fez com respaldo fundamental da universidade pública. Se a gente tem hoje professores mestres e doutores atuando na universidade privada, esses professores passaram pela universidade pública”.

JU – Muitos se aposentam na universidade pública e vão trabalhar na universidade privada...

Adriana – Não, muitos se exoneram da universidade pública para ir ganhar pelo menos o dobro numa universidade privada.

Elisabete – Se a gente quer que o ensino privado continue se qualificando é fundamental que o ensino público continue crescendo e continue sendo um ensino de referência.

JU – No início, a greve passou quase despercebida. A reação das pessoas com a sua duração, começou aos poucos e foi crescendo. Ao final do processo, teve o apoio, a simpatia das pessoas. A greve terminou mas o processo de mobilização continuará?

Wrana – Mais pela terceira parte em diante da greve, fui abordada na rua por muitas pessoas. Todo mundo perguntando como ficaria a Universidade. De todas as pessoas que conversaram comigo – e não foram poucas – um só, estrangeiro, que veio da antiga Formosa, e mora aqui há muito tempo, me disse o seguinte: “Eu acho, reitora, um absurdo, querer ganhar sem trabalhar”, quando o pagamento do salário foi suspenso. Foi a única manifestação nesse sentido. Depois que começaram as aulas, eu estive numa atividade do Museu de Arte do RS, onde estavam mais de 800 pessoas, muitas vieram falar sobre o retorno às aulas, ou parabenizar pelo bom desempenho da Universidade no Provão. Ninguém quer a greve pela greve. Nós perdemos evidentemente um tempo. Mas nunca um tempo é perdido completamente. Nós perdemos um tempo na realização da nossa atividade-fim, especialmente na graduação, em 2001. Mas houve um aprendizado. Com isso, não estou fazendo uma



Professora Elisabete Burigo – ADUFRGS

apologia da greve. Estou dizendo que há um aprendizado mesmo em momentos difíceis, a greve é um momento difícil, de tensão, onde se recebe e se faz crítica, onde as diferenças se acentuam ou não. Acho que houve um grande ganho. Acredito que a nossa Universidade tenha saído muito mais fortalecida. Nossos Conselhos saíram fortalecidos porque hoje nós temos uma discussão muito mais veemente e avançada. Temos a participação de todos os segmentos dentro da universidade. Acho que nunca tantas pessoas puderam discutir os nossos problemas internos e externos. Temos pautas enormes internas a serem respondidas. Muitas delas não têm uma resposta imediata. Mas precisa ser construída uma resposta, não para satisfazer o demandante, mas para cumprirmos a nossa função. Temos maior clareza da questão externa. Sobre tudo acho que temos muito mais respeitabilidade. Não acredito que as pessoas que encontro na rua façam as suas observações sobre a UFRGS para me agradecer. Saímos fortalecidos para um trabalho que é muito maior, mais duro do que resistir os 108 dias de greve. Lá, era de resistência e construção de uma saída. Aqui, é de resistência e construção de um projeto e de uma nova universidade. A universidade não está falida como uma instituição que é capaz de gerar riqueza material, riqueza moral, ética, de justiça, solidariedade. Eu acredito profundamente nesses valores. Essa é a riqueza maior que tem um povo. Ela dá sentido para aquela riqueza material que a ciência e a tecnologia criam possibilitando o desenvolvimento.

“Precisamos ter essa compreensão: nós estamos dentro da sociedade e não é sociedade que está dentro de nós”.



Adriana Ramos – ASSUFRGS

“É sempre muito importante lembrar que se o ensino privado cresceu e uma parte dele se qualificou de fato, essa qualificação se fez com respaldo fundamental da universidade pública”.

Aluna e professor da UFRGS fazem curso em Harvard

●ADEMAR VARGAS DE FREITAS
Jornalista

Márcia Wink, 28 anos, doutoranda do curso de pós-graduação em Bioquímica, e Guido Lenz, 30 anos, professor do Departamento de Biofísica, seguiram para Boston (EUA) no dia 16 de dezembro. Vão passar cerca de um ano estudando na Medical Harvard University, com bolsas do CNPq. Ela faz "doutorado-sanduiche" no Beth Israel Hospital, com o dr. Simon Robson; ele faz pós-doutorado no General Hospital, com o dr. Joseph Avruch. A ida de Márcia foi precedida por longos trâmites burocráticos e pessoais, que a partir de certo momento se ligam à ida de Guido, formando uma rede que inclui dedicação, paciência e solidariedade. Márcia e Guido estão noivos, casam na volta.

Estudar no Exterior amplia a visão no campo da ciência, dá acesso a novas técnicas e oferece possibilidades de contatos pessoais e interações que podem ser muito úteis no futuro, dando início a uma rede de solidariedade que tanto pode encaminhar um pós-doutorado ou suprir grupos de pesquisa com reagentes e anticorpos.

Foi o que aconteceu com o professor Guido Lenz, que ao retornar do doutorado-sanduiche em Miami, além das técnicas que aprendeu, trouxe reagentes e deixou "amarrada" a ida a Harvard para o pós-doutorado. "Em Harvard, com certeza, vamos aprender uma quantidade de técnicas e utilizar novos reagentes e materiais, que depois influenciarão a pesquisa durante toda a carreira acadêmica."

Essa rede de solidariedade começou a se formar quando a professora Ana Maria Oliveira Battastini apresentou parte do trabalho de mestrado de sua orientanda Márcia Rosângela Wink ao professor Simon Robson, de Harvard, num congresso na Bélgica, em 1999. Ele demonstrou interesse, deu sugestões, e Ana Maria aproveitou para informar que Márcia tinha vontade de fazer um estágio fora do Brasil.

A partir daí, as portas começaram a se abrir, mesmo que fosse para um processo moroso que depende muito da persistência do aluno e do orientador. Seguiu-se troca de e-mails, troca de interesses de trabalho. Márcia apresentou seus objetivos e enviou currículo, que Robson levou a seu grupo para avaliação. Depois de muitos trâmites, o pleito de Márcia foi aceito, e ela começou a se preparar para a parte mais burocrática, escrever o projeto e fazer o Toffel Test, prova de proficiência em inglês, exigida pelas agências de fomento para aceitar a solicitação de bolsa de estudos.

MÁRCIA VAI ESTUDAR UMA ENZIMA

A tese de Márcia é basicamente sobre o estudo de uma enzima, e seu modelo de estudo são gliomas, no caso, astrocitomas, que são cânceres de células astrocíticas do cérebro. Ela iniciou o estudo com células cedidas pela SOAD (South American Office for Anticancer Drug Development), que funciona junto ao Hospital de Clínicas e mantém um grupo que trabalha há bastante tempo com essas linhagens, coordenado pelo dr. Gilberto Schwartzmann.

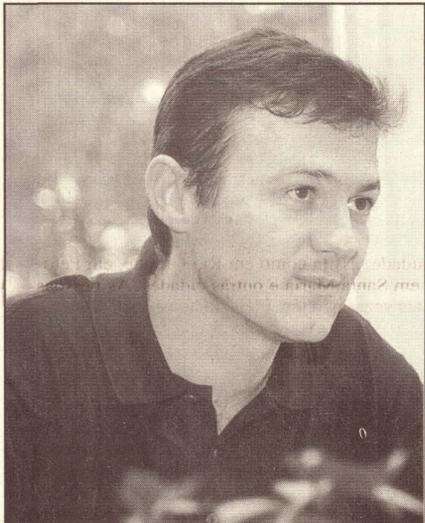
A enzima que Márcia estuda está relacionada a várias patologias e a vários sistemas fisiológicos importantes, mas há uma diferença muito grande na atividade dessa enzima em gliomas e em

células normais, nas quais não está alterada. O propósito principal é a busca do aprimoramento das técnicas de estudo dessa enzima e de um entendimento melhor de sua regulação e de seu comportamento com outras proteínas associadas, para poder complementar o trabalho e aprofundar os estudos.

Ela espera fechar um ano em Harvard, pois na UFRGS já concluiu as exigências burocráticas, créditos, projeto de qualificação. Um primeiro artigo (*paper*) já está praticamente pronto para ser mandado para publicação. Então, não haveria por que voltar antes, nem ela nem Guido. Mas quando voltarem, farão uma grande festa de casamento, como pedem suas famílias "alemãs", gente muito festeira. Márcia e Guido se conheceram na Universidade, e o namoro começou durante um congresso. Ele estava saindo do mestrado, ela estava concluindo a iniciação científica e entrando na pós-graduação.

Márcia fez o primeiro grau em Sapucaia do Sul, onde nasceu, de pai camioneiro e mãe do lar. Sempre teve afinidade com as ciências, ia a campo coletar dados, foi premiada em diversas feiras escolares, com estudos sobre a doença de Chagas. Isso foi decisivo na escolha de fazer o segundo grau em Esteio, com especialidade em Patologia Clínica. Mas, por falta de recursos e de manutenção, esse curso foi fechado e só lhe restou fazer Contabilidade.

Primeiro, sentiu uma revolta muito grande, depois, conscientizou-se de que tinha que dar o melhor de si na Contabilidade, deixando para fazer o que mais lhe agradava quando chegasse à Facul-



Guido procura apartamento em Boston

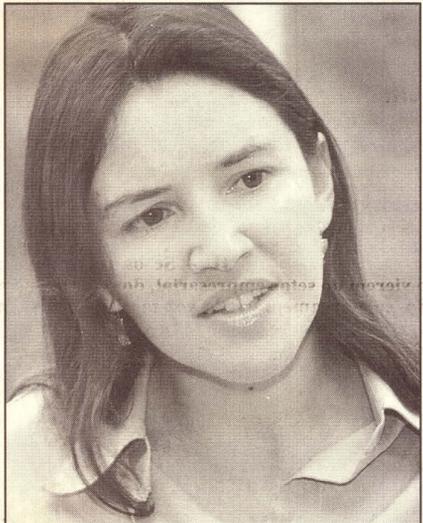


Márcia e Guido sempre estudaram em escolas públicas

versidade de Miami (1997-1998), com o professor Joseph Neary, graças à interseção de seu orientador na UFRGS, o professor Richard Rodnight. Esse mestre, que veio para o Brasil depois de se aposentar na Inglaterra, já formou sete doutores na UFRGS e, em 2000, foi homenageado pela Fapergs na área de Ciências Biológicas. Guido fez o doutorado com ele depois de ter feito o mestrado com uma doutora que ele formou, a professora Cristiane Salbego.

O professor Neary, de Miami, tem estreita colaboração com o professor de Harvard, que o ajudou a conseguir material de pesquisa, produzindo, através da biologia molecular, reagentes que ainda não existem comercialmente. Essa colaboração abriu para Guido as portas do pós-doutorado, mas foi necessário muito trabalho para sincronizar sua ida com a de Márcia.

Em Harvard, sob a orientação do dr. Avruch, Guido vai estudar os mecanismos que as células usam para se comunicar. Seu orientador coordena um grupo de pesquisa extremamente produtivo e anualmente publica artigos na *Nature*, uma das principais revistas científicas do mun-



Márcia agradece pela atenção do CNPq

O QUE É DOUTORADO-SANDUÍCHE

O pós-graduando pode fazer o doutorado inteiramente no Brasil ou inteiramente no Exterior. Mas também pode fazer parte do doutorado no Brasil e parte no Exterior. É o que se chama de doutorado-sanduiche. Nesse caso, em geral, estuda três anos no Brasil e de um a dois anos no Exterior, desde que se retorne seis meses antes da defesa da tese.

dade de Farmácia da UFRGS. E foi rápida: concluiu o Curso de Farmácia no tempo mínimo, formando-se em 1996, e reingressando posteriormente para fazer ênfase em Análises Clínicas e iniciar o mestrado em Bioquímica. Terminou junto, o mestrado e a ênfase, e em seguida fez o exame de seleção para o doutorado. Durante a graduação, já era bolsista de iniciação científica do professor João José Freitas Sarkis e havia começado a estudar o sistema enzimático que desenvolve agora.

GUIDO VAI PESQUISAR COMUNICAÇÃO CELULAR

O professor Guido Lenz vai fazer pós-doutorado em Harvard, com o professor Joseph Avruch, depois de ter feito doutorado sanduiche na Uni-

do. Recentemente, ele descobriu duas ou três vias muito importantes de sinalização dentro das células.

Guido vai trabalhar com dois tipos de células. Um deles são os astrócitos, células do sistema nervoso central envolvidas em várias funções normais, em especial na recuperação de lesões traumáticas ou isquêmicas. São essas células que originam a maioria dos tumores cerebrais, os gliomas que Márcia estuda. "Nós trabalhamos juntos também, eu e a Márcia, mas vou me dedicar principalmente a tentar entender o que leva essas células a responderem a uma lesão e os erros de sinalização que as tornam tumorais."

O interesse pela ciência começou com o avô, doutor em Direito, que fugiu da Alemanha, em 1933, devido à perseguição nazista. Em casa — no interior de Itapiranga, extremo oeste de Santa Catarina — se falava sobre vários assuntos, inclusive ciências, e Guido se interessou por Química. Mas, no segundo grau, por falta de opções, foi obrigado a se formar em Contabilidade, como aconteceu com Márcia.

Depois fez vestibular para Química na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. Concluiu o curso em três anos e meio, e desde o segundo semestre fez iniciação científica no laboratório. Mas a Química não o satisfazia completamente: tinha curiosidade quanto à Bioquímica, a química da vida. E mais, passou a se interessar por Neuroquímica, devido a problemas de saúde na família.

Fez mestrado na UFRGS entre 1994 e 1996, quando começou a lecionar como professor substituto na Biofísica, sendo efetivado por concurso no ano seguinte. Desde 1997, Guido é professor da Biofísica, onde mantém um grupo de pesquisa e orienta na pós-graduação. Antes de ser liberado pela UFRGS, concluiu uma orientação de mestrado e já está encaminhando sua orientanda Maria Caroline Jacques Brock para estudar com Neary, em Miami.



Ana Maria viaja em setembro

Orientadora abre

caminho em congressos

Em setembro de 2002, durante o período em que Márcia e Guido estiverem em Harvard, a orientadora de Márcia, professora Ana Maria Oliveira Battastini, vai a Boston participar de um encontro que está ajudando a organizar. E pretende ficar um mês, fazendo contatos com vistas a, posteriormente, mandar outros alunos.

Ana Maria diz que é muito importante estimular os colegas a participarem de congressos internacionais: "O contato com pesquisadores de outros países pode ser de grande proveito para a Universidade, pois permite conversar, apresentar idéias, e esse conhecimento pessoal facilita interações".

É importante também para seu currículo, já que a carreira acadêmica de Ana Maria também está no começo. "Márcia foi minha primeira orientanda, e terido tão longe dá muita satisfação e força para receber outros alunos."

Estudantes do Brasil

A professora Ana Maria diz que o interesse dos jovens brasileiros pela pesquisa chega a espantar os estrangeiros. Tanto que o pesquisador português Rodrigo Cunha — muito importante na área, e que recentemente promoveu dois seminários na UFRGS — afirmou que o Brasil tem tudo para, daqui a 100 anos, ser o maior país do mundo: "Com esta juventude que vocês têm, interessada em trabalhar e estudar, é só os outros não atrapalharem que a coisa dará certo".

Ana Maria considera que essas interações são muito importantes para a Universidade, pois despertam a admiração de professores estrangeiros que, ao se aposentarem, têm interesse em vir para cá. E com isso, contribuem muito para a Universidade, para os departamentos. "Muitos professores estrangeiros estão aqui agora, como é o caso do Dr. Rodnight."

Guido confirma o interesse dos alunos brasileiros pela pesquisa, lembrando o número de estudantes que viu no laboratório da Universidade de Miami durante os oito meses que trabalhou lá: "Nesse período, só vi dois estudantes, enquanto o laboratório daqui todo dia está cheio de estudantes, e sempre tem lista de espera". Ele diz que isso é um estímulo para ir bem no pós-doutorado, abrindo caminho para que outros pesquisadores brasileiros estudem no Exterior.

A vida em Boston

Em Boston, Márcia e Guido vão morar juntos. Nas primeiras semanas, ficarão na *guest house*, casa de passagem que a Universidade oferece para que o aluno tenha tempo de se estabelecer. Um auxílio-instalação vai permitir que organizem a vida na chegada.

Guido já passou uma semana em Boston, durante um congresso, e sabe que o aluguel é caro (cerca de mil dólares por mês), e o trânsito complicado, embora o metrô funcione muito bem. Então, e pela Internet e através de amigos, está procurando um lugar menos dispendioso e mais próximo da universidade para morar. Quando puderem viajar, alugarão um carro.

Na mala, Guido leva erva mate para o chimarrão. Até já calculou que com dois quilos de erva poderá tomar chimarrão uma vez por semana durante oito meses. Também já calculou que parentes ou amigos que forem visitá-los poderão ajudar a suprir sua despesa.

Márcia vai levando fotos da família, alguns livros em português e chás. Quando Guido fazia doutorado-sanduiche, ela passou um mês em Miami e sofreu muito com a comida. "Quando tinha dor de estômago, eu procurava, desesperada, por marcela e camomila e não encontrava." Mas a orientadora Ana Maria acha que desta vez Márcia e Guido não vão ter problema com a comida: Boston deve ter restaurantes com feijão e arroz, pois é um das cidades americanas que têm mais brasileiros. Guido sabe até o número: "Tem 200 mil brasileiros em Boston, tudo mineiro de Governador Valadares".



Márcia e a orientadora com as alunas de iniciação Elizandra Braganhol e Alessandra Tamajusuku

DESTAQUES

UFRGS ganha maioria dos prêmios Fapergs 2001

Dos 15 premiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, oito são da UFRGS, dois da PUC, dois da UFPel, dois da Universidade Federal de Santa Maria e um da Unijuí

Como nos anos anteriores, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi a grande vencedora do Prêmio Fapergs 2001, entregue na noite de 7 de dezembro, no Salão Negrinho do Pastoreio do Palácio Piratini, com a presença do governador Olívio Dutra e da reitora Wraha Maria Panizzi, entre outras autoridades.

O prêmio, que chega à sua 4ª edição, é concedido anualmente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul a pesquisadores de reconhecido mérito em sua área que, com trabalhos desenvolvidos nos últimos cinco anos, tenham contribuído de forma relevante para o desenvolvimento científico, tecnológico, social, econômico ou cultural do Estado. Dos 15 premiados, oito são da UFRGS, sendo que os demais dividem-se entre UFPel, PUC, Universidade Federal de Santa Maria (dois de cada) e Unijuí (um).

Neste ano, além dos destaques em 13 áreas de conhecimento, mais duas pessoas – ambas da UFRGS – foram agraciadas com o troféu Destaque em Tecnologia e a Medalha Sylvio Torres (médico veterinário e pesquisador, ex-diretor científico e membro do Conselho Superior da Fapergs, falecido em 1977).

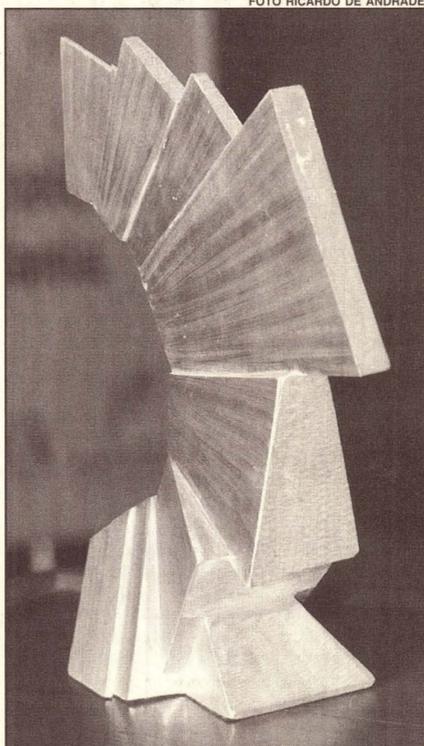
Os dois prêmios também serão anuais, sendo que a medalha surge com o objetivo de agradecer um único pesquisador que tenha, ao longo de sua vida científica, contribuído extraordinariamente para o avanço da ciência ou da tecnologia no Estado. Desta vez ela foi entregue a Ivan Izquierdo, responsável pelo Laboratório Centro de Memória do Departamento de Bioquímica do Instituto de Ciências Básicas

da Saúde, enquanto o troféu ficou com Luiz Carlos Federizzi, do Departamento de Plantas de Lavoura da Faculdade de Agronomia.

Os demais premiados da casa são Juan Luis Mascará (área de Arquitetura e Urbanismo), Richard Burnard Rodnight (Ciências Biológicas), Marcelo Savino Portugal (Economia e Administração), Telmo Roberto Strohaecker (Engenharia), Joel Pereira de Souza (Física e Agronomia) e Miguel Angel Alberto Ferrero (Matemática, Estatística e Computação). Cada premiado recebe, além de diploma, troféu ou medalha, um auxílio financeiro que poderá ser utilizado para comparecer a congresso internacional de sua área ou em seu trabalho de pesquisa.

A grande percentagem de premiados da UFRGS é considerada pelo pró-reitor de Pesquisa, Carlos Alexandre Netto, como expressão da importância que a Universidade tem no desenvolvimento da atividade de pesquisa científica e tecnológica no Estado. “As razões são históricas” – complementa Netto – “pois a UFRGS é a mais antiga instituição de ensino superior do Rio Grande do Sul (completou 67 anos no dia 28 de novembro) e, como tal, tem desenvolvido a pesquisa de excelência em todas as áreas de conhecimento.”

Quanto aos premiados, o pró-reitor salienta que todos eles – além das contribuições importantes para suas áreas de conhecimento, na forma de projetos de pesquisa e publicações de artigos – têm contribuído para o desenvolvimento científico nacional, através da formação continuada de recursos humanos de qualidade para as atividades tanto



Prêmio FAPERGS

de pós-graduação (mestrado e doutorado) quanto de iniciação científica.

Os vencedores foram escolhidos por uma comissão formada pelos professores doutores Antonio Dimas (USP), Reinaldo Guimarães (UERJ), Rubens Sampaio (PUC do Rio), Ruy de Araújo Caldas (UCB-DF) e pelos integrantes do Conselho Técnico-administrativo da Fapergs, os diretores Sergio Bampi, Dalcídio Moraes Cláudio e Janice Dornelles de Castro, com apoio dos comitês assessores da fundação.

Netto vê o Troféu Destaque em Tecnologia como um indicador da importância que a Fapergs está dando para a pesquisa científica com foco tecnológico. “Esse reconhecimento não é apenas da Fapergs, mas de pesquisadores do Estado, que cada vez mais têm desenvolvido projetos, geralmente em parceria com setores produtivos da economia, para solução de problemas tecnológicos.”

Federizzi, doutor em Agronomia pela Universidade da Califórnia, é professor de Melhoramento Genético Vegetal, tendo conquistado o troféu graças a seu trabalho para a obtenção de novas variedades de aveia, melhor adaptadas às condições de clima e solo da região sul do Brasil. Essas variedades, também cultivadas na Argentina, apresentam maior tolerância a doenças, ótima qualidade de grão e produzem altos rendimentos.

Com mais de 300 artigos publicados em importantes revistas científicas, o professor Ivan Izquierdo, doutor em Medicina pela Universidade de Buenos Aires, é considerado um dos maiores pesquisadores da América Latina. E recebe a Medalha Sylvio Torres pela sua carreira na área de neurociências, com a qual está envolvido há cerca de 40 anos. Izquierdo vem pesquisando a Neurobiologia do Aprendizado da Memória, sendo um dos cientistas mais citados em trabalhos de colegas.

Rádio da Universidade no ARI-2001

FOTO RENI JARDIM



Radionovela faz parte de programações especiais

A Rádio da Universidade/1080AM ficou com o segundo lugar no Prêmio ARI de Jornalismo 2001, na categoria Produção Radiojornalismo, com a série especial *Levante Gaúcho: os 40 anos da Legalidade*, transmitida entre 27 de agosto e 7 de setembro passados. A série, produzida pelos jornalistas Ilgo Wink e Giancarla Brunetto, teve a colaboração de estagiários, a apresentação de Lauro Hagemann, e relembrou um dos mais importantes movimentos brasileiros em defesa da democracia, e que se constituiu num dos maiores impasses político-militares no país. *Levante Gaúcho: 40 anos de Legalidade* contou com a participação de historiadores, cientistas políticos, jornalistas, escritores e políticos de diferentes partidos e foi a melhor classificada no ARI-2001 entre todas as rádios do Estado que apresentaram outras séries ou programas abordando o assunto “Legalidade”.

Time de futebol da UFRGS faz 40 anos



Os vencedores na foto tradicional

Era uma tarde quente de sábado, em dezembro de 1961, e no estádio do Rio Guaíba Futebol Clube, em Porto Alegre, se enfrentavam o esquadrão da Liga Esportiva dos Servidores da UFRGS e o time do Departamento Atlético da Rádio Patrulha, na partida decisiva do campeonato amador da Liga Esportiva dos Servidores Públicos. O resultado foi 3 x 1 para o time da Universidade, treinado por Júlio Soares, com dois gols de Antoninho e um de Pinto. Pelo time contrário, gol de Alexandre. Essa vitória marcou o início da carreira do time de futebol da UFRGS, que agora completa 40 anos de atividade.

Na edição do dia 19/12/61 da Folha Esportiva, meia página de elogios para o “nosso time”, numa época em que futebol ainda era grafado como *football*, time era *team*, adversário era *litigante*, funcionário público era *barnabé* e o Lago Guaíba era chamado de rio. Uma amostra: “Apesar do calor reinante, um bom público esteve presente no gramado da Rua Frederico Mentz, tendo oportunidade de vibrar com os lances de grande movimentação e pelo football de grande gabarito desenvolvido pelos dois litigantes”.

Abaixo da foto dos vencedores, a legenda dizia: “Em pé, a partir da esquerda: Portuário, Eni, Mano, Brandão (grande figura do jogo), José e Délcio. Agachados, na mesma ordem: Pinto, Darlei, Iris, Sérgio, Antoninho e o massagista Bocão.” No lado esquerdo da foto, um garoto não identificado, talvez o mascote do time.

Professor premiado na Inglaterra

O professor Nilo Cesar Consoli, do departamento de Engenharia Civil (geotecnia), da Escola de Engenharia da UFRGS, recebeu o prêmio Telford Prize, na segunda quinzena de novembro, na Inglaterra. O Telford Prize é concedido anualmente, desde 1835, pelo Instituto de Engenharia Civil da Inglaterra, aos autores dos melhores artigos publicados em revistas especializadas inglesas. Esta é a primeira vez que um sul-americano é premiado. O trabalho *Formação de Solos Pela Disposição de Rejeitos de Mineração: Comparação das Medidas de Campo com Simulações Numéricas* foi publicado em 2000, pela revista *Geotechnique* e concorreu com todas as áreas da engenharia civil.

Para Consoli, a premiação é o reconhecimento do trabalho realizado pelas universidades públicas do Brasil. “Diz-se que a pesquisa brasileira é inferior às desenvolvidas nos países de Primeiro Mundo. Isto não é verdade. A área de geotecnia do Departamento de Engenharia Civil da UFRGS produz trabalhos de alta qualidade, que se traduzem numa quantidade razoável de artigos publicados em revistas nacionais e internacionais”, diz.

Segundo ele, o mérito também fica por conta da dificuldade em se ter um artigo aceito nessas revistas. São centenas de trabalhos, de diferentes partes do mundo, avaliados por profissionais especializados. Daí a dificuldade de se conseguir um espaço. “Cerca de 10 pesquisadores brasileiros, até hoje, publicaram seus trabalhos na *Geotechnique*”, conta.

Resíduos
A pesquisa exposta por Consoli começou há 10 anos. Ele buscava o aproveitamento dos resíduos derivados da extração da bauxita – mineral que produz o alumínio. Os resíduos não apresentam características danosas para o meio ambiente porque possuem um pH neutro. Por isso, o professor apostou na transformação desse material em produtos úteis, como na fabricação de tijolos ou no melhoramento do solo, tornando-o mais resistente. Mas como a quantidade de sedimentos produzidos é muito grande, seria difícil aproveitá-lo em um curto espaço de tempo. A questão era: como calcular a capacidade de armazenamento de um reservatório para as centenas de toneladas de resíduos produzidas mensalmente? A resposta começou a surgir a partir de 1989, quando a Alcan, uma empresa de mineração canadense, localizada em Ouro Preto, Minas Gerais, procurou a universidade.

Criado para estocagem e formado pela barragem de um rio, um reservatório abrigava os resíduos produzidos pela empresa. Caberia à UFRGS descobrir qual era a capacidade do reservatório em armazenar os sedimentos. Até então, para ter uma estimativa aproximada, a empresa avaliava empiricamente essa capacidade. Mas de acordo com Consoli, os resultados não eram satisfatórios. A ideia foi derivar as equações diferenciais e resolver o problema numericamente. “Com a simulação, chegamos aos resultados. Obtivemos uma ótima aproximação da realidade. Até hoje, ninguém tinha apresentado uma solução completa.”, explica.

Os cálculos do professor foram completos porque envolveram três fenômenos da natureza. O primeiro é o transporte dos sedimentos. No momento em que se jogam os resíduos em determinado local, a água carrega esse material para diferentes pontos do reservatório. Depois, a sedimentação faz com que a força da gravidade acomode os sedimentos no fundo do reservatório. Por último, a consolidação faz com que o peso dos sedimentos comecem a reduzir o volume de vazios

existente entre os resíduos depositados. “Fizemos uma simulação considerando a vinculação dos fenômenos que controlam o problema e que nunca haviam sido resolvidos em conjunto”, comemora.

Hoje, as pesquisas de Consoli se concentram em problemas do Rio Grande do Sul como, por exemplo, a utilização de resíduos de termoeletrônicas. As cinzas misturadas ao solo adquirem características semelhantes às das rochas e podem ser usadas como base de fundações em obras civis (edifícios, casas, pontes), em pavimentos rodoviários e aeroportuários.

Além deste trabalho, outro em andamento, que promete dar bons resultados, é a utilização de garrafas Pets para aumentar a resistência do solo. As garrafas são cortadas em tiras de 25 milímetros e colocadas dentro do solo, tornando-o mais resistente. “Esta é uma linha de pesquisa que está se desenvolvendo muito bem e tendo uma ótima aceitação”, afirma Consoli.

FOTO JOÃO FORTINI ALBANO



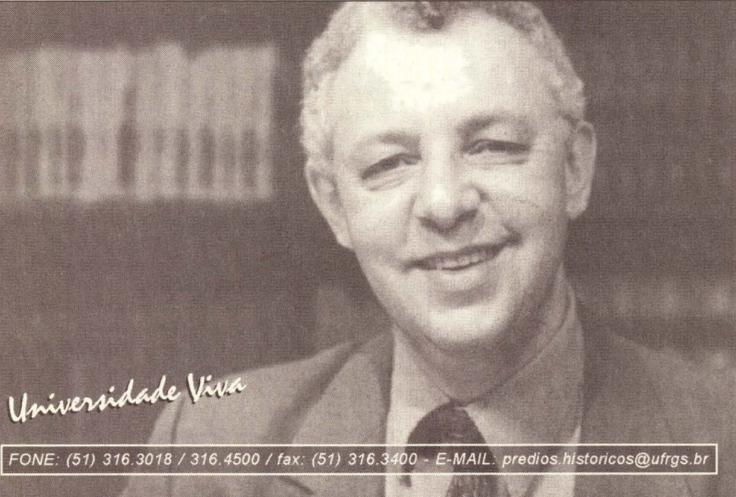
“Inauguração da Loja”

O professor João Fortini Albano, do Departamento de Engenharia de Produção e Transportes da Escola de Engenharia da UFRGS, teve uma foto premiada na oitava edição do concurso *Histórias de Trabalho*, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre. O título do trabalho do professor Albano é “Inauguração da Loja”. No início do ano a secretaria fará entrega de diplomas aos classificados, e no primeiro semestre publicará um livro contendo os trabalhos premiados (contos e fotos). Esta é a segunda vez que o professor Albano é classificado no concurso.

Faça como o advogado Marco Túlio: doe o que puder para os Prédios Históricos da UFRGS.

O advogado Marco Túlio de Rose diz que contribui para a recuperação dos Prédios Históricos porque “é o mínimo dos mínimos que eu poderia fazer para retribuir o muito que recebi da UFRGS”. Realmente, a convivência de Marco Túlio com a UFRGS tem sido muito intensa: fez o primeiro e o segundo grau no Colégio de Aplicação, formou-se em Direito e, atualmente, conclui o Pós-Graduação. Sócio de um escritório de advocacia, e tendo como hobby leitura, cinema e teatro, Marco Túlio de Rose é mais um porto-alegrense agradecido à UFRGS.

Se você, por algum motivo, também se sente grato à UFRGS, faça como Marco Túlio de Rose: peça sua carnê ou débito em conta à Secretaria do Patrimônio Histórico e doe o que puder.



Universidade Viva

FONE: (51) 316.3018 / 316.4500 / fax: (51) 316.3400 - E-MAIL: predios.historicos@ufrgs.br

Alocação de vagas para docentes tem novo modelo

Serão distribuídas 85 vagas para professores não titulares, entre 53 departamentos.

O Conselho Universitário da UFRGS (Consun) aprovou, em outubro deste ano, a Resolução 118/2001, que dá nova regulamentação para a alocação (distribuição) de vagas de docentes, na classe adjunto I, em regime de dedicação exclusiva, destinadas aos departamentos da UFRGS. Disponibilizadas pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), as 85 vagas deverão ser distribuídas ainda nesse ano, de acordo com o estabelecido na resolução, em três modalidades de distribuição, previstas pela decisão: reposição de docentes (18 vagas), distribuição de vagas docentes (50) de acordo com carga de trabalho do Departamento e vagas da Reitoria (17).

Conforme os critérios contidos no novo instrumento, somente poderão concorrer às vagas os departamentos que obtiverem o índice de ensino mínimo, de 0,2, na presente alocação. Dos 94 de-

partamentos da UFRGS, 78 apresentaram esse mínimo e concorreram. Desses, 53 departamentos foram contemplados com uma, duas, três ou quatro vagas, nas modalidades previstas. As propostas constam de uma tabela, que é sempre sujeita à aprovação do Consun.

CRITÉRIOS

De acordo com o pró-reitor adjunto de Graduação, Norberto Hoppen, o modelo funciona com três bases de distribuição. A primeira delas é a reposição de vagas de docentes geradas por aposentadoria (31 professores em 2001), exoneração, falecimento e demissão, ocorridos entre 1º de janeiro e 24 de outubro. A segunda, distribuição de professores, verifica a capacidade docente, isto é, a quantidade de aulas na graduação e na pós-graduação, orientação (graduação e pós), produção intelectual e extensão, de acordo com a média da UFRGS. Tais informações resultaram dos dados disponíveis nos bancos de dados da Universidade, das atualizações e correções feitas pelos departamentos, das homologações da

produção intelectual feitas pela Secretaria de Avaliação Institucional e das apropriações dos casos omissos e excepcionais determinadas pelo Consun. Com isso, dezessete departamentos se qualificaram à reposição. O número de vagas para essa modalidade corresponde a 75% das que devem ser distribuídas.

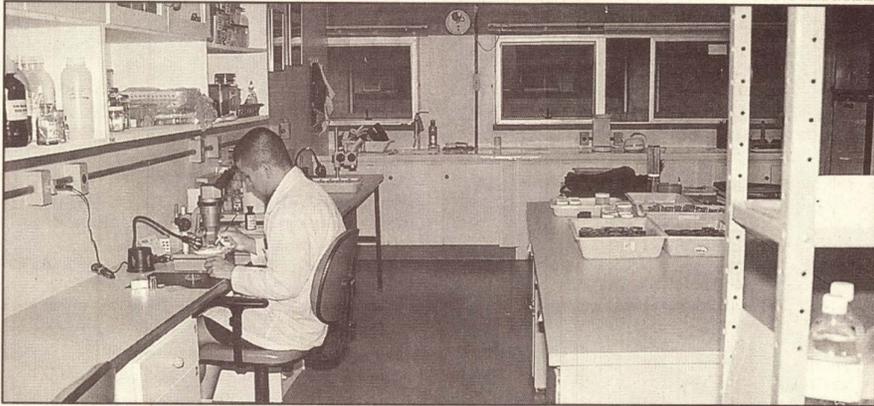
A terceira modalidade é a distribuição de vagas para as chamadas de vagas estratégicas a serem alocadas pela Reitoria, também em número de dezessete e que foram destinadas aos departamentos envolvidos com a abertura de novos cursos na Universidade representando um aumento de vagas em toda a Graduação. Os sete novos cursos que se habilitaram foram Nutrição, Engenharia da Computação, Engenharia de Produção, Engenharia Cartográfica, Licenciatura em Física (Noturno), Arquivologia e Administração, também desmembrada em cursos noturno e diurno. As vagas foram distribuídas diretamente para os Departamentos que sediavam os cursos, além de departamentos básicos, como Matemática e Física, que dão muitas aulas para esses cursos. De acor-

do com o pró-reitor, a nova proposta de distribuição de vagas docentes foi bem acolhida, sendo que alguns departamentos já encaminharam modificações para a próxima distribuição, prevista para o ano que vem.

Um dos detalhes é que essa decisão do Consun autoriza a administração central, através da Pró-reitoria Adjunta de Graduação (Prograd), a fazer uma proposta de alocação. Mas quem referencia, quem faz as notificações e quem decide é o próprio Consun. Para o pró-reitor, essa nova realidade configura-se como a grande inovação. "Esse é o elogio recebido, uma vez que os critérios mudaram tomando-os mais objetivos e mais transparentes." Norberto Hoppen lembra que antes das alterações a distribuição das vagas era motivo de tensão, uma vez que havia departamentos com muitas vagas e poucos alunos e outros com nenhuma vaga e muitos alunos, "a decisão vem regulamentar essa questão", comenta. A aplicação do modelo, de acordo com a disponibilidade de vagas, está prevista para ser utilizada uma vez por ano. (ST)

Departamento de Zoologia ganha novas instalações

FOTO RENE JARDIM



O Instituto de Biociências inaugurou, em 26 de novembro, as novas instalações do Departamento de Zoologia, que ocupam um prédio recém concluído no Campus do Vale. A finalização do projeto, que tem sido o objetivo principal, tanto da direção da unidade como da chefia do Departamento, propiciou o arranjo de uma infra-estrutura completa, incluindo o programa de pós-graduação. Na parte superior do Departamento de Zoologia localizam-se os laboratórios de pesquisa com os animais invertebrados e no andar térreo estão os de vertebrados. De acordo com o diretor do Instituto de Biociências, Jorge Ernesto de Araújo Mariath, "a conclusão do projeto é resultado do trabalho de equipe, que envolveu as administrações da CAPES e da Universidade, bem como todo o quadro de professores do Departamento, que garantiram os recursos necessários para, hoje, ocuparmos essas dependências que nos orgulham e nos trazem uma nova etapa na vida de todos os colegas envolvidos diretamente no cotidiano do departamento de Zoologia".

Helena Piccoli Romanowski, chefe do Departamento de Zoologia, professora e pesquisadora do grupo de pesquisa de entomologia tem muitos motivos para comemorar. "Realizamos esse movimento para conseguir a mudança, pois sempre foi considerado um instituto de apoio às ciências médicas e da saúde. Faz seis anos que o Instituto de Biociências foi dividido em dois: o Instituto de Ciências Básicas da Saúde, que congrega as áreas de apoio às Ciências da Saúde e o Instituto de Biociências, com caráter biológico de pesquisa, fazendo com que adquirisse identidade própria. Helena esclarece que a luta por uma sede única pretendia contemplar não apenas a Zoologia mas, também, todo o Instituto de Biociências. O Departamento possui 4 gru-

pos de pesquisa (Entomologia - sistemática, biologia, ecologia, morfologia e comportamento de insetos; Crustáceos Neotropicais; Vertebrados; Invertebrados e Comunidades Aquáticas).

ESPAÇO ADEQUADO

Quanto às novas instalações, além dos laboratórios de pesquisa, o novo prédio comporta também salas de aula teórica, salas de aula prática e laboratório de preparação das aulas práticas. De acordo com Romanowski, "a Zoologia acolhe, a cada semestre, turmas novas com 50 alunos. O nosso curso de pós-graduação em Biologia Animal está com um número maior de alunos, entre doutorandos e mestrands, que poderão contar com salas específicas para eles", comenta.

Duas amplas salas já estão destinadas para as coleções de material biológico que as pesquisas de campo e de laboratórios vêm gerando e acumulando. São exemplares de referências de peixes, mamíferos, aves, insetos, moluscos e vermes que poderão ser instalados de maneira adequada para um bom armazenamento e conservação, de forma que possam tanto estar disponíveis para pesquisa e estudo, como para consulta da comunidade.

A chefe do Departamento ressalta que é um material único de registro da fauna do Rio Grande do Sul, pois existem pouquíssimos museus e acervo, além de constituir-se em um registro de valor histórico. "Temos material que foi coletado desde o início do Instituto de Ciências Naturais, há mais de 50 anos, mas esse material estava disperso. Agora teremos uma sala somente para a coleção chamada líquida, onde o material biológico é conservado em álcool ou formol, e outra sala para o acervo seco", comenta.

Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Produtos Farmacêuticos (CDTF)

• PEDRO PETROVICK

Professor da Faculdade de Farmácia

A concepção deste Centro está alicerçada na capacidade consolidada na Faculdade de Farmácia da UFRGS e numa estrutura de base tecnológica, dedicando-se a projetos nas diversas áreas da tecnologia farmacêutica e englobando ações de desenvolvimento, otimização, agregação de valor tecnológico e adequação às características do setor produtivo. Dentro desta lógica, serão contemplados: produtos (medicamentos e produtos tecnológicos intermediários); metodologias de produção; metodologias de controle de qualidade e metodologias de gestão da produção. Dentro desta ótica, serão contemplados, inicialmente, os seguintes itens: formas farmacêuticas sólidas (produtos secos por aspersão, granulados, comprimidos, cápsulas, entre outros); formas farmacêuticas de liberação modificada, sejam através de sistemas monolíticos de doses múltiplas, matrizes hidrofílicas ou formas revestidas e medicamentos fitoterápicos.

O CDTF tem por finalidade disponibilizar uma estrutura de P&D capaz do incentivo a realização de novos empreendimentos, apoio a empresas já existentes no setor farmacêutico e atendimento de necessidades de planos e programas de saúde pública. Trata-se da consolidação de um habitat de inovação tecnológica, baseado numa estratégia operacional tecnicamente sustentável e igualmente balizada pelas diretrizes e prioridades estabelecidas na Política Nacional de Medicamentos.

As atividades previstas buscam a agregação de conhecimento às atividades deste importante setor através da transferência de tecnologia, propriamen-

te dita, e da participação na capacitação de recursos humanos potencializando o impacto da integração desejada entre universidade, empresas e atores governamentais.

O eixo principal de atuação consiste na prestação de serviços de apoio ao desenvolvimento tecnológico de produtos e processos tendo como público alvo o setor produtivo farmacêutico, considerando tanto as empresas existentes no mercado como novos empreendimentos apoiados através do processo de incubação. Para o alcance dos objetivos referentes ao processo de incubação, estabeleceu-se o modelo de *oficina de desenvolvimento* que consiste num processo de incubação externo. Esta alternativa considera as exigências da legislação sanitária para áreas físicas destinadas à produção de medicamentos, as quais pressupõem o aporte elevado de recursos financeiros. Tal pensamento baseia-se na assertiva de que a garantia da qualidade de um produto farmacêutico depende do atendimento de padrões já estabelecidos, relacionados ao fluxo de produção, isolamento físico de operações e equipamentos, controle ambiental, entre outros. Assim sendo, a incubação externa possibilita um elevado nível de otimização dos recursos materiais disponíveis.

A implantação do CDTF, seguindo este modelo, permitirá o atendimento de até cinco empreendimentos simultaneamente. Os empreendimentos apoiados passarão por uma fase de pré-incubação visando uma avaliação mais detalhada da viabilidade técnica e econômica. A principal tarefa do CDTF será fortalecer os empreendimentos apoiados, criando as condições necessárias, tanto no que diz respeito à transferência de tecnologia, como no acesso a uma capacitação gerencial que promova a busca de competitividade no mercado regional e nacional.

PERGUNTE AO PROFESSOR

Qualquer leitor (mesmo que não seja aluno da Universidade) pode encaminhar suas dúvidas ao jornal por carta ou por e-mail. A questão será encaminhada ao setor correspondente e a resposta sairá na edição seguinte. Comunique-se com esta seção em carta para: **Jornal da Universidade, Avenida Paulo Gama, 110, 8º andar, Porto Alegre, CEP 90046-900** ou pelo e-mail jornal@ufrgs.br. Não esqueça de informar nome, cidade e profissão.

Roer unhas fere, contamina e sugere estado de ansiedade

PERGUNTA 1 - Roer unha provoca apendicite? Ouvi dizer que isso acontece porque quem rói unha acaba ingerindo tudo que é tipo de impureza, que se acumulam no apêndice e quando eclodem causam a infecção. É verdade?

Maria de Lourdes Strázulas Pires, dona de casa, Porto Alegre (RS)

RESPOSTA - Quem responde é o professor Cleber Dario Pinto Kruehl, chefe do Serviço de Cirurgia Geral do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e professor adjunto da Faculdade de Medicina (Famed), em graduação e pós-graduação.

"Não, Roer unhas causa problemas para o leito ungueal, gerando ferimentos e infecções nos dedos, além de sugerir um estado de ansiedade de quem assim procede. A apendicite aguda é causada principalmente pela obstrução da base do apêndice, determinada pela presença de pequenos fragmentos de fezes endurecidas, chamados de fecalitos. A formação desses fecalitos é decorrente da nossa dieta, relativamente pobre em fibras vegetais. Há grupos étnicos, na África, onde não ocorre a apendicite aguda, e isto é atribuído à grande quantidade de fibras vegetais que essas pessoas ingerem."

Já há 14 espécies de mamíferos ameaçadas de extinção no RS

PERGUNTA 2 - Quais são as espécies de mamíferos que estão em extinção no Rio Grande do Sul? O lobo-guará é um animal típico do Rio Grande ou aparece também em outros lugares do Brasil?

Arnaldo Siqueira dos Santos, economista, Canoas (RS)

RESPOSTA: Quem responde é a professora Marta Fabian, professora do Instituto de Biociências, Departamento de Zoologia.



"Existem pelo menos 14 espécies de mamífero ameaçadas de extinção no Rio Grande do Sul. Entre estas incluem-se os felinos silvestres, a anta, as espécies de cervídeo, as duas espécies de tamanduá e outras. O lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) tem uma ampla área de distribuição geográfica que abrange o nordeste, o centro-oeste, o sudeste e o sul do Brasil, incluindo o Rio Grande do Sul."

CULTURA

NELSON COELHO DE CASTRO

“Foi um soco na cara ver que meu trabalho não valia mais”

●JUAREZ FONSECA
Jornalista

Nesta esclarecedora entrevista, pela primeira vez o compositor vai fundo em assuntos nos quais sempre evitou tocar

No final de 2001, Nelson Coelho de Castro lançou *Da Pessoa*, quinto disco individual de uma carreira que já vai para 25 anos. O álbum sublinha a obra do compositor, um dos grandes nomes da música gaúcha, tão significativo quanto, em alguns momentos, polêmico. Sublinha porque é sua afirmação plenamente madura como sambista – ou “sambeiro”, ou “sambador”, se quisermos brincar um pouco com o que define sua formação. Mas sempre foi difícil ser branco e sambista no Sul gaudério e roqueiro. No novo disco, Nelson encontra respostas para perguntas que talvez ele mesmo se fizesse. E acerta em cheio. *Da Pessoa* é um dos melhores discos brasileiros do ano. Para destacar este grande momento de Nelson, o Jornal da Universidade propôs a ele uma conversa via e-mail. Porque, como sua música, seu texto também é personalíssimo.

Como te situas e te sentes no atual panorama da música gaúcha? Por panorama entenda-se tudo, do regionalismo à última banda de rock.

Preciso dizer antes que, como se sabe, o regionalismo e a música pop possuem inércias e interdependências econômicas mais sólidas. A música regional, por atrelamento aos valores históricos e suas instituições mantenedoras (CTGs, MTG, IGTF, festivais etc), administra bem os créditos que advêm disso. A música pop vai no vácuo da formidável indústria nacional/internacional do entretenimento, que abarca tudo ou quase tudo. Sem falar que muitos colegas representantes destes segmentos possuem talentos dos mais considerados. Para me localizar no “panorama” a que a pergunta se refere, preciso dispor dessa geografia e, então, chegar ao escaninho MPG, Música Popular Gaúcha – que, durante algum tempo, já dividiu com **potência** esse mercado/cenário. Hoje, mais autorais do que nunca, os representantes de tal sigla orbitam vários relevos e superfícies da paisagem sulista e inclusive “visitam” algumas praias e desertos alhures sem nenhuma culpa ou recato. O que é muito bom e os legitima como artistas. No entanto, assim como lá na metade da década de 80 a dona MPB foi tachada de velha e chata, nós, os que bebiam naquelas fontes murmurantes, também fomos embarcados à grisalha nau e deu. Dum dia pro outro, legendados de dinossauros. Com singelos ainda nem 30 anos, estávamos não mais táteis e disponíveis para uma legenda que urgia para o novo, qualquer novo, ou então nada. Daí que ficou muito mais difícil também para uma inserção estética naquelas matrizes que perseguíamos, e ficamos economicamente inviáveis...

Inviáveis?

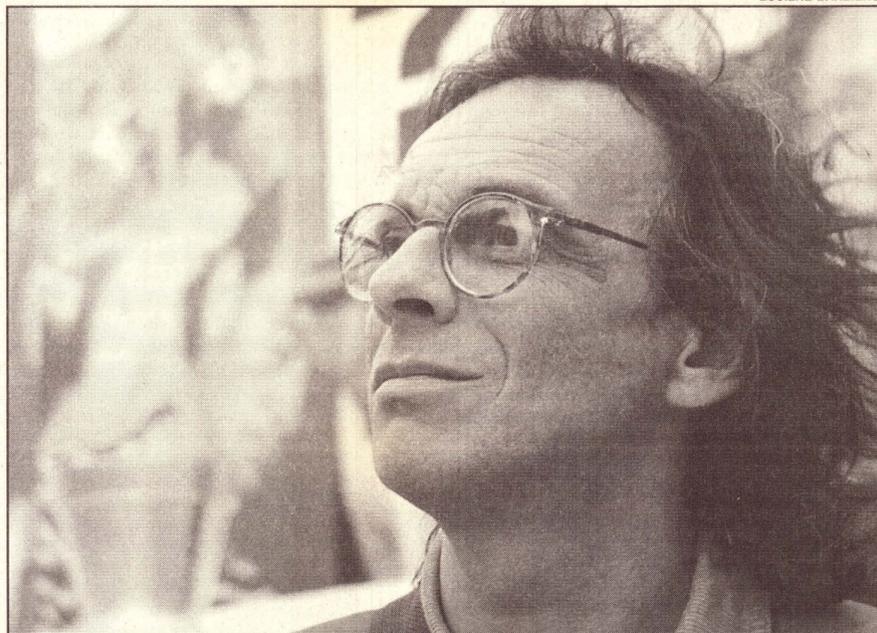
Se nem o regionalismo de pré-requisitos nos suportaria, muito menos a esfinge da cena moderna. E quem apostaria? Quem? Sem indústria e com nossas carreiras solidificadas por palafitas românticas, conspiradores, não remunerados, aqui e ali, os mpigistas foram convidados a sair do proscênio pela porta dos fundos numa casa para a qual tinham ajudado, pelo menos, a fazer uma peça ou meia-água: já havíamos produzido umas duas dúzias de LPs, trocentos shows, cooptado artistas, público, grana, movimentos, ideologia, mídia etc. No lombo da nossa própria onda pegamos jacaré. E este filme não passou só aqui. Passou em todo o Brasil. Até mesmo para artistas que estavam lindeiros à indústria no Rio e em São Paulo. Os emergentes da época (Lenine e Chico César, por exemplo) tiveram que esperar por longos meses de dez anos. Claro que isto aconteceu também com todo o pessoal da Era do Rádio, a Jovem Guarda, a Bossa Nova, o Tropicalismo (vide Tom Zé, redescoberto pelo gringo David Byrne). Só que para a nossa aldeia o furo foi mais embaixo, mais truculento, uma soberba burra que atropelou o próprio pé. Mas tudo bem. Hoje me situo com meu jeito de andar, subindo esta lomba aqui da Auxiliadora em direção à Plínio. Sem me desgredar do miolo da história ou da estética da música popular brasileira ou de qualquer estética, vou compondo a trilha desse meu tempo.

Os verbos de tua resposta estão quase todos no passado, e a pergunta foi feita no presente.

E que ela me demanda inventários de situações históricas. E os redemoinhos de idéias vão parindo outros e mais outros em cada memória mexida, e não consigo estancar a hemorragia falatória. Mas esse papo todo pode escorrer gratuitamente na “vitimização” – o que seria uma merda. De qualquer maneira, acho que o tema não merece um inventário ainda. Não queria, não quero, não gosto de falar justamente pela importância relativa daquilo tudo. Houve uma sacralização estúpida, pois logo esfaleu-se. Aqueles tempos idos (já?) e seus personagens estão todos por aí. Passamos por eles e dizemos: “Oba!”. A poeira está baixando, neguinho se reconhecendo, o foco sendo refeito, as fichas caindo. Então, meu nego, minha nega, vão jogá bola e não levantar a poeira de novo.

E no panorama da música brasileira, como te situas?

Exatamente como um compositor de música popular, e com uma espada sobre a nuca em referir



O compositor hoje: “Reconquistei um crédito, um visto de passagem para a outra margem do rio”



O início, 1977: Nelson (C) e seu grupo na Praia da Cal, em Torres, uma de suas bases

tal façanha e vocação. Como suportar a idéia de compor uma música quando a parte “b” da *Jardineira* é tão bela e que jamais farei algo igual. Pensando aqui pras nossas bandas: serei capaz de compor canções que terão a sorte e a qualidade de chegar a outro tempo, como *Cadeira Vazia*, *Esses Moços*, *Roda Carreta*, *Os Homens de Preto* e tantas e tantas? Que responsabilidade tem a minha geração. Ela precisa saber disso! Não de uma forma dura ou como demanda seca e burocrática. Mas compor, sim, como um compositor sim se deixa compor, por fruição, por volição, ou por ofício, ou por vadiagem, por vocação, sem esperar nada, nenhuma recompensa, nenhum reconhecimento ou dádiva em permuta, sim por seu jeito e caráter, por beleza, e onde a beleza da arte repose. Esta é a minha maior angústia. Salve o compositor popular!

Falaste em MPG, sigla cunhada no início dos 80 para teoricamente designar um apêndice da MPB, mas que na verdade era como se fosse uma contraoposição.

Ingenuidade. Essa sigla às vezes é ou foi simpática e às vezes é burra, asfixiante, escravizante. Lupi jamais assinaria uma coisa dessas. Acontece que na sigla se salvavam todas as letras, fonemas e melodias e assim toda a semiótica da nossa geografia e toda apropriação do movimento que não suportou atravessar a ponte pênsil e bamba do rio Mampituba. E olha que a sigla não era só usada pelos “classificadores” de plantão. Os próprios músicos se separavam em nomes de grupos e discos: Grupo Sotaque, banda CEP 90.000, Som do Sul, Canção do Sul, A Nova Canção Gaúcha. Que coisa... Trincheiras e sítios sendo defendidos, “belificados”, ou anunciados como a boa nova. Mas, na boa, acho que também era e é uma maneira de vender, de ganhar algum com esta coisa “nossa” para “ainda aqui” faturar prestígio e grana e daí puxar pelas “raízes” do vivente e do patrocinador, emocionar o cara. Ihe tirar um centavo pelo pedagógico telúrico e estamos conversados, senhora cultura popular gaúcha.

Mas o que achas dessa mania rio-grandense de separar música gaúcha e música brasileira?

Nenhuma resposta nos salvará desta coisa. Anos atrás, vi num programa de TV um grupo de cariocas da gema, ali de Copacabana, aposentados, bronzeados, grisalhos, bonitos, ainda tesos, numa soberba ignorante mas saudável e riam, diziam boba-

gens em jactância e riam, tomavam chopes, e iam dizendo que eles eram os verdadeiros brasileiros e sambistas e futebolistas, e que o Brasil existia só a partir daquela praia e tal. Agora ouço o Caetano bulir com isso de que “a verdadeira Bahia é o Rio Grande do Sul”. Que nós nos identificamos quando alhures como gaúchos e que isto significaria, de cara, fincar posição e tal. Sempre achei que eu, gaúcho, fazia isso por educação: moro em tal lugar ou venho de tal lugar. Desta forma estaria orientando o interlocutor, garantindo uma base para o trânsito de informações. Assim, penso que é uma questão de acreditar ou não nos cariocas aposentados, no Caetano ou num grupo de gaúchos pilchados falando da revolução...

Entre 1985 e 1996 – onze anos! – não lançaste nenhum disco. De 85 para trás, eras um dos compositores mais populares, lotando teatros e tal. Depois, esse público migrou para outras bandas (vai um duplo sentido aí) e teus shows em

Porto Alegre minguaram. Valendo como autopsicanálise: por que tanto tempo sem gravar? Por que aquele teu público se dissolheu? Por que os shows minguaram?

Em parte me antecipei e falei sobre isso lá em cima. Mas também fatos pessoais relevantes e de impacto contribuíram para um afastamento da cena e do desejo de gravar, que foi minguando. Gravar para quem? Foi uma porrada na cara me dar conta de que meu trabalho não servia mais. Pior: não valia mais. Era, muito em Porto Alegre, a sensação de marginalidade pelo que eu representava em alguns nichos. Os modernos do Porto de Elis não me tragavam, por exemplo. O que tinham feito de tão grave assim minha música e minha voz? A auto-estima, por afinidade, foi beber todo o Bar do Beto. E me recuperar disso não foi mole. Mas a história oficial não é escrita só por Porto Alegre. Uma coisa que passa batida quando se fala nisso é que no resto do Estado ninguém sabia desta cena que de certa forma marginalizou a mim e a outros em Porto Alegre, mas que não chegava a Viamão...

O Interior te “salvou”.

Direto. Durante quase dez anos sobrevivi de música cantando em cidades grandes, cidades pequenas e cafundós. Sei de todas as rodoviárias e seus pastéis. E não era só eu. Era um monte de artistas se virando. De todas as praias. Sustentando suas

famílias. Era um duro danado como qualquer trabalhador. No meu caso, eram shows repletos, platéia cantando junto as letras das músicas, comprando discos. Eram platéias que respeitavam a diversidade estética. Sem ranço, com democracia. E não há referências a isto na imprensa e nos círculos de Porto Alegre. Os carinhos modernos não queriam enxergar e muito menos saber. Não valia. Escolhi a sobrevivência ao lado de quem queria me ouvir. Tenho uma música, *Umbigos Modernos*, que vomita toda essa ronha e purga essa coisa que sempre achei burra e prepotente. Bom. Foi isso. Também não tinha alternativa: eu não saberia e não soube mexer no meu trabalho para “agradar” à tendência moderna. Continuei fazendo meus sambas e canções. Mas para não encher mais o saco de ninguém e dar por encerrado o assunto, resumo: o “mercado” queria um produto que eu não sabia fazer e pronto. Fechei a venda na Capital e fui fazer escambo nas paisagens que me aceitavam.

E aí vem o CD *Verniz da Madrugada*, em 1996, com destaque na imprensa e três prêmios Açorianos (compositor, disco de MPB e disco do ano). No ano seguinte, novos Açorianos de show e disco para *Juntos*, que fizeste ao lado de Bebeto Alves, Gelson Oliveira e Totonho Villeroy, não por acaso todos “antigos mpigistas”. E em 2000 sai a coletânea dos teus primeiros LPs, com muita gente dizendo “pô, ele era bom e eu não sabia”. As velhas nuvens começaram a se dissipar, certo? Prova disso é tua confiança em lançar um disco como *Da Pessoa*, em que reafirmas a música que sempre fizeste. E as atenções, agora sem preconceitos, se voltam de novo para a tua música. Sentes assim?

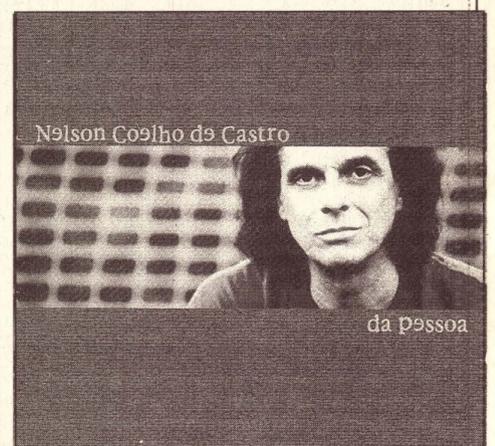
Exatamente. Dá para notar uma boa vontade. Isto é bom. A boa nova é a atenção sobre a música que estou fazendo e já fazia. Sinto que reconquistei um crédito, um visto de passagem para outra margem do rio. As pessoas, naturalmente, estão distraídas com suas lidas de sobrevivência e estética. Então, quando posso fazer parte desta lida e estética, num milímetro que for, bahl!, com uma canção popular, um samba, um choro, meus, feitos aqui em casa, na minha rua... Isto me significa.

O samba. Fala um pouco do samba e de como um gaúcho branco, de classe média, formação universitária, entra nessa área tão pouco frequentada por aqui fora de alguns “guetos”, e ainda mais em tua geração. Por que elegeste o samba?

É por causa da minha casa. Minha mãe cantando as marchinhas de Carnaval que escutava na rádio Nacional e no cinema, nas décadas de 40 e 50. Minha mãe, meu tios e primos cantando. Não rola nenhuma fobia com a fuzarca. Meu tio sabia todos os sambas do Noel. Meu pai, os do Lupi. E tem o fato de eu ter furado todos discos do Paulinho, do Chico, do João, do Caetano. Eu achava que ser compositor de música popular era isso. E acho. Que podia fazer tudo, de tudo, samba, frevo, baião, choro, bossa e rock. Os festivais universitários e os festivais da TV Record foram ricos em estilos e tendências. Os compositores transavam estas áreas na boa, sem medo. Isto se dá entre 65 e 67, 68... e eu tenho 11,12,13 anos. Escutava tudo isso o dia inteiro. E fazia parte do coro de meninos do Colégio São João, cantando tango, bolero, valsa, música clássica, música sacra, e jovem guarda, e Caymmi, e Ary Barroso, e Barbosa Lessa.

O novo disco é o mais, digamos, classicamente MPBista dos teus cinco. Também pensas isso dele? Foi uma coisa deliberada?

Incrível, mas este disco por pouco não se chama *Portoalegrense*. Mas só porque eu sou portoalegrense. Nada de fincar bandeira ou coisa parecida. Nada mais. O estrito do nome. O cara que nasce aqui é portoalegrense e tem um jeito de caminhar e falar, né? O carinho da Azenha é diferente do carinho do Cristal que, por seu turno, nada tem a ver com neguinho da Serraria ou do Centro. Então. Bateu um medo de ser mal interpretado e abandonei a idéia – que tinha essa coisa de referir vários tipos daqui. Mas acho, sim, que o disco ficou tribrasilero, e fiquei feliz por ter conseguido um resultado assim pela primeira vez. Vamos aos créditos dessa levada portoalegrense e brasileira: ela passa pelas percussões do Fernando do Ó e do Giovanni Berti, pelo balanço da guitarra e dos violões do Edilson Ávila, pela manha do baixo de Mário Carvalho e pela sutileza jobiniana do piano de Michel Dorfman.



da pessoa

O novo disco foi financiando pelo Fumproarte

Os destaques de 2001

Dez especialistas ouvidos pela repórter Laís Chaffe, do JU, apontam os fatos, personagens e eventos culturais que marcaram o primeiro ano do milênio no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo

ARTES VISUAIS

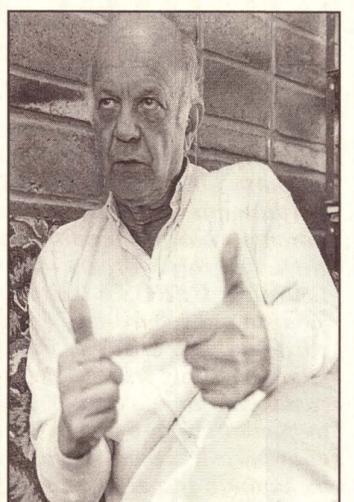
A exposição *A Noite, Minha Cúmplice*, do fotógrafo cego Evgen Bavcar, foi um dos grandes acontecimentos das artes visuais em 2001. A análise é compartilhada pelo artista plástico Eduardo Vieira da Cunha e pelo jornalista Eduardo Veras, crítico de arte de Zero Hora. O esloveno Bavar escolheu Porto Alegre para apresentar uma obra inédita, vista na Galeria Iberê Camargo do Margs em agosto e setembro deste ano. "Seu trabalho demonstra que a fotografia pode representar uma atividade puramente cerebral, uma forma de reflexão sobre as imagens e o mundo que nos rodeia", afirma Vieira da Cunha. "É uma exposição instigante e perturbadora por seu próprio conceito: alguém que não vê e tem um domínio completo da imagem. Parece que ele nos pergunta o que estamos fazendo com algo tão valioso como a visão", argumenta Veras.

Professor do Instituto de Artes da UFRGS, Vieira da Cunha diz que 2001 foi um ano importante para a fotografia no Estado. Ele cita as exposições da Galeria Obra Aberta, onde foram vistos trabalhos de Vilma Sonaglio e Clóvis Dariano, bem como a exposição de aniversário do Nervo Óptico – movimento de arte de vanguarda que lidou muito com a imagem fotográfica nos anos 70 e 80. Assim como Veras, Vieira da Cunha destaca a abertura da Fotogaleria, primeiro espaço comercial voltado exclusivamente para esse fim. O jornalista cita ainda a inauguração da Galeria Lunara, na Usina do Gasômetro. Também merecem elogios a 3ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul e o trabalho do artista homenageado, Rafael França. Para o artista plástico, é um videomaker que fala sobre a "fotograficidade". Veras considera a última Bienal a mais polêmica de todas, devido a problemas de concepção na Cidade dos Contêineres e de montagem no Memorial e no Santander, mas viu trabalhos de qualidade em todos os espaços.

Outro grande acontecimento foi a exposição de Amílcar de Castro no Centro Cultural Aplub. Aos 81 anos, o artista de Belo Horizonte é considerado o maior escultor vivo do Brasil. "Muito bem montada, com iluminação cuidadosa, a exposição incluiu os melhores e mais recentes trabalhos do Amílcar", constata Veras. O jornalista elogia ainda a obra de Regina Silveira, vista no Torreão em junho e julho.



A Caminho de Kandahar (E) e Netto Perde Sua Alma (acima)



Donald Schüller



O fenômeno Harry Potter



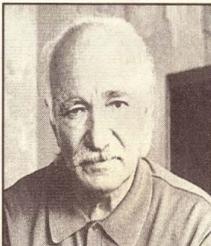
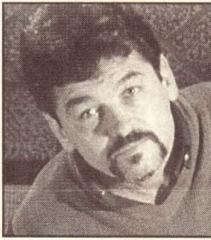
Cena da peça *Tragikós*, Pina Baush e Regina Braga



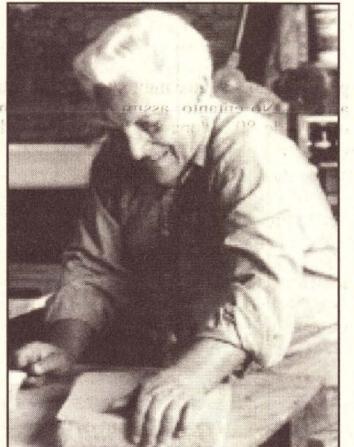
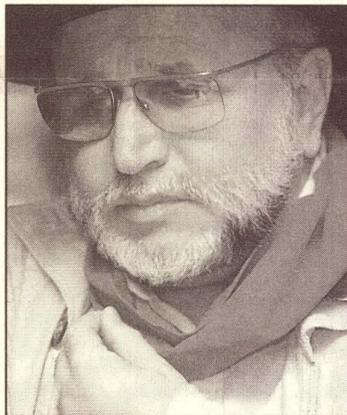
III Bienal, Evgen Bavcar (abaixo) e Amílcar de Castro



cartografia musical brasileira



Cartografia Musical Brasileira, Claudio Levitan e Armando Albuquerque



MÚSICA

O músico Celso Loureiro Chaves e o editor do *Jornal da UFRGS* e crítico de música Juarez Fonseca consideram o centenário de nascimento do compositor gaúcho Armando Albuquerque como um dos marcos de 2001. Diretor do Instituto de Artes da UFRGS, Celso homenageou o compositor gravando o CD *Uma Idéia de Café – A música para piano de Armando Albuquerque*. "Não fosse esse disco, a data teria passado sem um reconhecimento à altura", diz Juarez, que destaca Albuquerque como um dos maiores nomes da música erudita brasileira de todos os tempos.

Minha Longa Milonga, de Cláudio Levitan, é o espetáculo local do ano para Celso, devido à "fusão de gêneros que tem a marca do início do novo século". Uma tendência que já vinha sendo notada nos últimos anos, acrescenta o compositor. "É algo transcultural, que tanto fala do Leste Europeu quanto do Rio Grande do Sul." Na música popular, Juarez destaca o álbum *Um Século de Música no RS*, do músico e jornalista Arthur de Faria. "É um trabalho monumental, materializado em um livro e cinco CDs. O editor do JU aplaude também a entrada em cena do Santander Cultural, inaugurado em setembro com a proposta musical inusitada, buscando uma programação com base no diálogo entre gêneros, estilos e formações diversas.

Nacionalmente, o acontecimento mais importante para o crítico foram os dez CDs *Cartografia Musical Brasileira*, patrocinados pelo Itaú Cultural. "A coleção dá uma maravilhosa idéia da realidade musical do país, do folclore ao pop. E mostra, com profusão de detalhes, que a péssima música veiculada hoje pelas grandes gravadoras e a grande mídia não conseguiu breçar a riqueza, a criatividade e a originalidade do trabalho que se faz no país praticamente por 'debaixo do pano'." Outro destaque foi o reconhecimento nacional do violonista gaúcho Yamandu Costa, que venceu o Prêmio Visa de Música Instrumental.

Celso prefere não emitir opinião sobre o cenário nacional. No âmbito internacional, salienta as polêmicas declarações do compositor alemão Karlheinz Stockhausen, da vanguarda dos anos 50, que comparou os atentados de 11 de setembro ao World Trade Center a uma "grande obra de arte", causando com isso um escândalo de vastas proporções. Juarez também não constatou nada de rigorosamente novo em termos internacionais. "O melhor disco é de um senhor que vem dos anos 60, *Love and Theft*, de Bob Dylan", avalia. "Mas o fato do ano foi a morte de George Harrison: caiu a segunda torre dos Beatles."

LITERATURA

Em novembro de 2001, Donald Schüller lançou o terceiro volume da sua tradução de *Finnegans Wake*, de James Joyce. Um desafio intelectual imenso, jamais encarado anteriormente por nenhum tradutor para o português. É por isso que o escritor e professor de Literatura do Instituto de Letras da UFRGS Luís Augusto Fischer considera o lançamento o fato literário mais significativo desta entrada de século no Brasil. "É local e completamente cosmopolita", diz Fischer, que só tem conhecimento de uma tradução integral dessa obra de Joyce, feita para o francês. Ele ressaltava as dificuldades do trabalho e o resultado instigante. "É bacana que isso esteja acontecendo em Porto Alegre, sendo Donald professor de nossa universidade."

Também para Fischer, a morte de Jorge Amado foi a grande perda nacional. "Ele representa a cara da literatura brasileira no exterior. Era um dos últimos da maior geração de narradores que o Brasil já teve", diz, referindo-se a um grupo que inclui Erico Verissimo, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa e Raquel de Queiroz – a única ainda viva. O fenômeno de leitura produzido por *Harry Potter*, da inglesa J. K. Rowling, é o destaque mundial. Como único paralelo, Fischer lembra a popularização das revistas em quadrinhos. "As novas gerações, destes tempos de internet e videogame, estão se sentindo estimuladas a devorar livros atuais de 400 páginas e, ao mesmo tempo, a recuperar o passado." Nos três casos, Fischer nota um grande imbricamento do local com o mundial.

O editor e professor de Literatura Brasileira da UFRGS Sergius Gonzaga não demonstra entusiasmo com suas leituras de 2001, lamentando o que considera uma crise sem precedentes na literatura nacional. Como exceção, cita *Dentes Guardados*, do gaúcho Daniel Galera, de 21 anos. "Há muito tempo não se via uma promessa literária tão forte." Sergius nota a influência de Rubem Fonseca nos contos de Galeira, mas sem prejuízos à originalidade. E nesse quadro pouco animador, considera um livro de não-ficção como o melhor do ano: *JK – O Profeta do Impossível*, do jornalista Cláudio Bujunga. "Não é só reconstrução de época, mas uma análise detalhada do processo econômico e cultural."

ARTES CÊNICAS

Tragikós, adaptação das tragédias gregas *Agamemnon*, *Ifigênia e Ifigênia em Aulis*, foi o melhor espetáculo do ano no Rio Grande do Sul, concordam as diretoras e atrizes Irene Brietzke e Mirna Spritzer. Marco Fronchetti adaptou o texto e dirigiu a peça. "Ele propõe uma releitura da tragédia para o século 21 com grande originalidade e recuperando o que tem a ver conosco", diz Mirna. Os figurinos de Rosângela Cortinhas estão entre os melhores já feitos em Porto Alegre nos últimos anos, garante Irene. "É um espetáculo com uma solenidade dramática muito forte."

Na análise de Mirna, professora do Departamento de Arte Dramática da UFRGS, a própria Irene é um dos pontos altos da temporada, por sua direção do espetáculo *Trem Bala*, adaptado do livro de Marta Medeiros. "Pela primeira vez depois de muito tempo, em 2001 três importantes diretores estiveram simultaneamente em cartaz", salienta, referindo-se também a Luiz Paulo Vasconcelos (*Caça de Ferida*) e Maria Helena Lopes (*Solos em Cena*).

No plano nacional, as opiniões das duas colegas voltam a coincidir, não poupando elogios à interpretação de Regina Braga em *Um Porto para Elizabeth Bishop*, texto de Martha Góes dirigido por José Possi Neto. Mirna, que considera o desempenho de Regina sutil e delicado, aplaude a maturidade do trabalho do diretor: "Ele está no auge de sua carreira, reunindo sensibilidade, clareza, inteligência, beleza". *Um Trem Chamado Desejo*, do Grupo Galpão, de Minas Gerais, é outro trabalho destacado por Mirna. Irene elege *Casa de Bonecas*, de Henrik Ibsen, dirigido por Aderbal Freire Filho, como sua encenação nacional preferida. "Um texto clássico com roupagem contemporânea e interpretação surpreendente de Ana Paula Arósio."

Sem Título, espetáculo de dança-teatro da alemã Pina Baush, uma das cinco maiores encenadoras do mundo, é a escolha internacional de Irene. Depois de pesquisar na Bahia, Pina montou o espetáculo na Alemanha, estreando em São Paulo no segundo semestre. Irene gostou da inventividade, inquietação e grandiloquência de *Sem Título*. Mirna fica com os espetáculos de dança trazidos pela produtora Antares: o espanhol Antonio Canales e os grupos *Nederlands Dans Theater I* (Holanda), *Pilobolus* (EUA), *Cullberg Ballet* (Suécia) e *Batsheva Dance Company* (Israel).

CINEMA

Netto Perde sua Alma, de Beto Souza e Tabajara Ruas, não é apenas o grande momento do cinema gaúcho em 2001, afirma o crítico Hélio Nascimento. "Para mim, foi o melhor filme brasileiro do ano." Hélio surpreendeu-se com a qualidade do longa, por se tratar de um trabalho de estreantes. "É bem feito e, principalmente, bem pensado." O cineasta e professor da UFRGS Giba Assis Brasil lamenta que a bilheteria tenha sido inferior à esperada, mas também ressaltava a importância de *Netto...*: "É mais um filme gaúcho de qualidade, ganhando prêmios em vários festivais." Só em Gramado, foram quatro Kikitos (júri popular, montagem, trilha musical e prêmio especial do júri) para a adaptação do livro de Tabajara Ruas, que acompanha a história do general Antônio de Souza Netto.

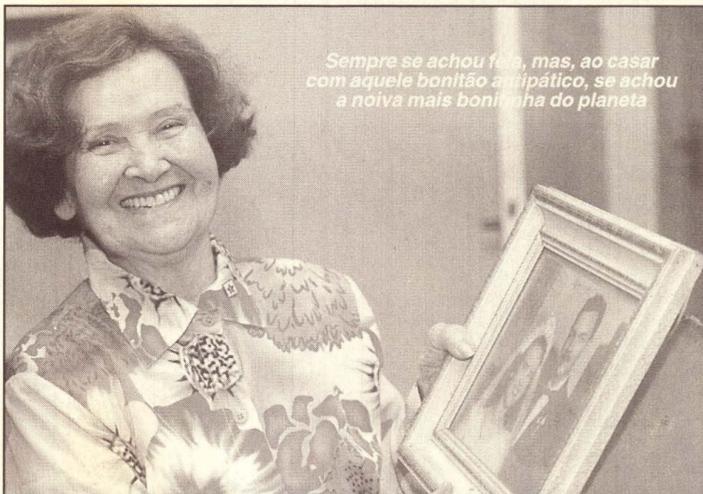
Entre as estreias internacionais, Hélio destaca o cinema asiático, principalmente *As Coisas Simples da Vida* (Formosa/Japão), do chinês Edward Yang. A história se passa em Taipei, onde um empresário em crise encontra sua paixão da adolescência. "É um William Wyler passado a limpo e modernizado." *A Caminho de Kandahar*, do iraniano Mohsen Makhmalbaf, é outro filme elogiado pelo crítico e funcionário da Rádio da Universidade. Nesse longa sobre o Afeganistão, ele constata a mistura de ficção e realidade, ressaltando a tendência de "voltar a coisas sólidas que enfrentaram o tempo e resistiram". É neo-realismo italiano influenciando os cineastas do Irã, que ainda vêm fazendo referências a clássicos norte-americanos. A lista dos melhores do crítico inclui o argentino *Nove Rainhas*, de Fabián Bielinsky, e o mexicano *Amores Brutos*, de Alejandro González-Iñárritu.

Para os cineastas gaúchos, 2001 foi um ano positivo. Saiu o 2º Concurso RGE/Governo do Estado, viabilizando três longas-metragens (*O Homem que Copiava*, de Jorge Furtado; *Extremo Sul*, de Monica Schmidt e Roberto Gervitz; e *Um Quarto de Léguas em Quadro*, de Paulo Nascimento). Outra grande notícia foi o estabelecimento de parcerias com a televisão. "Elas abrem perspectivas inéditas para o cinema brasileiro", diz Giba, citando *Contos de Inverno* e *Histórias Curtas*, iniciativas da RBS, e *Brava Gente*, da Rede Globo. Sócio da Casa de Cinema, ele comemora a realização de dois longas pela empresa – além de *O Homem que Copiava*, que deve ser lançado em meados de 2002, *Houve uma Vez Dois Verões*, também de Jorge Furtado, já está com o trailer pronto. Para a TV, a Casa de Cinema realizou sete episódios, quatro com a RBS e três com a Globo.

Julinha Zoraide Feijó Pereira, a Zô

●ADEMAR VARGAS DE FREITAS
Jornalista

Na lista de chamada da escola ela descobriu que, antes de Zoraide, era Julinha. Demorou pra se acostumar (a placa na porta ainda diz J. Zoraide). Ao longo da vida, foi mais Zoraide que Julinha, atualmente é mais Julinha que Zoraide. Mas, no fundo, continua sendo a Zô de sempre, cheia de graça, força e alegria. Formou-se em Direito e em Letras na UFRGS e lecionou francês durante 25 anos. Sala de aula, para ela, é sinônimo de felicidade, remédio para qualquer tristeza. Tanto que costuma dizer que o momento mais feliz de sua vida não foi o de seu casamento nem o do nascimento dos três filhos, foi o momento em que entrou pela primeira vez numa sala de aula para lecionar. Até agora, aos 76 anos, continua lecionando (esperanto), dirigindo seu carro, estudando a doutrina espírita, guardando a memória da família e, eventualmente, advogando. Mas sempre rindo e contente.



Sempre se achou feia, mas, ao casar com aquele bonitão antipático, se achou a noiva mais bonita do planeta

FOTOS RICARDO DE ANDRADE

Elas nasceu na manhã gelada de 5 de agosto de 1925, em São Francisco de Paula, nos campos de cima da serra. Ao ouvir seu primeiro grito, o avô arriscou: "Pelo berro, vê-se que é um rapaz". Anos depois, ao saber desse episódio, Zô comentou com a mãe: "Cheguei dando risada, e o vovô pensou que eu estava chorando". Se o avô se enganou sobre sexo do bebê, os pais acertaram no diminutivo do nome. Ela mesma reconhece, e brinca: "Escolheram Julinha porque já sabiam que eu ia sair abutimada, nunca alanceei um metro e meio."

A mãe, Ondina, teve cinco filhos. Primeiro foi Sônia, que vai fazer 80 anos, depois Irani, que faleceu aos seis meses, em seguida Jandira, aí veio Zô, mais tarde Pery, que morreu num acidente de automóvel, aos 50 anos. "Meu pai se revoltou, mas minha mãe aceitou: era a hora dele." O pai, Pery José, foi pedreiro, açougueiro, hoteleiro, vendedor, fabricante de inseticida, viajante e aventureiro. Levou a família a uma vida meio cigana, peregrinando pelo Rio Grande: São Francisco de Paula, Capela do Lajeado, Morro da Canastra (Taquara), Capela do Lajeado de novo (o pai na Revolução de 1932), Encantado, Caxias do Sul, Santa Maria, Caxias de novo e, finalmente, Porto Alegre.

Na escola de Capela do Lajeado, onde o padrinho, Júlio, era diretor, Zô frequentava as aulas junto com as irmãs mais velhas, mesmo sem ter idade. "Eu tinha uns cinco anos, não estava matriculada, só ia lá pra fingir que estava na escola, mas me apaixonei pelas poesias e pelas lições que as minhas irmãs liam e aprendi o primeiro e segundo livro de cor."

Tirou o ginásio no Colégio São José, em Caxias do Sul. E, como naquela época não tinha curso secundário, veio para Porto Alegre, com a família, estudar no Colégio Estadual Júlio de Castilhos.

ADVOGADA OU PROFESSORA?

Quando menina, era chamada de advogada ("Sempre fui tagarela"), por isso achou que devia fazer Direito. Mas também gostava muito de ensinar ("Quando chegava empregada nova em casa eu logo tentava alfabetizar"). Na hora de se inscrever para o vestibular, ainda estava em dúvida. Então decidiu: "Ser advogada é mais bonito". E fez vestibular para Direito.

Mas no final do primeiro ano já estava convencida de que deveria ter feito Letras. O reitor a aconselhou a fazer uma cadeira isolada: se fizesse dois cursos ao mesmo tempo estaria tirando o lugar de outro estudante. Para fazer a cadeira de francês, dentro do curso de Línguas Neolatinas, teve que enfrentar o vestibular outra vez, logo após um baile de Carnaval. Nas reuniões da União Estadual de Estudantes, sempre defendeu a possibilidade de lecionar tendo um curso não específico e uma cadeira específica, como era o seu caso.

Naquela época, Nilton era engenheiro da Prefeitura e conseguiu que ela fosse recebida pelo secretário municipal de Educação, o professor Revoredo Ribeiro, a quem ela disse dramaticamente que estava "cansada de pedir para lecionar". Um mês depois, estava contratada como professora. Só que estadual. Lecionou seis meses em Canoas, no Colégio Marechal Rondon, até conseguir transferên-

cia para o Infante Dom Henrique, que ficava perto de sua casa, no Menino Deus.

Mas para ser efetivada precisava completar o curso de Letras, o que só aconteceu 12 anos depois, quando, no caso dela, já não era mais necessário. Nesse meio tempo, foi aprovada uma lei que permitia a efetivação para quem já lecionasse há dez anos ou mais. Era professora, mas nunca deixou de atuar como advogada. "Sempre advoguei, mas raramente cobrava. Até hoje assessoro um sobrinho-neto."

Mesmo assim, considera que foi uma péssima advogada. Em compensação, adorava lecionar francês, o que fez durante 25 anos. Também lecionou português, por dois anos, quando foi morar em São Paulo, enquanto Nilton trabalhava na Barragem de Itaipu. Na volta, deu curso de Direito aplicado à Engenharia, na PUC, onde o marido lecionava. Além disso, escreveu um capítulo sobre Direito Ambiental no livro de Nilton Terra, *Planeta Poluído* (Sagra/Luzatto, 1970).

Há dez anos voltou a lecionar, trocando o francês pelo esperanto. O entusiasmo pela língua internacional foi tanto que a levou a escrever e editar artesanalmente o livro *Fragments Básicos de Esperanto*. Já participou de três congressos internacionais ("É incrível poder conversar tranquilamente com pessoas dos cinco continentes"). O primeiro foi em 1989, em Paris, e de inha-pa ela passou um mês em Liège, na Bélgica. O segundo, em 1996, em Praga, quando aproveitou para conhecer Roma. E o terceiro, em 1998, na cidade francesa de Montpellier, e que lhe rendeu mais 15 dias em Genebra, na Suíça, onde Nilton Filho fazia um curso de teatro.

Levou o lápis, mesmo sabendo que estava errada

Uma vez, na escola em que o padrinho era diretor, ela viu, na mão de uma menina, um lápis lindo, colorido, rajado como esses pirulitos que tem agora. E pensou: "Vou levar este lápis pra mim". A garota se distraiu, deixou cair o lápis, e Zô acabou levando o lápis pra casa, mesmo sabendo que estava errada. No dia seguinte, quando a mãe saiu a passear com as crianças — como fazia em dias bonitos após a chuva — Zô, com segundas intenções, levou o lápis escondido na roupa. Enquanto caminhavam, adiantou-se um pouco, atirou o lápis num trecho de barro e voltou para o lado da mãe. Quando o grupo passou pelo barral, ela exclamou: "Mas, um lápis! Que lindo, mãe, olha!" Pegou o lápis, limpou e mostrou para a mãe. E a mãe, muito séria, perguntou: "Onde achaste este lápis?" Zô respondeu: "A senhora viu, mãe, foi ali". E a mãe: "Zoraide! Onde é que tu achaste este lápis?" Quando a mãe dizia Zoraide, era porque a coisa estava preta. Ainda tentou disfarçar: "Ué, mãe, a senhora viu, foi ali." Mas, diante do olhar severo da mãe, desandou a chorar e contou a história toda. "Bom — disse a mãe — amanhã você vai ao colégio e, na frente de todo o mundo, vai dizer: Ó, padrinho, eu roubei este lápis de uma menina, e a minha mãe me fez devolver." Naquele tempo, antes de entrar em aula havia formatura para cantar o Hino Nacional. Zô passou a noite inteira acordada. De manhã, estava com o rosto inchado de tanto chorar. Na hora do café, a mãe perguntou: "Como é, estás com o lápis aí?" Então, ela implorou que a mãe não a obrigasse a passar vergonha. A mãe ficou com pena. "Vais entregar o lápis, sim, mas como é a primeira vez, vou lhe desculpar. Chegue lá e diga para a menina: Olha, você perdeu seu lápis, eu levei pra casa e agora estou devolvendo". Zô suspirou aliviada. Tinha aprendido a lição. Quando seus filhos começaram a frequentar a escola, a primeira coisa que dizia para eles era: "No colégio não se acha nada! Se achar, entrega para a professora. Se a professora não estiver, entrega para a diretora."

A mãe, transtornada, metia o pé no fogão de ferro e virava

A família de Zô era católica. Mas, antes dela nascer, a mãe esteve numa fazenda no interior de São Francisco de Paula e foi convidada a participar da experiência do copo. Sobre uma mesa lisa, espalharam em círculo as letras do alfabeto escritas em pedacinhos de papel. No meio desse círculo colocaram um copo emborcado. Alguém fez uma pergunta, e Ondina devia encostar levemente o dedo indicador da mão direita sobre o fundo do copo, que passaria a deslizar de letra em letra formando palavras em resposta à pergunta. No início ela não queria participar, mas tanto insistiram que acabou aceitando. Quando o marido chegou, bem depois, para buscá-la, foi avisado: "Olha, a Ondina está brincando com o copo, e ele está respondendo tudo que a gente pergunta". Pery não acreditou: "Ah, isso é bobagem dela!" Ondina ouviu e ficou muito ofendida. Então, ele pôs o dedo no copo, que nem se mexeu. Mas quando ela voltou a tocar o copo, a coisa recomeçou. Pery disse: "A Ondina está inventando coisas com esse copo". E, de novo, pôs a mão, e não funcionou. Então, Ondina colocou a mão em cima da mão dele, e o copo voltou a se deslocar. Mesmo assim, ele não acreditou. Ondina ficou tão aborrecida que daquele dia em diante passou a escrever, escrever, escrever feito louca. Ficou meio transtornada e, por oito anos, sofreu de ataques horríveis: com uma mão só, virava mesas enormes e pesadas; metia o pé num fogão de ferro e virava; nem cinco homens seguravam ela. Primeiro veio o padre para exorcizar, depois médicos, e nada. Chegou a ser levada para consultar um especialista em Caxias do Sul, mas também não adiantou. Quando finalmente se curou desses ataques (com dois passes de um tal de José de Azevedo, aqui em Porto Alegre), Zô já estava com cinco anos de idade. Daí em diante, a mãe começou a estudar as obras de Allan Kardec, e o espiritismo foi aceito por toda a família, menos pelo pai. Só no fim da vida, ele aceitou o espiritismo. Quando ficou moça, Julinha Zoraide passou a estudar a ciência espírita. Estuda até hoje.

COM GETÚLIO, NO CATETE

"Durante a viagem ao Rio, fomos ao Palácio do Catete, conhecer o presidente Getúlio Vargas, justamente no ano em que foi derrubado. Me lembro que o professor que nos acompanhava estava muito nervoso, foi fazer uma saudação e se atrapalhou todo. Mas, como minha mãe me ensinou que eu não era melhor que ninguém (nem pior), me aproximei e comecei a conversar com o presidente. Ele perguntou sobre minha família, e eu disse que era da família Feijó e que na Revolução de 1932 meu pai tinha lutado nas forças de Flores da Cunha, que se opunha a ele. Ele riu e disse que sabia. Eu já tinha visto o Getúlio antes, quando ele esteve em Porto Alegre e andou em carro aberto pela Rua da Praia, acenando para as pessoas. Quando o carro passou por mim, e ele fez um cumprimento com a cabeça e sorriu, parecia que eu tinha recebido um presente. Fiquei encantada, nunca vi uma pessoa com tanto carisma, com uma força tão extraordinária."

SEM OLHAR PROS LADOS

"Quando estudava no Colégio Júlio de Castilhos, eu morava na Rua Avai. Depois, meu pai comprou uma casa na Rua Baronesa do Gravatá, perto da Rua da República. Me lembro que a gente era proibida de passar pelo Areal da Baronesa, porque diziam que era zona de metrificação. Só podia ir no sentido do centro da cidade. Naquela época, o Julinho ficava num prédio lindo, que mais tarde incendiou, e no lugar construíram o prédio da Faculdade de Economia. Eu ia a pé para o colégio e me lembro que, para atravessar a Avenida João Pessoa, não precisava nem olhar para os lados, porque raramente passava um carro ou uma carroça."

ASSANHADA, ASSANHADA

"Quando menina, eu adorava andar de braço. Naquele tempo, costumava passear com a Jandira, minha irmã, que era linda e tinha olhos grandes, mas andava sempre carrancuda, era muito braba. E eu, sempre muito alegre, rindo, conversando, abanando. Quando passávamos pelos gurus do ginásio, ela me cutucava: 'Assanhada, assanhada!' Mas eles nunca disseram uma gracinha, sempre me respeitaram. E para ela, diziam: 'Cascavel, cascavel! Olho de quatrocentão!' Mexiam com ela porque queriam namorá-la. E a mim, queriam como amiga. Também, nunca me interessei em ter grandes namorados: meu primeiro namoro sério foi com o Nilton, com quem casei."

REMELEJO DE BLOCO

"Uma vez, quando tinha 12 anos, me convidaram para ser remelexo de um bloco. Fiquei muito envergonhada e pensei: 'Bem que a Jandira diz que eu sou assanhada'. E não aceitei. Mas eu não era assanhada, era espontânea, não fazia aquilo por exibição, eu era alegre mesmo. E muito dançadeira, adorava bailes. Antes de ir para o baile eu me olhava no espelho e chorava: 'Mas como eu sou feia! Ninguém vai querer dançar comigo'. Chegava lá e dançava a noite inteira. Em Caxias, durante a Festa da Uva tinha 13 bailes, e nós íamos a todos. Mas meu pai era muito chato. Quando chegava a meia-noite ele já começava: 'Tá na hora, tá na hora!' A gente se escondia, mas à 1 hora já tinha que estar em casa."

FRATERNA LINGVO

"Depois que o Nilton faleceu e eu me aposentei, andava muito aborrecida. Um dia, passando pela frente da Sociedade Espírita Allan Kardec, vi um anúncio: 'Curso de esperanto, mil cruzeiros'. Aí, entrei e vi outro cartaz: 'Curso de esperanto, grátis'. Eu lecionava Francês e Português, e tinha conhecimentos de Inglês, mas quando me encontrei com o esperanto fiquei deslumbrada. Era uma língua extraordinariamente lógica, bem arquitetada, sonora, uma língua fraterna, que só me trouxe alegria e prazer. Quando concluí o curso, minha mãe estava doente, e durante quatro anos eu ia visitá-la todos os fins de semana em Arroio Teixeira, de ônibus. No caminho, ia estudando. Tudo o que eu lia, traduzia para o esperanto. Quando não sabia uma palavra, anotava para pesquisar depois. Hoje, falo fluentemente. Depois comecei a lecionar. Mantenho este curso há dez anos."

RECEITA DE SAÚDE

"Levanto às 7, lavo o rosto, tomo uma xícara de café com leite (mais café que leite) e como uma fatia de pão. Às 10, como uma frutinha. Ao meio-dia, tomo banho e almoço: uma colher de arroz, um pouquinho de feijão, verdura, carne muito pouquinho. Depois do almoço, sesteio, isso é sagrado. Quando acordo, lá pelas duas da tarde, como uma fruta. As quatro, tomo café, às seis, seis e meia, como uma frutinha. E às oito, janto. Não tem nada que me faça mal: como feijão mexido, lingüiça, torresmo, ovo frito, pouquinho, mas como. Também como coalhada, que eu mesma faço: deixo um copo de leite cru por uns três dias, até que coale. Aí, tomo essa coalhada e coloco mais leite no mesmo copo, sem lavar. No outro dia o leite já está talhado."

AMOR À NATUREZA

"Apesar dos momentos sérios, minha vida sempre foi linda, sempre achei a vida maravilhosa. Minha mãe me fez ver as flores, observar as pessoas, olhar para cima. Quando fazia um dia bonito, ela costumava sair conosco para nos mostrar a natureza, a vida. Era uma verdadeira poeta. Então, quando vou passear no Parque Marinha do Brasil, tenho vontade de cumprimentar e conversar com todo mundo. Queria passar isso para as pessoas. Minha neta Kátia, que mora aqui ao lado, me disse, num dia de primavera: 'Vô, vem ver que coisa linda, o vento está fazendo as flores dançar'. Acho que consegui."

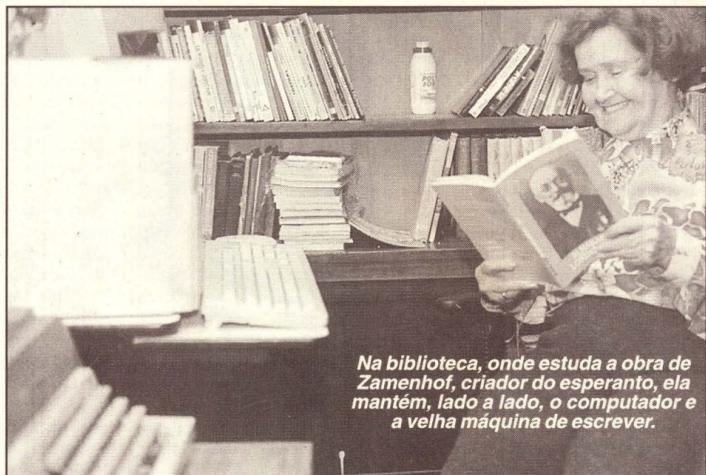
A vida com Nilton, o último homem com quem casaria

Em agosto de 1945, os formandos das duas turmas do Curso Clássico do Colégio Estadual Júlio de Castilhos organizaram uma viagem de trem para o Rio de Janeiro. Essa viagem — de duas semanas — foi facilitada por um dos formandos: Nilton Salgado Pereira tinha uma prima que era cunhada do gerente da Viação Férrea. Zoraide já tinha visto aquela figura numa reunião preparatória da viagem, mas não tinha gostado: "Era muito cheio de pose. Quando entrou na sala e começou a falar, eu pensei: Bah, mas que cara antipático! É o último homem com quem eu me casaria".

Pra encurtar a história: Zoraide é um excelente exemplo do que acontece com quem contraria aquele velho ditado "nunca diga desta água não beber". De último homem com quem ela casaria, Nilton passou a primeiro. E único. Tinha 1,78m de altura, muito alto para ela, que só tem 1,48m. E, embora não fosse muito simpático, todos diziam que era muito bonito. O cerco a Zoraide começou durante a viagem: "Ele andava sempre atrás de mim, e tanto me incomodou que caí na rede, e começamos a namorar".

Nilton também pensava em tirar Direito e por isso fez o Clássico. Mas gostava mesmo era de Matemática e acabou fazendo vestibular para Engenharia. Diante da lista de aprovados, ele disse a Zoraide: "Vamos olhar do fim para o começo porque, se passei, devo estar entre os últimos". Desta vez não errou, estava em penúltimo lugar. Mas foi tão grande a alegria de ter sido aprovado, que pegou a namorada pela cintura e rodopiou com ela no saguão da Faculdade de Engenharia. Como se fossem um pião. "Quase morri de vergonha", lembra Zoraide. "Naquele tempo, era um escândalo."

Zoraide sofreu um pouco até realizar seu sonho de infância: a mãe de Nilton se opôs ao namoro, embora o resto da família aprovasse. "Ela não queria o casamento porque eu era espírita e ele era católico. Só que nunca ia à missa." Casaram na Igreja do Pão dos Pobres, em



Na biblioteca, onde estuda a obra de Zamenhof, criador do esperanto, ela mantém, lado a lado, o computador e a velha máquina de escrever.

1949. Zoraide quis casar na igreja, primeiro, porque ele pediu, depois porque queria se exibir como noiva. "Desde pequena, sempre me achei feia, mas vou te mostrar a fotografia pra tu veres que noiva bonitinha eu fui. Meu Deus, como a gente é boba quando é criança!"

Zoraide e Nilton passaram a lua-de-mel no Hotel Veraneio Bela Vista, em Ana Rech, perto de Caxias, o que naquele tempo era considerado muito elegante. Também, não tinham condições de fazer uma viagem mais longa. Tiraram a diferença mais tarde, nas diversas viagens que fizeram juntos, principalmente em função da vida profissional dele.

Ela diz que a vida com Nilton foi boa, com os altos e baixos de todos os casais. Um dos baixos foi o diabetes que o atormentou nos últimos anos. Mesmo assim, ele insistia em continuar lecionando, nem que fosse abaixo de Zordil. Uma noite, voltava da PUC, dirigindo seu Chevette pela Avenida Ipiranga, quando, de repente, ficou cego. Só enxergava a luz vermelha das lanternas dos carros que iam na frente. Seguindo essa luz, conseguiu chegar

em casa. Cinco meses depois, faleceu.

A morte do marido, aos 65 anos de idade, foi uma grande tristeza para ela. Mas também foi uma grande satisfação. "Eu não podia ver naquele estado uma criatura que tinha sido tão inteligente e responsável. Era sanitarista reconhecido no Brasil inteiro, tem até uma rua com o nome dele lá perto da PUC: Rua Nilton Salgado Pereira."

Tiveram três filhos. Primeiro, Nilton Filho, "que desde pequeno queria ser artista e hoje mantém uma oficina de teatro na Rua Grão Pará, no Menino Deus". Depois, Marília, "sempre desligada, que passou a vida sorrindo, adorava poesia e escrevia lindos poemas, que nunca quis editar". Ambos fizeram Arquitetura, que ele aplica no teatro, e ela abandonou para se dedicar à família. Por fim, veio Rogério, "que desistiu da Engenharia no último ano, abriu uma indústria de lençóis térmicos e está muito bem". Os filhos não falam esperanto, mas entendem. E todos estudam o espiritismo. Marília tem uma menina: Kátia Zoraide. Rogério tem três: Petra, Hanna e Johanna.